

A EXPANSÃO DO SINTAGMA NOMINAL

NO LATIM VULGAR E NO LATIM-PORTUGUES

Marilza de Oliveira

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Universidade de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. Mary Kato

Campinas, fevereiro de 1992.

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Marilza de Oliveira

e aprovada pela Comissão Julgadora em

OL4e

16951/BC

1992/92

Mary Kato

Dra. Mary A. Kato

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS:

A Professora MARY KATO pela enorme confiança que depositou em mim, por permitir que eu alçasse vôo e por ter sempre em mãos uma carta de embarque para uma nova conexão.

Ao Professor GIANGUIDO MANZELLI da Universidade de Pavia que me incentivou a prosseguir viagem pela Linguística, encaminhando-me à UNICAMP.

Ao Professor FERNANDO TARALLO que me endereçou pelos corredores da Linguística Histórica.

Aos Professores ANTONIO MENDONÇA e CHARLOTTE GALVES pelas valiosas críticas e indicações bibliográficas.

Aos Professores IVANO MARCHI, RODOLFO ILARI e BRUNO BASSETTI, que me auxiliaram na tradução dos textos latinos.

Ao Professor FRANCESCO JURLARO que me contemplou com uma bolsa de estudos na Itália.

A amiga Ruth que me colocou à disposição os seus textos.

Ao Ailton que me deu assessoria técnica.

Ao CNPQ que, pela concessão de bolsa, permitiu-me cursar o Mestrado.

Aos meus pais, irmãs e irmãszinhas.

SUMARIO:

INTRODUÇÃO

CAPITULO I

1. DA NOÇÃO DE DEIXIS E ANAFORA

| | |
|--|----|
| 1.1. Abordagem de Benveniste..... | 11 |
| 1.2. Abordagem de Halliday e Hasan..... | 12 |
| 1.3. Abordagem de Lyons..... | 14 |
| 1.4. Abordagens Revisitadas..... | 17 |
| 1.4.1. Benveniste Revisitado..... | 17 |
| 1.4.2. Halliday e Hasan Revisitados..... | 20 |
| 1.4.3. Lyons Revisitado..... | 21 |
| 1.5. O Componente Semântico do Artigo Definido.. | 24 |

CAPITULO II

2. QUADRO TEORICO

| | |
|--|----|
| 2.1. Aquisição e Mudança..... | 34 |
| 2.1.1. Expansão do NP: Lightfoot '89..... | 34 |
| 2.1.2. Expansão do NP: Radford '86/'90..... | 42 |
| 2.2. Modelo de Representação..... | 51 |
| 2.2.1. O Determinante: Fukui & Speas '86..... | 51 |
| 2.2.2. O Determinante: Abney '86/'87..... | 56 |
| 2.2.3. Isomorfismo Maximal entre S e NP Dobrovie-Sorin '86..... | 62 |

CAPITULO III

3. RESENHA DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEITICO DO LATIM CLASSICO E VULGAR

| | |
|---|-----|
| 3.1. Demonstrativos..... | 81 |
| 3.1.1. Sobre a Particula de Reforço..... | 88 |
| 3.1.2. Sobre o Esvaziamento Semântico de ille..... | 89 |
| 3.1.3. Sobre o Artigo Definido..... | 91 |
| 3.1.4. O Artigo Definido: Renzi '82/'85 e Ramat '86..... | 94 |
| 3.1.5. Conclusão..... | 98 |
| 3.2. Possessivos..... | 101 |

CAPITULO IV

4. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DEÍTICO NO LATIM VULGAR

| | |
|---|-----|
| 4.1. O Sistema Deítico na <u>Ceia de Trimalcião</u> (CT). | 106 |
| 4.1.1. Adjetivos e Pronomes Demonstrativos em CT..... | 109 |
| 4.1.2. Adjetivos Possessivos na CT..... | 113 |
| 4.1.3. Pronomes Pessoais na CT..... | 116 |
| 4.2. O Sistema Deítico na <u>Perigrinatio Aetheriae</u> (PA)..... | 118 |
| 4.2.1. Adjetivos Demonstrativos na PA..... | 120 |
| 4.2.2. Os Adjetivos Possessivos na PA..... | 128 |
| 4.2.3. Pronomes Pessoais na PA..... | 129 |
| 4.3. O Sistema Deítico no texto de Gregorio de Tours (GT)..... | 131 |
| 4.3.1. Adjetivos Demonstrativos em GT..... | 132 |
| 4.3.2. Adjetivos Possessivos em GT..... | 135 |
| 4.3.3. Pronomes Pessoais em GT..... | 137 |
| 4.4. Considerações sobre o Sistema Deítico no Latim Vulgar..... | 139 |

CAPITULO V

5. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DEÍTICO DO LATIM-PORTUGUÊS

| | |
|---|-----|
| 5.1. Descrição dos Adjetivos Demonstrativos: Latim-Português..... | 152 |
| 5.2. Análise Diacrónica do Artigo Definido..... | 159 |
| 5.3. Análise Diacrónica dos Adjetivos Possessivos..... | 161 |
| 5.4. Análise Diacrónica dos Pronomes Pessoais..... | 171 |

CONCLUSÕES.....183

RESUMO.....204

BIBLIOGRAFIA.....208

I N T R O D U Ç Ã O

No presente trabalho, pretendemos acompanhar a evolução do sistema demonstrativo latino em direção ao sistema de determinantes e pronomes na língua portuguesa, a saber:

- a formação dos pronomes pessoais de caso reto;
- a formação dos clíticos.
- o surgimento do artigo definido.

Consideramos que tais fenômenos tiveram um papel decisivo na estrutura sintática que se desenvolveu no latim vulgar, pois modificou a distribuição entre formas e funções essenciais. Em outras palavras, a reorganização do sistema demonstrativo ocorrida, no latim vulgar, provocou a expansão de uma estrutura nominal mínima (Demonstrativo + Nome) e levou ao surgimento e evolução dos pronomes pessoais (de caso reto e oblíquo) e do artigo definido, que, por sua vez, permitiu a projeção da categoria funcional Determinante.

Bickerton '89 faz uma retrospectiva dos desenvolvimentos da linguística formal dando ênfase à teoria de princípios e parâmetros (Chomsky '81). Salienta ele que os princípios sintáticos são um conjunto de várias sub-teorias diferentes.

Entre as várias sub-teorias existentes, acentua a teoria da ligação para denunciar algumas incongruências nela existentes e propor o modelo de aprendizagem lexical. Em poucas palavras, a teoria da ligação determina a referência de constituintes, através de três princípios:

A= uma anáfora é ligada em sua categoria de regência (o seu antecedente deve compartilhar a mesma oração);

B= um pronome é livre em sua categoria de regência (o seu antecedente pode ser encontrado em outra oração ou não);

C= uma expressão referencial é livre (não precisa de antecedente).

Bickerton salienta que há línguas, como o japonês, que não obedecem aos princípios A e B. Como corolário de várias tentativas de acomodar os casos de "violação" desses princípios à teoria da ligação, criou-se a teoria dos parâmetros, os quais representam as propriedades específicas em que as línguas podem

variar. Passouse, portanto, a assumir que os princípios são parametrizáveis. Segundo Bickerton, esta proposta peca em suas bases, pois demanda a necessidade de a criança ter latente mais versões de um mesmo princípio, simultaneamente.

Considerando que os princípios são universais e invariáveis, Bickerton sugere que é o léxico e suas propriedades que permitem que as diferentes línguas possuam gramáticas diferentes. Acredita na interação entre os princípios e o léxico. Entende por "léxico" não uma lista de itens lexicais, mas a informação que eles carregam: a classe a que pertencem e a sua grade de subcategorização.

O modelo da aprendizagem lexical nasceu da análise das línguas pidgin e creolas. O autor afirma que as línguas creolas são o desenvolvimento natural do pidgin devido à degradação do léxico. O pidgin é destituído de uma gramática coerente, de modo que a criança não tem evidência positiva nenhuma a respeito de quais parâmetros fixar. Em outras palavras, se há alguma evidência positiva, esta se dá somente a nível lexical.

Levantamos a seguinte questão: se é o léxico que interage com os princípios e se estes são universais, quais os itens lexicais e suas propriedades que

permitted a variation between the languages from the point of view grammatical?

Following the line of Halliday '73, according to which the referential (exofórica) is the first form of reference, that characterizes the language of the child, and from the constatation of that the referential items (demonstrative pronouns) gave origin to the category of the personal pronoun of the third person and of the definite article in the Romance and Germanic languages, we will follow the evolution of the demonstrative system of the vulgar Latin (with pronominal and adjectival function) with a view to the formation of the functional category Determinante and, consequently, the structuring of the nominal syntagma.

In the first place (Chapter I), we will return to some works on the mechanisms of interpretation of a referential expression (deixis and anáfora), in the attempt to elucidate the behavior of the demonstrative pronoun of the third person, responsible for the formation of the personal pronouns and for the appearance of the definite article.

We will also describe, from the analysis of its semantic content proposed by Kato '74;

Em um segundo momento (Capítulo II), introduziremos o quadro teórico subdividido em duas seções:

2.1. apresentaremos a análise de Radford '86 sobre a aquisição das estruturas sintáticas na linguagem da criança e a análise de Lightfoot '89 que focaliza os estágios de desenvolvimento da ordem dentro do NP. Esses estudos nos servirão de suportes para a descrição das etapas das mudanças ocorridas na estrutura nominal do latim vulgar;

2.2. recorreremos aos modelos de representação do sintagma nominal propostos por Abney '86 e Fukui e Speas '86 e à proposta de análise do NP no romeno por Dobrovie-Sorin '87, com a finalidade de definir a posição que a categoria funcional Determinante assume dentro da estrutura nominal.

No terceiro capítulo, daremos um panorama da evolução do sistema dêitico (demonstrativos e possessivos) do latim clássico e vulgar de acordo com as diversas gramáticas históricas.

No quarto capítulo, faremos uma análise diacrônica do sistema de determinantes e pronomes do latim vulgar dentro da abordagem da teoria dos Princípios e Parâmetros. Analisaremos alguns textos das obras: Ceia de Trimalção, em Satiricon, de Petronio, Peregrinatio Aetheriae e Historia Francorum de Gregorio de Tours.

No quinto capítulo, analisaremos o sistema de determinantes e pronomes do latim-português. Os textos foram extraídos do Portugaliae Monumenta Historica e remontam ao período entre 850 e 1200.

Por fim, faremos algumas considerações finais sobre o desenvolvimento da categoria funcional Determinante e de algumas propriedades a ela correlacionadas, na tentativa de re-definir o Parametro do Sujeito Nulo.

C A P I T U L O I

DA NOÇÃO DE DEIXIS E ANAFORA

1.1. INTRODUÇÃO

Na introdução deste trabalho fizemos alusão à palavra "anáfora" no âmbito da teoria gerativa.

A palavra "anáfora" é tomada no sentido amplo de "abarcas qualquer relação de dependência, em termos de referência, entre dois termos, incluindo aí as relações que se processam entre um SN (NP) pleno e outro vazio". (Lobato 1986:375).

O conjunto de condições sobre as relações anafóricas entre dois termos constitui as condições de ligação, de especificação do domínio (da oração, grosseiramente falando) onde um sintagma nominal anafórico pode ou não encontrar o seu antecedente.

Depreendemos daí os princípios A, B e C da Teoria da Ligação:

A anáfora chomskyana é descrita pelo princípio A: um elemento anafórico e o seu antecedente devem estar ligados em sua categoria de regência (devem compartilhar a mesma oração). Pertencem a esta categoria os pronomes reflexivos e os sintagmas nominais vazios (os vestígios).

O princípio B refere-se aos pronomes vazios ou plenos: o antecedente de um elemento pronominal pode se encontrar em outra oração ou não.

O princípio C refere-se às expressões referenciais nominais para as quais não há antecedentes e às variáveis, decorrentes de movimento de um elemento para uma posição não-argumental.

A nosso ver, a subdivisão dos princípios acima não dá conta da possibilidade de um pronome ser interpretado através do recurso a informações linguísticas e a informações extra-linguísticas.

Kato '91 salienta o fato de que o pronome pode pertencer ao princípio C, no caso em que a sua interpretação for dependente de informações extra-linguísticas.

A importância em manter a distinção entre o recurso a informações linguísticas e o recurso a informações extra-linguísticas na interpretação de uma expressão referencial pronominal leva-nos a abandonar a noção de anáfora em termos da abordagem gerativa, no curso da descrição dos determinantes do latim vulgar e do latim-português.

No presente capítulo, pretendemos rever alguns conceitos de dêixis e anáfora que subjazem os dois mecanismos de interpretação referencial de uma dada expressão linguística com o objetivo de elucidar o comportamento do sistema demonstrativo do latim vulgar e o surgimento da categoria funcional Determinante.

Não pretendemos aqui dar conta das várias acepções e funções de dêixis, mas expor algumas interpretações que permeiam a análise que faremos da evolução do sistema demonstrativo do latim vulgar para o português.

A partir de uma definição básica de dêixis,

"Dêixis é um mecanismo que solicita o recurso a informações extra-linguísticas para que uma expressão linguística possa vir a ser interpretada" Vanelli '81

procedemos da análise das pessoas do discurso para a análise da terceira pessoa. Consideramos que, apesar de algumas controvérsias, as nossas fontes (Benveniste, Halliday e Lyons) são mais ou menos concordes em relação à referência de caráter dêitico:

1. Para Benveniste '71, a dêixis e a anáfora são fenômenos semânticos de natureza diferente: a dêixis é contemporânea da instância do discurso que contém o indicador de pessoa; a anáfora estabelece uma relação entre dois elementos na mesma sequência. Para Lyons '79, a diferença está no fato de que a dêixis é a "função referencial básica"; a anáfora é derivada.

2. O pronome de terceira pessoa não possui uma carga mostrativa específica, porque não toma o papel de participantes do discurso. Benveniste caracteriza-o como a "não-pessoa"; Lyons, como a contraparte negativa dos participantes da comunicação linguística.

3. Benveniste atribui ao pronome de terceira pessoa a função anafórica, pois considera-o um substitutivo. Discordam dessa proposta Halliday e Hasan '73 que afirmam que um item referencial é apenas "fórico"; ou seja, só tem a propriedade de referência, embora a exófora seja a forma primária de referência. Nessa mesma linha, encontra-se Lyons que considera a dêixis a forma primária de referência.

1.2. ABORDAGEM DE BENVENISTE

Benveniste trata os pronomes pessoais em termos da abordagem enunciatória. Institui a distinção pessoa-não pessoa ao definir os pronomes "eu", "tu" em termos de pessoas do discurso, uma vez que os mesmos fazem referência à presente instância do discurso.

Essa relação de pessoalidade é ausente na terceira pessoa pronominal por não constituir um dos "sujeitos do discurso", razão pela qual caracteriza-a como "não-pessoa". A sua função é remeter a uma situação objetiva. Desta feita, opõe-se às pessoas do discurso

enquanto estas servem como indicadores, aquela como substituto abreviativo.

Ao analisar as pessoas verbais, Benveniste opera uma classificação da relação dêixis/anáfora. Os dêiticos são definidos como signos que relacionam o enunciado à enunciação, pois para ele, "a dêixis é contemporânea da instância do discurso que contém o indicador de pessoa", ao passo que os anafóricos remetem uma relação representativa a outro elemento da mesma sequência.

Pode-se dizer que o pronome de terceira pessoa pode operar a função de substitutivo, mas convém salientar que o pronome de terceira pessoa não é um anafórico por si só.

1.3. ABORDAGEM DE HALLIDAY E HASAN

Ao tratarem da coesão textual, os autores definem a referência como uma relação puramente semântica que tem a propriedade de definitude ou especificação.

A especificação pode ser efetuada pela referência à situação ou ao texto. A primeira, de caráter exofórico, é primária; a segunda, de caráter endofórico, é derivada. Os dois tipos de referência incorporam uma

instrução para recuperar, a partir de algum lugar, a informação necessária para a interpretação de uma expressão.

A referência com caráter predominantemente nominal se subdivide em referência pessoal e referência demonstrativa.

Definem a referência pessoal em termos de papéis da enunciação atribuídos às primeira e segunda pessoas. A terceira pessoa não tem um papel na situação de fala, só pode ser definida de modo negativo como "não é a primeira pessoa, não é a segunda pessoa".

Os autores determinam a especificidade como característica comum das expressões referenciais. Os determinantes específicos são seletivos do ponto de vista semântico, pois contêm um elemento referencial a partir do qual pode-se identificar o termo em questão.

Na classe dos pronomes possessivos, o elemento de identificação é a pessoa; na classe dos demonstrativos, a identificação se faz pelo aspecto da proximidade. O artigo não possui este conteúdo, é, portanto menos seletivo. Indica apenas que o item em questão é específico e identificável em algum lugar. Se a

referência for exofórica, o item pode ser identificado de duas maneiras:

1. Um indivíduo particular ou sub-classe pode ser identificado pela situação específica: "Olha o degrau!"
2. Não há nenhuma relação com uma situação específica, porque:

2.1. só existe um membro da classe de objetos referidos "O sol", ou assume-se a existência de um só membro "o bebê", entendido como "o nosso bebê":

2.2. a referência engloba toda a classe "as estrelas", ou se considera o indivíduo representativo de toda a classe como é o caso de "a criança" na frase "A medida que a criança cresce, ela aprende a ser independente".

A esse tipo de referência, os autores dão o nome de homofórica, para distingui-la da identificação feita através da situação específica, como é o caso de 1.

1.4. ABORDAGEM DE LYONS

Lyons discorda da proposta de Benveniste no que se refere à função substitutiva dos pronomes, pois se se diz que os pronomes são substitutos de nomes, acaba-se por ressaltar a função anafórica como sendo a sua única

que a função dêitica. Para Lyons, a função dêitica é primária.

Sallienta que o conceito de definitude é o componente comum no significado dos pronomes pessoais e demonstrativos, que se distinguem respectivamente pelas noções de gênero e proximidade/não-proximidade. Os pronomes pessoais não podem ser usados adjetivamente; os demonstrativos comportam-se como pronomes e adjetivos.

Caracteriza o artigo definido como o resultado da união de um índice referencial, veiculado pelo componente pronominal, cuja função é informar ao interlocutor que uma entidade específica está sendo referida, apesar da ausência de uma informação locativa ou qualitativa desta entidade, e de um índice predicativo, realizado pelo uso adverbial, cuja função é informar que um indivíduo está sendo referido em outras partes do sintagma nominal.

Lyons dá um enfoque referencial à dêixis e a anáfora e considera a dêixis como sendo a mais básica. Partindo do pressuposto que o conceito de substituição subjaz a anáfora, Lyons sugere que o pronome não se refere ao seu antecedente com a qual está relacionado.

Elucida que se deve deixar clara a distinção entre significado sentencial e significado enunciativo para poder operar a classificação dêixis textual/anáfora. No enunciado:

- That's a rhinoceros.

- A what? Spell it for me.

o referente de "it" é "rhinoceros", mas a sua função não é anafórica, porque não é correferencial com a expressão antecedente; refere-se a ela, mas não é correferencial a ela.

A referência em termos de descrição definida é diretamente correlacionada à dêixis, uma vez que a anáfora não se refere a um item anterior no discurso, mas ao referente desse termo antecedente. Nesse sentido, a dêixis é mais básica que a anáfora. A anáfora pressupõe que o referente já tem um lugar no discurso, a dêixis não.

1.5. AS ABORDAGENS REVISITADAS:

1.5.1. BENVENISTE REVISITADO

Cervoni '89 critica a dicotomia personalidade/não-personalidade proposta por Benveniste. Prefere estabelecer a diferença em termos de papel ativo e passivo. As pessoas do discurso possuem ambos os papéis, na medida em que podem tomar parte de um ato de comunicação como "aquele que fala" (=ativo) e "aquele de quem se fala" (=passivo); a terceira pessoa só tem o papel passivo, uma vez que funciona apenas como "a pessoa de quem se fala".

Recorre a B.Moignet '81 para afirmar que "ele" faz as vezes de suporte nos verbos "unipessoais" (como em "il pleut", no francês) e, portanto, pode ser considerado "pessoa do universo". Conclui que a terceira pessoa não pode ser considerada uma "não-pessoa", mas a "pessoa fundamental" (não elucidada o termo "fundamental"), na medida em que este pronome pode estabelecer a referência ao universo.

Ao discutir a questão da logoforicidade na gramática, Kato '90 analisa o comportamento do pronome lexical "ele" e do pronome nulo na posição de sujeito e de objeto.

Apresenta-nos o seguinte quadro descritivo (D.D. está para discurso direto; D.I., para discurso indireto):

D.D.(pessoa do discurso) EU VOCE ELE

D.I.(pessoa gramatical)

| | | | |
|---------|------------------|------------------|------------------|
| sujeito | \emptyset /ele | \emptyset /ele | \emptyset /ele |
| objeto | ele | ele | ele/ \emptyset |

A referência do pronome nulo está vinculada à posição sintática em que aparece.

POSIÇÃO DE SUJEITO: O pronome nulo pode ter como antecedente a primeira ou a segunda pessoa do discurso que ocupam posições argumentais, mas não a terceira:

5. João disse: Falo bem inglês.

6. João disse que _i ele _i / \emptyset _i fala bem inglês.

7. João perguntou a Pedro: Você fala bem inglês?

8. João perguntou a Pedro se _i ele / \emptyset _i falava bem inglês.

9. João disse: Ele fala bem inglês.

10. João_i disse que ele_j / * \emptyset _j fala bem inglês.

A terceira pessoa constituirá um possível antecedente se ocupar uma posição não-argumental:

11. Luis_i, João disse que ele_j / \emptyset _j fala bem inglês.

POSIÇÃO DE OBJETO: O pronome nulo só poderá se referir à terceira pessoa do discurso se o antecedente ocupar uma posição não-argumental:

12. Paulo_i, João disse que Maria viu ele_j / \emptyset _j ontem.

A referência do pronome lexical "ele" (terceira pessoa gramatical) não está vinculada à posição sintática. Pode remeter à primeira, segunda ou terceira pessoa do discurso direto tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto, assim como a posições não-argumentais.

Gostariamos de propor que entre a definição de "não-pessoalidade" de Benveniste, a "fundamentalização" de Moignet-Cervoni do ponto de vista semântico e a vinculação do pronome "ele" a todas as pessoas do discurso tanto em posição de sujeito quanto em posição de objeto mostrada por eles, há algo em comum: podendo

aludir a tudo, o pronome não alude a nada, tanto a nível semântico quanto sintático, exigindo ulteriores recursos (gestualidade ou algum aspecto prosódico ou ainda o conhecimento extra-linguístico) para dar a orientação correta sobre o que se pretende descrever.

Podemos concluir que o pronome de terceira pessoa não é um elemento designativo como as expressões referenciais nominais e não é um referente discursivo como o são os participantes de um ato comunicativo. Decorre daí que o pronome "ele" não tem uma carga demonstrativa definida ou especificada.

1.5.2. HALLIDAY E HASAN REVISITADOS

Vanelli '81 retoma a exposição de Halliday e Hasan '73 e re-organiza as várias definições operativas da deixis.

A identificação de um referente pode ocorrer através do recurso a informações extra-linguísticas (referência exofórica) que se subdivide em ostensiva, homofórica (a expressão referencial faz parte da memória comum dos participantes do ato comunicativo) e lexical (expressões intrinsecamente dêiticas) ou através do

retomada de um contexto linguístico explícito (referência endofórica), que se subdivide em anáfora (se o referente a ser identificado se encontra no contexto linguístico precedente) e em catáfora (se o referente a ser identificado é mencionado no contexto verbal seguinte).

1.5.3. LYONS REVISITADO

A importância do texto de Lyons está em esclarecer que embora a terceira pessoa seja definida em termos negativos no que diz respeito aos papéis dos participantes de uma comunicação linguística (locutor, interlocutor), a dêixis é a função referencial primária em relação à anáfora.

Isto quer dizer, acreditamos, que "ele" não seja um não-dêitico, mas que é um dêitico que não fornece indicações sobre os participantes e sua localização espaço-temporal em uma comunicação linguística.

Milner '82 considera que a referência do pronome eu é não-autônoma, porque é dentro de um enunciado particular que se tem a sua referência atual.

O pronome ele pode designar um segmento da realidade, mas no momento em que é empregado, uma outra designação, referencialmente autônoma, é empregada.

E neste sentido que devemos entender, a nosso ver, o seu caráter dêitico negativo. Ele é dêitico como eu / tu, porque são referenciais não-autônomos e dependem de um enunciado particular para manifestarem a referência atual. Mas, na medida em que o seu emprego designa uma outra entidade referencialmente autônoma, este pronome parece "abrandar" as coordenadas espaço-temporais típicas dos elementos dêiticos.

Esta é a caracterização que amálgama as categorias do pronome demonstrativo, do pronome pessoal de terceira pessoa e do artigo definido.(1)

A partir da semelhança de funções referenciais entre artigos, demonstrativos e pronomes pessoais, Postal '66 sugere que os pronomes são tipos de artigos definidos.

Tanto Lyons quanto Halliday e Hasan mencionam o papel dos elementos dêiticos na aquisição da linguagem pela criança.

Para Lyons, o dêitico pode se referir tanto a uma entidade quanto a um lugar e esta ambivalência é a

origem de uma distinção subsequente entre o seu uso como um pronome ou como um advérbio. Como expressão predicativa, o dêitico sempre tem uma função adverbial:

Book D - the book is there

D book - that is the book.

Para Halliday, a linguagem da criança é caracterizada por um alto grau de referência exofórica. Tal fato é justificado se pensarmos, afirma, que o uso exofórico de itens referenciais é uma forma de dependência do contexto situacional.

O texto de Lyons permite-nos salientar, de um lado, a função primária da referência exofórica e, de outro, a caracterização do pronome ele, que embora seja um mostrativo, não descreve o objeto que mostra. Por não constituir um dos participantes de uma comunicação linguística, não nos fornece informações a respeito da localização espaço-temporal de um ato comunicativo, mas fornece-nos a informação de que tanto o locutor quanto o interlocutor re-conhecem em "ele" o elemento designado.

1.6. O COMPONENTE SEMANTICO DO ARTIGO DEFINIDO

Antes de darmos início à exposição das teorias que dão conta das categorias funcionais, cumpre retomar o trabalho de Kato '74 que descreve o conteúdo semântico do artigo em termos de foco e pressuposição. O seu intento é mostrar que o artigo definido significa "a totalidade dos elementos do conjunto referencial", Kato 1974:119.

A autora recorre ao japonês para descrever o artigo definido. O japonês não tem artigo, mas:

1. vale-se de um elemento lexical quantificador tomo, "todos os" no caso de a asserção incluir todos os membros do conjunto referencial, visto que o quantificador tem escopo sobre todo o conjunto:

1. "Comprei quatro livros, mas os quatro se perderam"

é expresso no japonês por "yon-satsu tomo", literalmente "quatro-volumes todos".

2. vale-se de um elemento demonstrativo sono "esse" no caso de o conjunto referencial for unitário:

2. "Comprei um livro, mas o livro que comprei se perdeu"

é expresso em japonês por "sono hon-wa", literalmente "esse livro".

Sugere que as interpretações de 1. e 2. são condicionadas pelos fatores foco e pressuposto, pois não se tem uma informação nova; o artigo da proposição em 2. faz parte do foco da sentença, pois a relativa apenas repete uma proposição anteriormente mencionada.

(1)

Conclui que não é suficiente que o elemento sobre o qual se faz a asserção tenha um referente para o locutor. É necessário que esse referente tenha o mesmo índice para o interlocutor.

Para a autora, "a pressuposição do elocutor de que o interlocutor identificará o seu referente é uma das condições para termos o artigo definido", Kato 1974:135. Neste sentido, não temos uma pressuposição no sentido técnico do termo, em que uma pressuposição é um conteúdo de natureza proposicional.

A interpretação dêitica ocorre quando o artigo pode ser intercambiável com o demonstrativo ("este", "aquele"), mantendo-se a estrutura especificador-núcleo:

3. "O gato gosta de carne" ("este gato", "aquele gato").

A interpretação anafórica é obtida quando se tem uma pronominalização de todo o sintagma nominal, portanto, não se mantém a estrutura especificador-núcleo:

4. "Conheci um linguista em Londres. O linguista é famoso" ("ele").

A definição do artigo definido como a totalidade dos elementos do conjunto referencial expressa por meio da preseuposição do locutor de que o interlocutor é capaz de identificar o referente, por estar na "memória comum" de ambos os participantes do ato comunicativo, aproxima-se da definição da mesma categoria em termos de referência homofórica.

As duas condições "levantadas" por Halliday para a referência homofórica, a existência de um só membro da classe de objetos referidos e a referência a toda a classe ou ao indivíduo que a representa, podem ser assumidas para a frase:

5. "O gato gosta de carne",
com duas possíveis interpretações: Todo gato gosta de carne; o gato (que você e eu conhecemos) gosta de carne.

Expandindo a análise de Kato '74, podemos dizer que a diferença entre o artigo definido e indefinido faz-se em termos de abrangência do refero de um lado, e

totalidade dos elementos referenciais e individualização dos mesmos, de outro.

Em "o gato" da frase

6. "Achei o gato siamês",

é pressuposta a existência de vários animais da mesma espécie (a felina), mas não se sabe de que gato se trata. O adjetivo introduz a informação de que se trata da raça siamesa. Tem-se a espécie que é delimitada pela raça.

Em "um gato" da frase

7. "Achei um gato siamês",

é pressuposta a existência de animais em geral. "Um gato siamês" introduz três informações: o animal é da espécie felina e não canina, a espécie é a raça siamesa e o número de animais é um e não dois ou três. Um estratifica um conjunto e tem valor de foco; ao contrário, O gato é identificável como a espécie felina, sem que se tenha a intenção de opô-la à espécie canina ou à classe de mineirais ou vegetais. Age na proporção "um para um", daí indicar a totalidade do conjunto e permitir que o interlocutor pressuponha o referente. Acreditamos que pertençam a esta série sintagmas como: "the party in power", "the ascent of

the Everest", que Halliday e Hasan consideram de referência catafórica.

Lyons define a dêixis como o referente que já tem um lugar no discurso, portanto, ao enunciar "o gato", estamos retomando o referente no discurso.

A pergunta:

8. Que gato você achou?,

podemos responder com "o/aquele siamês", ou seja, o referente é conhecido pelo interlocutor.

A pergunta:

9. O que você achou?

não podemos responder com "o/aquele siamês", mas com "um gato siamês", logo não temos um referente situacional, mas devemos introduzi-lo no discurso.

Lyons sugere que a introdução de entidades no discurso define a dêixis textual, dando à anáfora a função de referir-se não a um item anterior no discurso, mas ao referente desse termo antecedente (ao que é pressuposto).

Assim, em

10. "Achei o gato siamês na rua. Ele estava faminto",

"ele" refere-se a um item pressuposto. O referente não foi introduzido, mas retomado no discurso. Trata-se de anáfora.

Na oração

11. "Achei um gato siamês na rua. Ele estava faminto",

"ele" refere-se a uma informação nova ("um gato"), introduzida no discurso. Trata-se de deixis do discurso.

A respeito do tipo de informação dada pelo artigo definido, vale a pena citar De Lemos:

"Se se considera como válida a proposta de que o artigo definido representa uma asserção, pressuposição ou implicação de existência dêitica - ou de localização da entidade no espaço dêitico - pode-se dizer que, a despeito de sua heterogeneidade enquanto categorias superficiais, tanto a expressão adverbial quanto o artigo informam sobre a localização da entidade denotada pelo nominal da sentença." 1977:98

E a partir da idéia de "localização da entidade denotada pelo nominal da sentença" e de "níveis de contexto dêitico" (ver nota 2) que pretendemos realizar a análise da origem dos artigos definidos e dos clíticos, seguindo a hipótese de que o artigo emprega-se quando da "pressuposição do elocutor de que o interlocutor identificará o referente". Kato (74).

A origem do artigo definido como categoria funcional é correlata à noção de pressuposição e de "totalidade do conjunto referencial" (Kato '74). Daremos à categoria do artigo definido a interpretação de "homoforicidade" segundo Halliday '73.

Se considerarmos que a dêixis do discurso retoma um item focalizado e que a anáfora retoma um item pressuposto, podemos hipotetizar que o surgimento dos clíticos (pronomes que podem encontrar o seu antecedente fora de sua oração) está associado à noção de pressuposição do artigo definido.

A interpretação anafórica estaria correlacionada à interpretação homofórica do artigo definido. Em outras palavras, é possível que a existência de pronomes-clíticos esteja vinculada à existência de artigos definidos. Resta saber qual a propriedade que determina a existência de clíticos nas línguas românicas e a inexistência das mesmas na língua inglesa, visto que ambas possuem a categoria do artigo definido.

A partir deste momento, passaremos a adotar a noção de referência exofórica no caso em que for necessário o recurso extra-linguístico para se interpretar uma expressão referencial. O recurso extra-linguístico pode ser de caráter estensivo através de qualidades e

especificações) ,lexical (mediante os elementos intrinsecamente dêiticos) e homofórico (através da pressuposição do locutor de que o interlocutor será capaz de identificar o referente, por este pertencer à memória comum dos participantes de uma comunicação linguística).

A noção de referência endofórica será adotada no caso em que o referente for interpretado através do recurso a informações linguísticas.

Embora o referente de um artigo definido possa ser interpretado endoforicamente e exoforicamente, de agora em diante caracterizaremos o artigo definido como um elemento referencial de interpretação homofórica, para podermos efetuar uma análise que o distinga dos demonstrativos, por exemplo, que podem também assumir uma interpretação exofórica (particularmente de caráter ostensivo e lexical) e endofórica.

NOTAS:

(1) Ambrosini (28) atesta dois usos do artigo definido no grego homérico: o artigo com valor coletivo, totalizante ("nós, os aedos em seu conjunto") e o artigo com valor celebrativo, enfático ("nós, os famosos aedos"). A interpretação totalizante implica a

"consciência de uma participação qualificadora", ao passo que a interpretação enfática introduz epítetos celebrativos recorrentes na Odisséia, uma vez que a referencialidade pode ser satisfeita por uma retomada que se pode considerar genericamente temática.

O valor "totalizante" do artigo pode ser interpretado no grego, como a conjunção de um "pronomo pessoal deítico + todos", onde "todos" tem função predicativa, ou através do emprego de numerais no lugar de "todos".))

A função "totalizante" do artigo subdivide-se assim em referências inclusiva ("todos juntos", "todos os dois") e referência exclusiva ("todos os outros", "a maior parte"). Ambos os casos têm a ver com um elemento temático precedente e, portanto, com um procedimento de estruturação contínua através dos princípios de referência.

Nesta perspectiva, a função do artigo diante de adjetivos não é tanto substantivá-lo, mas de individuar e especificar uma classe, a classe de "os beatos", por exemplo. Trata-se de uma "determinação coletiva" advinda da referência (con)textual.

(2) Lemos postula "níveis de contexto deítico" ao mostrar que as cópulas da língua portuguesa existir, ter/haver, estar refletem os diferentes estatutos

existenciais ou a localização de uma entidade em "diferentes níveis do espaço dêitico".

O espaço dêitico pode variar a partir de um grau zero de especificação, que caracteriza o espaço cognitivo representado pelo verbo existir, passando pela exigência da especificação de um advérbio locativo, como é o caso das cópulas ter/haver até atingir o campo perceptual imediato do locutor e/ou interlocutor, característica do verbo estar, cuja seleção é obrigatória em contextos narrativos.

C A P Í T U L O I I

2. QUADRO TEÓRICO E HIPÓTESE CENTRAL

2.1. AQUISIÇÃO E MUDANÇA

Alguns estudos no âmbito da aquisição da linguagem e da mudança linguística têm considerado a expansão do sintagma nominal, a partir de estruturas mínimas, como as de uma só palavra, até abranger estruturas mais complexas, que caracterizam a linguagem do adulto. Dois são os trabalhos que privilegiam a expansão do sintagma nominal: Lightfoot '89 e Radford '90.

2.1.1. EXPANSÃO DO NP: LIGHTFOOT '89

Lightfoot parte do princípio de que o processo de aquisição da linguagem pela criança é "facilitado" pela informação genética. Esta informação é constituída de princípios e parâmetros, no sentido de Chomsky (1982, 1986...). O estabelecimento dos parâmetros pela

criança, quando exposta a um ambiente linguístico, permite-lhe desenvolver uma capacidade linguística "amadurecida".

Lightfoot lança as perguntas: Como se dá a mudança linguística de modo a acarretar o estabelecimento de um novo parâmetro? Como a língua muda de uma geração para outra?

Lightfoot propõe que as mudanças ocorrem de modo gradual, pontuadas cá e lá por mudanças "catastróficas".

No que diz respeito à aquisição da linguagem, a aparente pobreza de estímulos ou experiência desencadeadora levou os gramáticos a postularem a existência de alguns princípios e parâmetros (escolhas limitadas) no nível da Gramática Universal.

Os estímulos são considerados fracos ou pobres porque:

1. a experiência da criança é finita, mas sua capacidade cobre um domínio infinito;
2. a experiência consiste parcialmente de dados degenerados (a criança não tem acesso à estrutura D, mas à estrutura S onde ocorrem as relações gramaticais como ligação, cadeias, etc.), que não têm nenhum efeito sobre a criança;

3. a experiência não fornece evidências para muitos dos princípios e generalizações que fazem parte de sua capacidade "amadurecida".

Adota o seguinte modelo explanatório:

experiência desencadeadora

(genótipo ---->fenótipo)

dados linguísticos primários

(gramática univesal ---->gramática ou Língua I

A GU (gramática universal) contém os aspectos do genótipo que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da linguagem, enquanto que a "gramática" faz parte da "moldura" mental de uma pessoa e caracteriza a sua capacidade linguística amadurecida.

Afirma que o objetivo do modelo acima é especificar os aspectos relevantes do genótipo da criança de modo que um dado estado amadurecido possa emergir quando a criança estiver exposta a uma experiência provocadora.

O genótipo linguístico, GU, consiste de um conjunto de princípios invariáveis e de um conjunto de parâmetros que são estabelecidos por algum ambiente linguístico. O ambiente pode selecionar determinados valores para os parâmetros da GU.

Assim, a GU deve dar conta da aquisição da gramática se houver uma experiência provocadora apropriada.

Para Lightfoot, a GU não deve ser vista como um bloco homogêneo. Ela emerge aos poucos: algumas de suas partes estarão disponíveis somente em certos estágios do desenvolvimento da criança.

Os dados linguísticos primários que provocam o desenvolvimento da gramática da criança são menores que a experiência linguística total. Os dados degenerados que a criança ouve e as formas idiossincráticas não provocam, necessariamente, o aparecimento de um recurso que possa ter o efeito de degenerar estas formas.

No que diz respeito às mudanças linguísticas históricas, Lightfoot explicita que, às vezes, o falante ouve uma forma que não desencadeia/provoca um recurso gramatical que possa ser gerado e ocorrer em sua fala amadurecida. As condições em que isto ocorre iluminam a natureza da experiência provocadora. Conclui-se, portanto, que a experiência provocadora é um sub-conjunto da experiência linguística total.

Considerando que um estímulo ou experiência provocadora pode mudar um sistema através da identificação e ampliação de algum componente disponível, ou melhor,

que a criança seleciona apenas os estímulos relevantes de acordo com os critérios que são pertinentes ao seu genótipo linguístico, Lightfoot conclui que, do ponto de vista seletivo, aprender é ampliar algumas conexões e eliminar outras possibilidades.

Lightfoot exemplifica a noção de identificação e ampliação de um componente disponível com o desenvolvimento da estrutura do sintagma nominal pela criança.

Sugere que as crianças parecem adquirir as estruturas de um GN em quatro estágios de desenvolvimento que correspondem à fixação, pela criança, dos parâmetros que determinam a ordem dentro do VP.

Estágio I : a ordem é irrelevante, porque a criança possui estrutura de uma só palavra: "car", "baby";

Estágio II: todos os especificadores aparecem antepostos aos nomes, apesar de que ela não tem conhecimento a respeito dos sub-tipos de especificadores ou de concordância: "more coffee", "a coat";

Estágio III: as crianças discriminam os tipos de especificadores e estabelecem suas ordens. Sabem que os

especificadores precedem os adjetivos, mas não sabem que artigos e demonstrativos estão em distribuição complementar: "that a horse";

Estágio IV: emerge o sistema amadurecido.

No estágio I são relevantes as capacidades cognitivas como o sistema conceptual que envolve propriedades e condições de referência; no estágio II, a criança fixou o primeiro parâmetro determinando a ordem Spec + Núcleo; no estágio III, a criança desenvolve as regras sintagmáticas ($NF \rightarrow \text{Spec } N'$, $N' \rightarrow (\text{Adj}) N$); no estágio IV, determina o status do demonstrativo e se o possessivo é um especificador ou um adjetivo.

Conclui que a criança está exposta a uma experiência provocadora, constituída de dados naturais os quais podem vir a ser analisados de acordo com os princípios genotípicos e com os parâmetros da gramática fixados pela própria criança.

Considerando que muitas das propriedades do genótipo mental são invariantes de pessoa para pessoa, Lightfoot sugere que as mudanças linguísticas devem ser vistas como o reflexo da existência de um aglomerado de gramáticas possíveis a partir de uma herança genética mais ou menos comum.

Lightfoot propõe que uma "boa teoria da gramática" pode dar conta da natureza das mudanças históricas, desde que não subentrem fatores não-gramaticais ou acidentais (como o contato linguístico). Apesar do papel dos fatores não-gramaticais e acidentais, pode-se explicar algumas mudanças e o modo em que elas aparecem.

Analisa a mudança da ordem SOV para SVO do inglês. A mudança da ordem pode ser explicada pelo mesmo modo que a criança adquire a gramática. Um ambiente linguístico SOV não faz desencadear uma gramática com a ordem SVO, ou seja, a mudança da ordem SOV para SVO não pode ter ocorrido sem um pré-aviso, instantaneamente e em todos os níveis. No entanto, a mudança não é sempre gradual.

Uma pessoa cuja gramática tem a ordem OV pode ocasionalmente realizar a ordem VO. É possível que as gramáticas subjacentes SOV vazem, permitindo a presença de exemplos superficiais de SVO.

O vazamento pode ter efeito estilístico (de "foco", no caso da ordem dos constituintes), que aos poucos perde sua "força particular" e se incorpora no processo da gramática, ou seja, torna-se uma experiência desencadeadora para a geração seguinte, permitindo que se faça a reanálise da ordem SVO.

A reanálise se manifesta pela simultaneidade de relevantes mudanças superficiais e segue o modelo explanatório acima formalizado. Em outras palavras, foi o processamento da gramática que urgiu a mudança de ordem.

Conclui que o ambiente linguístico permite que a criança estabeleça alguns parâmetros que estão já disponíveis para a criança independentemente da experiência, pois são presumivelmente prescritos geneticamente. O processo de desenvolvimento da gramática da criança permite elucidar as mudanças que uma língua sofre no decorrer do tempo.

Levando em conta que as línguas não mudam arbitrariamente, pode-se atribuir às mudanças linguísticas o mesmo modelo explanatório aplicado para a aquisição da linguagem. Ambos compartilham a noção de que uma experiência provocadora desencadeia o estabelecimento de parâmetros que constituem uma herança genética comum.

2.1.2. A EXPANSÃO DO NP; RADFORD '86/'90

Para Radford '90, as palavras que as crianças usam, no início, têm propriedades fonológicas e semânticas, mas não têm, ainda, propriedades sintáticas.

Radford estabelece algumas etapas no desenvolvimento da linguagem da criança. São elas:

1. O estágio pré-categorial, caracterizado pelo uso de uma só palavra e pela falta de uso produtivo de flexões;

2. O estágio lexical, caracterizado pela aquisição de um conjunto de palavras lexicais e suas projeções sintagmáticas. Tem-se o uso produtivo da flexão de número com a marca /+s/ no nome e da flexão /+ing/ no verbo (na língua inglesa), indicando que, neste estágio, a criança adquiriu um conjunto de flexões lexicais.

3. O estágio funcional é caracterizado pela aquisição de categorias de palavras funcionais e suas projeções sintagmáticas. Aparece a flexão do nódulo INFL com as marcas /+s/ (concordância) e /+d/ (tempo) no verbo (para o inglês).

A partir da assunção de Chomsky '65 de que as operações gramaticais são "necessariamente dependentes da estrutura no sentido de que elas manipulam sub-unidades somente em termos de assinalação de categorias", Radford conclui que o pré-requisito necessário para o desenvolvimento de uma gramática é o desenvolvimento de um sistema de categorias funcionais.

A evidência para a categorização está na aquisição de morfemas flexionais. Radford salienta que não se deve confundir aquisição com domínio. A aquisição implica que a criança usa a marca do plural /s/, por exemplo, somente para nomes e não para verbos ou preposições, mas este "saber" não a exime de descuidar de assinalar a marca de plural em algumas palavras. Ao contrário, o domínio requer o uso do plural em todos os ambientes.

A sintaxe da criança é organizada em termos de classes gramaticais e relações gramaticais. Assim, os itens do vocabulário da criança passam a ter uma classe gramatical como N/V/A/P e são combinados em estruturas maiores em termos de relações gramaticais.

O tipo relevante de relação gramatical é o que Chomsky '86 chama de "seleção categorial", no sentido de que o

verbo "querer", por exemplo, c-seleciona um complemento nominal ou oracional.

Quando a criança forma enunciados produtivos como Quê bala, ela está combinando um verbo com um NP e está mostrando que "sabe" algo sobre as propriedades de c-seleção do verbo "querer".

Radford adota a sugestão de Rizzi (1986:508-9) de que há duas maneiras de saturar os papéis temáticos assinalados por um predicado: sintaticamente e lexicalmente.

Se o papel é saturado sintaticamente, então, tem-se a estrutura sintática do sintagma projetado como um argumento, o qual pode tomar a forma de uma categoria plena ou vazia. Nas frases

John ate three triple burgers in the restaurant.

John devoured three triple burgers in the restaurant.

há saturação do papel temático dos verbos "ate" e "devoured", operada sintaticamente com o argumento pleno "three triple burgers".

Se o papel é saturado lexicalmente, ele fica implícito, no sentido de que é uma parte da entrada lexical para o predicado em questão. Não é projetado na sintaxe. Na frase

John ate in the restaurant.

tem-se saturação lexical do papel temático do verbo "ate".

A frase

*John *devoured* in the restaurant.

é agramatical porque o papel temático do verbo "devoured" não pode ser saturado lexicalmente.

Radford argumenta que o diferente modo de saturar os papéis temáticos de dois sinônimos ("eat" e "devour") sugere que há complexas restrições idiossincráticas nos mecanismos de saturação temática. Assim, é provável que nos primeiros estágios de aquisição, a criança supergeneralize ambos os mecanismos e permite que os papéis temáticos sejam saturados livremente lexical e sintaticamente falando. Tem-se as seguintes realizações para o enunciado "Danny want bar":

Danny want -----

----- want bar

----- want -----

Os argumentos faltantes nunca são projetados na sintaxe (o seu papel temático é saturado lexicalmente), razão pela qual não podem estar sujeitos às restrições sintáticas. (1)

Radford propõe que os argumentos implícitos são inteiramente compatíveis com a hipótese lexical do desenvolvimento da gramática da criança.

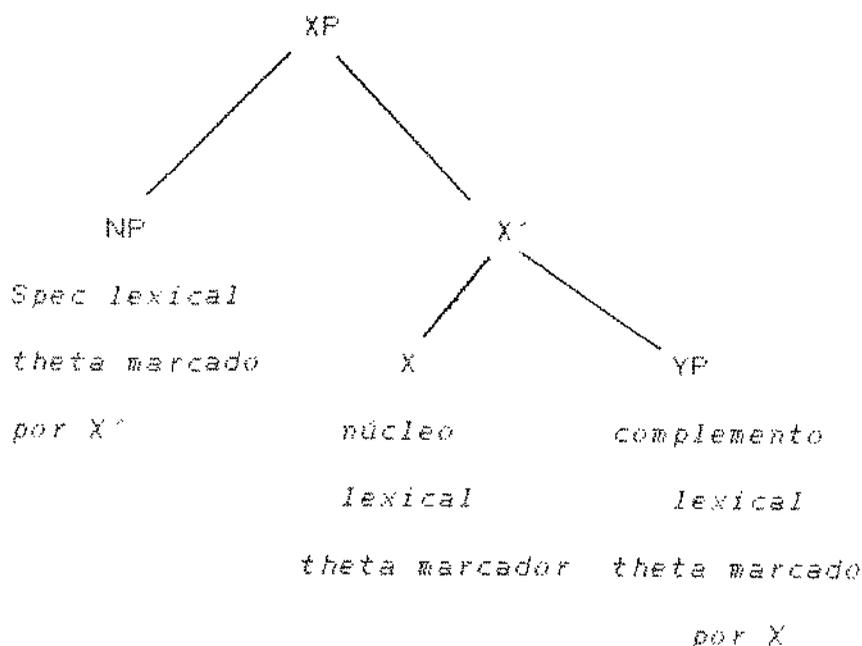
Refuta a hipótese da organização das combinações de palavras em termos de classes semânticas e relações semânticas como agente + ação. Evidências morfológicas (o uso produtivo de /s/ para o plural e de /ing/ para a flexão do gerúndio) indicam que não se trata de relação semântica, pois o /s/ deve se sufixar a nomes, independentemente de sua função semântica, que pode ser agente, paciente, locativo, meta, etc.

Portanto, os aspectos relevantes da morfosintaxe (+s, +ing) são determinados pelas propriedades gramaticais e não temáticas dos constituintes.

Pode-se supor que as primeiras estruturas produzidas pela criança são estruturas categorial-temáticas, isto é, estruturas em que os constituintes têm uma função categorial e uma função temática.

Radford retoma a sugestão de Abney '87 de que os constituintes temáticos pertencem às categorias lexicais (V/N/A/P e suas projeções), enquanto que os constituintes não-temáticos pertencem às categorias funcionais (Det, Aux, Comp e suas projeções) para propor que as estruturas puramente temáticas da criança levam a crer que os seus primeiros enunciados tenham a estrutura de categoria lexical.

Estrutura do enunciado da criança:



As primeiras estruturas nominais da criança são projeções lexicais de um núcleo N em NP. Faltam-lhe as projeções funcionais de NP em DP.

Segundo Radford, a tendência a imitar o DP (Determiner Phrase) do adulto como NP parece sugerir que a criança ainda não desenvolveu o sistema-D. As suas estruturas lexicais são, portanto, de natureza temática, no sentido de que estabelecem uma relação temática entre uma categoria nuclear lexical e seus argumentos dentro de uma projeção máxima (NP).

Se é correto dizer que "o caso é uma propriedade inerente do sistema D" (Abney '87), então, a criança no estágio lexical do desenvolvimento (quando ainda não

possui o sistema D) não mostrará evidências de ter adquirido os mecanismos de marcação de caso que operam na atribuição de caso aos DPs da gramática do adulto.

Não possuindo o sistema D e o sistema de caso, a criança não mostrará evidências, na fase lexical, de ter adquirido a morfosintaxe dos pronomes que são marcados com caso (I, me, my). De fato, as crianças usam nomes no lugar de pronomes, o que sugere que elas usam NPs em contextos em que o adulto usa DPs.

Seguindo a assunção de Abney '87 segundo o qual uma das funções semânticas essenciais do sistema determinante no adulto é especificar as propriedades referenciais e pronominais, Radford sugere que o fato de a criança não ter dominado a gramática (morfologia, sintaxe e semântica) do sistema D, neste estágio, leva a crer que a criança não "sabe" quais as propriedades referenciais que os determinantes carregam.

A criança parece mostrar que não tem nenhum "conhecimento" da referência de terceira pessoa dos nominais, ao usar o próprio nome para referir a si mesma, o que leva Radford a concluir que as restrições de pessoas parecem estar associadas com um sistema D e, por conseguinte, as propriedades de pessoa dos nominais

e as propriedades de "ligação" e de "correferência" não são adquiridas no estágio lexical.

É provável que as propriedades de ligação sejam determinadas pelo sistema D, sugere Radford.

A criança não usa os determinantes referenciais a/the/this, mas usa os demonstrativos this/that como pronomes independentes. Assim, o enunciado "That chair" deve ser interpretado como "That is a chair" (uma mini-oração). Ao invés de combinar com os NPs complementos, os demonstrativos this/that parecem tomar o lugar dos NPs e assim ocorrem nas posições de NP. A conclusão é que os demonstrativos têm o status de NPs pronominais.

Radford salienta que é necessário distinguir entre a aquisição de um item e a aquisição de uma categoria: o fato de a criança adquirir um item específico não implica que adquiriu a categoria à qual este item pertence na gramática do adulto.

A estratégia inicial de categorização no estágio lexical é tentar encaixar todos os constituintes no sistema de núcleos lexicais e projeções que a criança já desenvolveu. Neste sentido, os constituintes que têm o status de categoria funcional para o adulto ou não serão categorizados pela criança ou serão categorizados

"erroneamente", isto é, como tendo o status de categoria lexical. Só o acúmulo de evidência positiva a qual a criança está exposta é que lhe permitirá perceber que a sua análise é incompatível com as propriedades morfosintáticas dos constituintes da fala do adulto.

Enfim, o desenvolvimento da linguagem é inter-categorial, no sentido de que o sistema D, o sistema I (Flexão) e as diferentes estruturas funcionais e não-temáticas ocorrem concomitantemente.

Segundo a hipótese maturacional, alguns princípios universais são geneticamente programados para operar somente em um ponto específico na maturação linguística da criança.

Para Radford, o paralelismo do desenvolvimento inter-categorial parece mostrar evidências da manifestação dos fatores maturacionais.

2.2. MODELO DE REPRESENTAÇÃO

Pouca atenção tem sido dada ao elemento determinante presente no sintagma nominal como se o que estivesse dentro do NP não tomasse parte de processos associados à estrutura sentencial.

Apenas nos últimos anos, a partir de '86 tem-se discutido a estrutura do NP e sua representação.

Faremos menção a três trabalhos que permitem descrever o comportamento da categoria Determinante e relacioná-la a outras categorias funcionais como INFL e COMP.

2.2.1. O DETERMINANTE: FUKUI & SPEAS '86

Fukui & Speas '86 partem do princípio que há categorias não-lexicais tais como COMP e INFL que se comportam como núcleos, mas não têm os traços +N, +V e, portanto, não constituem categorias que possam ter estrutura temática.

Refutam a "hipótese da uniformidade do número de barras" no que se refere à categoria máxima, e propõem que as categorias lexicais N/V projetem só o primeiro nível de barras, (X'), permitindo recursividade desde que apoiado pelo Princípio da Projeção e outros princípios independentes de licenciamento.

No que tange às categorias não-lexicais, ou melhor, funcionais, os autores propõem que sejam projetadas até o nível X", limitadas a uma única posição de especificador e uma única posição de complemento.

Na tentativa de uniformizar as categorias funcionais, Fukui e Speas cunharam o termo *Kaso*, o qual engloba o caso assinalado pelas categorias lexicais e os traços funcionais assinalados pelas categorias funcionais.

A diferença entre a categoria lexical está no número de barras:

as categorias funcionais projetam até o nível da X", podendo ter um especificador que é projetado somente se a categoria atribuir *Kaso*;

as categorias lexicais projetam, como já dissemos, somente até o nível da X', permitindo a iteração no mesmo nível.

Este constitui o Teorema da Projeção Funcional:

"Um núcleo funcional projeta-se ao nível X" sse há algum Kaso a ser descarregado à sua posição de especificador. Caso contrário, ele só projeta até X' ".

Estabelecem, assim, uma relação de isomorfismo entre as várias categorias funcionais, conforme a possibilidade de atribuir caso:

| | + KASO | - KASO |
|----|--------|--------|
| CP | WH | that |
| IP | INFL | to |
| DP | 'S | the |

Prosseguem na distinção entre as categorias lexicais e funcionais:

1. Os núcleos funcionais não possuem grade temática, os núcleos lexicais sim;
2. As categorias funcionais e as categorias lexicais assinalam caso em direções opostas;
3. As categorias funcionais dispõem de apenas um Kaso para atribuir, "descarregar", devido ao fenômeno da concordância entre SPEC e o Núcleo funcional (trata-se da concordância Spec-Head, como expõe Chomsky '85) que

requer a relação de "um-para-um"; logo, existe só uma posição de especificador.

A posição de especificador de uma categoria lexical não envolve uma relação de concordância, mas sim uma relação de modificação. A relação de modificação não requer a limitação de "um-para-um" da concordância Spec-Núcleo; logo, a posição de Spec é iterativa.

Dado o diferente comportamento dos especificadores de uma categoria funcional e de uma categoria lexical, Fukui sugere que apenas os especificadores das categorias funcionais podem "fechar", ou saturar uma projeção no sentido de que dispõem de apenas uma posição irmã à X'.

As projeções de itens lexicais não são "fechadas" porque é possível a ocorrência de adjunção reiterada de categorias modificadoras a X'. Portanto, as projeções de categorias lexicais são X', permitindo iterações sem restrições.

Fukui e Speas não centralizam a análise nos determinantes, mas incluem-nos, como podemos observar, dentre as categorias funcionais ao estabelecer os traços Kaso.

A idéia de que é o "especificador" que fecha uma projeção, leva os autores a considerarem DET o especificador de N', a partir da distribuição dos artigos dentro de um sintagma nominal. A ordem "o homem" em detrimento da ordem "*homem o" parece confirmar a hipótese da existência de uma categoria determinante que tem a função de selecionar o NP.

Considerando que o português é uma língua em que o Núcleo precede os seus complementos e que, nesta perspectiva, é a categoria DET que seleciona o NP, chega-se à conclusão que os princípios da gramática podem explicar a distribuição dos determinantes.

Virando pelo avesso, Fukui e Speas argumentam que línguas que não dispõem de elementos funcionais também não dispõem de projeções X". As projeções máximas se darão a nível de X' e ocorrerá a iteração de categorias modificadoras junto a X'.

Desta feita, as suas projeções não serão "fechadas" devido à inexistência de uma única posição de especificador.

A língua japonesa pode ser descrita em termos de categorias lexicais, pois não possui as categorias DET, COMP, FLEX e, como mostram Fukui e Speas, a categoria DET:

ko-no hon "este livro"
 John-no ko-no hon "John-gen este livro"

A reiteração do elemento no mostra que o japonês não tem uma única posição de especificador, o que constitui para Fukui e Speas evidência de uma relação de modificação e não de concordância. A primeira é típica das categorias lexicais, a segunda das categorias funcionais.

2.2.2. O DETERMINANTE: ABNEY '86/'87

Considerando que todas as categorias de palavras podem ser projetadas (expandidas) em categorias sintagmáticas:

(X" Spec (X' adjunto (X' (X núcleo) complemento)))

ou seja, uma vez que as categorias lexicais e funcionais são projetadas de maneira semelhante, quais as diferenças entre elas?

A diferença parece estar na atribuição de papel temático.

Abney '86 retoma Stowell '81, o qual argumenta que a teoria theta e a teoria do caso dão conta da boa formação das estruturas. A idéia preliminar é que todo nóculo tem que ter um papel na sentença, ou seja, deve ser licenciado.

Abney vai além e afirma que todo nóculo tem um papel na sentença, mas para cada nóculo só é possível licenciar uma relação, conforme o critério temático.

Afirma que a teoria theta é primária e a condição imposta pela teoria do caso é contingente.

A violação do filtro do caso pode acarretar uma oração mal-formada, pois viola algumas condições gramaticais, mas a oração é interpretável; vice-versa, a violação do critério temático não permite a interpretação de uma oração.

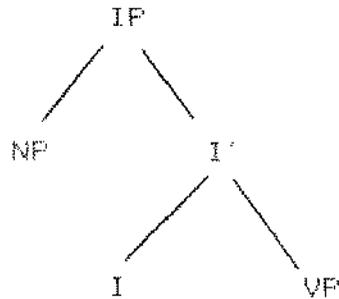
Estabelece a condição de licenciamento:

"Todo nóculo deve ser licenciado somente ao entrar em relação (suficientemente forte) com um nóculo licenciado de maneira independente"

Uma relação suficientemente forte é aquela que é identificada pela atribuição de papel temático.

O intento de Abney é abordar como as categorias não-lexicais - os elementos funcionais - podem ser licenciadas ou distribuídas.

Recorre à descrição geral de uma oração com o elemento flexional, um núcleo, para mostrar que deve existir algum tipo de seleção entre INFL e seu complemento (VP):



Partindo do princípio, segundo o qual todos os complementos de um núcleo são lexicalmente selecionados pelo mesmo núcleo, sugere que I seleciona VP. Trata-se, portanto, de uma seleção funcional. A seleção funcional licencia os complementos de elementos funcionais exatamente como a distribuição de papéis temáticos licencia os complementos de categorias temáticas.

Abney '87 argumenta que a distinção entre as categorias lexicais e funcionais está enraizada na GU.

As categorias funcionais têm as seguintes características que as distinguem das categorias lexicais:

1. as categorias funcionais constituem classes fechadas.
2. são frequentemente clíticos, meros afixos ou de conteúdo fonético vazio.

3. os elementos funcionais permitem um só complemento, que, em geral, não é um argumento. Os argumentos são CP, PP e DP. Os elementos funcionais selecionam IP, VF e NP.

4. os elementos funcionais são geralmente inseparáveis de seus complementos.

5. os elementos funcionais não têm "conteúdo descritivo". A sua contribuição semântica é de segunda ordem. Tem a função de regular ou contribuir para a interpretação de seu complemento. Eles marcam os traços gramaticais ou relacionais, ao invés de escolher uma classe de objeto.

Abney explicita que o "conteúdo descritivo" de um sintagma é a sua relação com o mundo. A palavra bola será entendida se alguém a enunciar diante de sua presença, no entanto, palavras como se / will não servem para descrever nenhum aspecto do mundo, mas para codificar uma relação temporal entre o enunciado e a ação descrita pelo próprio enunciado.

Sugere que uma vez que INFL não tem conteúdo descritivo intrínseco, deve adquiri-lo de seu complemento. A seleção funcional envolve a aquisição de conteúdo descritivo; a atribuição de papel temático não requer esta propriedade.

Uma ulterior propriedade que diferencia as categorias lexicais e funcionais é que os itens que pertencem às categorias lexicais são temáticos, enquanto que os itens que pertencem às categorias funcionais são não-temáticos. Isto porque é possível que os itens funcionais não assinalem papéis temáticos aos seus especificadores. Tanto a posição de núcleo quanto a de especificador em um sistema de categoria funcional (CP, IP, DP) podem ficar vazios. Assim, as posições de núcleo e especificador de uma categoria funcional podem ser preenchidos transformacionalmente:

We mustn't let (VP the enemy (V destroy) the city)

(IP the enemy (I will) (VP e(V destroy) the city))

(CP (C will (IP the enemy(I e) (VP e (V destroy)
(NP the city)))

(CP which city (C will) (IP the enemy (I e) (VP e
(destroy) e)))

O fato de os determinantes ocorrerem exclusivamente em NP sugere que há uma seleção entre o substantivo e o determinante. Uma vez que o Princípio de Projeção prevê que o núcleo subcategoriza o complemento e que a Teoria X' impõe que a seleção se dê entre nódulos irmãos, o

núcleo e seu complemento devem formar uma projeção de tipo X'.

Abney conclui que o determinante seleciona N'. A relação entre Det e N' aproxima-se mais da seleção funcional do que da atribuição temática, pois N' não pode receber papel temático, uma vez que não pode ser considerado um argumento, mas um predicado.

Abney afirma que DET e INFL têm funções semânticas semelhantes: a função de Det é especificar a referência de um NP, no sentido de que o nome provê um predicado e o Det escolhe "um membro particular da extensão do predicado". O INFL opera esta mesma função: o VP provê um predicado caracterizado por ser uma classe de eventos e o elemento flexional (I) é responsável pela localização de um evento particular no tempo.

Partindo do pressuposto que só se pode selecionar as categorias de projeção máxima e que D é o núcleo do sintagma DET, Abney conclui que o complemento de D só pode ser um NP.

Uma das condições que licenciam os DPs é que eles requerem caso e, portanto, só podem ocorrer em posições marcadas +caso:

(DP (D 's) (NP the lady (N' (N cup) of coffee)))

uma vez que "the lady" é um DP e que o DP requer caso, este deve mover-se para a posição que tem caso. Uma vez que a posição Spec dentro de DP é uma posição marcada

+caso, a condição que requer a atribuição de caso é satisfeita pelo movimento de "the lady" para o Spec de DP:

(DP the lady (D 's) (NP e (N' cup of coffee)))

O movimento do possessivo DP satisfaz a condição de caso em DP.

Este movimento é justificado enquanto o sujeito de um sintagma nominal (um genitivo) não é uma palavra, mas um sintagma, portanto, não se pode localizá-lo em D, mas no especificador de D que é uma projeção máxima.

O morfema possessivo ocupará a posição D, pois sendo um núcleo, deverá assinalar caso ao sujeito. A marcação de caso será dada exatamente como INFL (AGR) dá caso nominativo ao sujeito.

Abney '87 conclui que o caso é uma propriedade intrínseca de DPs.

2.2.3. ISOMORFISMO MAXIMAL ENTRE S E NP:

DOBROVIE-SORIN '86

A partir da análise do determinante e a estrutura nominal no romeno, Dobrovie-Sorin '87 assinala que no

romeno o artigo definido apresenta-se sufixado ao primeiro termo do NF:

fata_a frumoasă (menina-a bonita)

frumoasă_a fată (bonita-a menina)

ao passo que o artigo indefinido aparece à esquerda no nome: o fată (uma menina).

A autora sugere que, apesar das diferenças superficiais acima verificadas, os artigos definidos e os indefinidos ocupam a mesma posição, que, a princípio, seria: Spec N'. Através do movimento do nome ou do adjetivo (adjunção) para a posição do Spec N', tem-se as estruturas (NF → N-Art Adj) e (NF → Adj-Art N), respectivamente.

Sugere que em um sintagma nominal com um elemento no caso genitivo, os artigos definidos têm a função de determinar o nome no genitivo e não o nome regente. Daí a agramaticalidade de *neighbour's the child em contraposição com a boa-formação de "the neighbour's child". Em outras palavras, o genitivo ocupa a mesma posição do artigo.

A partir da consideração acima, Dobrovie sugere um nóculo complexo que possa comportar tanto o genitivo

quanto o artigo definido:

adjunção de Spec N' ao Spec N'.

Considerando que o artigo romeno tem traços de gênero e número, conclui que existe uma relação de concordância entre o nome e o seu especificador.

Esta característica levou-a a sugerir que o sintagma nominal possui um nóculo do tipo INFL e que, portanto, existe um isomorfismo maximal entre o nóculo sentencial e o sintagma nominal: a projeção do nóculo INFL. (2)

A projeção da flexão (INFL) permite desfazer a estrutura complexa acima (adjunção de Spec N' a Spec N') na medida em que a posição Spec N' fica designada para os genitivos e a posição de INFL para os artigos.

Tendo em mente que o genitivo é o "sujeito" do sintagma nominal propõe que deve ocupar a posição característica dos sujeitos conforme o formalismo de Chomsky '86:

Spec I'.

Prefere, no entanto, adotar a hipótese segundo a qual o sujeito de S ocupa a posição de Spec de V'. Ao propor que o sujeito do NP ocupa a posição de Spec de N' estabelece um isomorfismo entre as categorias N e V.

Considerando os sintagmas nominais

1. fata tinàrà (filha-a jovem)
2. fata Mariei (filha-a de Maria)
3. * fata Mariei blondà (filha-a de Maria loira)
4. * tinàrà Mariei fata (jovem-a de Maria filha)

verifica que o nome move-se para I (INFL), junto do artigo (1); o movimento do nome para I não é bloqueado pela presença do genitivo em Spec N' (2); o genitivo bloqueia o movimento de um nome modificado (3); o genitivo bloqueia o movimento de um adjetivo.

A construção de número 3 torna-se gramatical se, no lugar do artigo, tivermos um demonstrativo:

5. fata Mariei cea tinàrà
(filha-a de Maria aquela jovem)

Considera a estrutura "Dem + Adj" um género de Small Clause (Stowell '81), onde o demonstrativo funciona como sujeito do adjetivo e ao mesmo tempo é uma espécie de pronome relativo coindexado com o núcleo nominal.

Dada a agramaticalidade de

6. *Os estão na mesa
7. *Teu partiu,

Dobrovie sugere uma restrição:

"O artigo definido não pode constituir a única expansão de N".

Esta formulação dá conta da gramaticalidade de

8. Os vermelhos estão na mesa

independentemente do fato de o adjetivo encontrar-se no Spec N' (Milner '78) ou em N' (Ronat '77). fato importante é que o adjetivo se encontra dentro do mesmo N" onde se encontra o artigo.

A condição acima permite estabelecer que o artigo definido é um clítico que deve estar preso a um elemento lexical.

A exclusão de estruturas com adjetivos complexos como * (N" (N" o) (Adj suscetível de partir)) é justificada enquanto não há um elemento dentro de N" ao qual o artigo possa se prender (cliticizar).

A partir de Milner '82, Dobrovie afirma:

"o artigo definido é uma marca de atualização que se combina necessariamente com um elemento que possui uma referência virtual. A referência virtual de um NP é resultado da intersecção da referência virtual de diferentes elementos lexicais que o compõem. A presença do artigo

definido depende, portanto, da presença de elementos dotados de referência virtual. Os sintagmas dentro dos quais o artigo definido constitui a única expansão lexical de N" são excluídos, porque dentro deste caso o artigo não pode realizar a sua função de atualizador da referência virtual".(1987:135)

A sequência de frases com pronomes demonstrativos:

9. Cel care a plecat e fratele meu

(Aquele que partiu é irmão meu)

10. Cel susceptibil de a reusi e fratele meu

(Aquele suscetível de triunfar é irmão meu)

11. * Cel e fratele meu

(Aquele é irmão meu)

parece estar em distribuição complementar (tanto no romeno quanto no francês) com a sequência de pronomes pessoais:

12. * El care a plecat e fratele meu

(Ele que partiu é irmão meu)

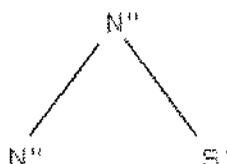
13. * El susceptibil de a reusi e fratele meu

(Ele suscetível de triunfar é irmão meu)

14. El e fratele meu

(Ele é irmão meu)

Dobrovie sugere que o contexto típico de cel "aquele" é o de um NP que contém uma relativa restritiva. Propõe que o demonstrativo com valor pronominal ocupe a mesma posição das relativas: que sejam Chomsky-adjungidas ao nóculo NP como em



ao passo que os pronomes pessoais devam ser inseridos no nóculo superior N''.

Assim, têm-se os seguintes diagramas:

relativas restritivas (N'' (N'') Adj)

adjetivos complexos (N'' (N'') Adj)

pronomes demonstrativos (N'' (N'') X)

onde X é uma variável e está para S', PP, Adj, Adv, Ngen.

O artigo definido não pode ocorrer na posição (N''(N'') X), devido à restrição que determina que o artigo não pode ser a única expansão do N''.

O pronome pessoal também é excluído da posição acima porque o NP "mais encaixado" não tem referência atual e o pronome pessoal se caracteriza por possuir uma referência atual.

No que diz respeito ao AP com artigo definido tinàra (jovem-a) e ao AP com adjetivo demonstrativo cea tinàrà (aquela jovem), Dobrovie opõe, respectivamente, uma estrutura nominal cujo núcleo é um pro a uma estrutura de tipo Small Clause (adjetivo e pronome demonstrativos têm a mesma estrutura):

(I' (I tinàrà a) (N" (N pro) (Adj t))) "a jovem"

(N" (N" cea) (Adj tinàrà)) "aquela jovem"

No que diz respeito à identificação de pro, Dobrovie afirma que, uma vez que pro não aparece via movimento, não se tem um t (vestígio) e também não se trata de variável. A interpretação de NPs com núcleo zero é compatível com o elemento pro, que é um simples pronome desprovido de forma fonética (cf. Chomsky 1982). Ele não tem nenhuma das propriedades anafóricas. Pro é marcado (+pro) (-anaf.), à diferença de PRO, que é, por definição, uma "anáfora pronominal" (+pro) (+anaf.), pois exige uma estrutura de controle.

Dobrovie sugere que se a estrutura do NP acima estiver correta, os núcleos nominais nulos são regidos por um elemento de tipo flexional (o artigo definido), comparado com o sujeito nulo, que é regido pela marca flexional do verbo.

A hipótese segundo a qual o artigo definido é um regente baseia-se na existência das marcas de gênero, número (e caso, no romeno). No NP de núcleo lexical, as marcas de gênero e número concordam com o núcleo nominal, assim como a flexão verbal concorda com o sujeito. Refaz-se a Guéron '83 que considera que os artigos do francês têm estatuto pronominal.

Uma língua que não apresenta as marcas de gênero e número no artigo exclui o aparecimento de *pro* como núcleo de NP. É o caso do inglês, que utiliza one para esta posição (*the red; the red one); ao passo que o romeno e o francês têm *pro*.

Uma ulterior característica do romeno levantada por Dobrovie é a existência de uma segunda classe de artigos definidos que se caracterizam por serem a contrapartida tónica dos artigos átonos que aparecem sufixados e por precederem um elemento genitivo:

a vecinului fată

(a de vizinho filha)

al vecinului băiat

(o de vizinho menino)

e diante de pronomes possessivos (Dobrinesco '78)

al meu é rosu

(o meu é vermelho)

a mea este pe masă

(a minha está na mesa)

mas

Creionul meu este acesta.

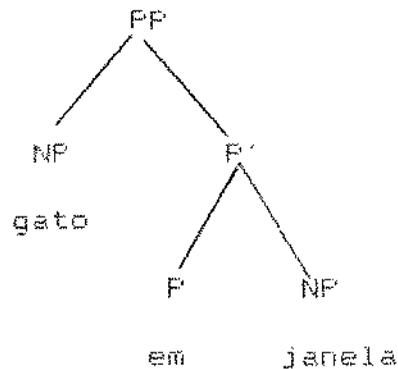
(lâpis-o meu é este)

2.3. HIPÓTESE DE MUDANÇA;

DA PREDICAÇÃO LEXICAL A C-SELEÇÃO FUNCIONAL

O trabalho de Radford é elucidativo porque distingue claramente a linguagem do adulto, constituída de categorias funcionais, tais como DP (Determiner Phrase), IP (Inflectional Phrase) e CP (Complementizer Phrase) da linguagem da criança constituída apenas de categorias lexicais, cuja configuração é descrita em termos de "small clause".

"Small Clauses" (na visão de Stowell '81) são projecções sintagmáticas de uma categoria lexical nuclear, de modo que uma SC ("small clause") com um predicado preposicional seja analisado como um sintagma preposicional, isto é, como uma projecção sintagmática de uma preposição nuclear:



Na linguagem do adulto também se verificam estruturas de "small clause", desde que apareçam como complemento de um conjunto restrito de verbos transitivos, pois, a teoria do caso requer que todos os NPs lexicais plenos recebam caso. Não deveriam aparecer em orações independentes, porque o sujeito não teria como receber caso (3):

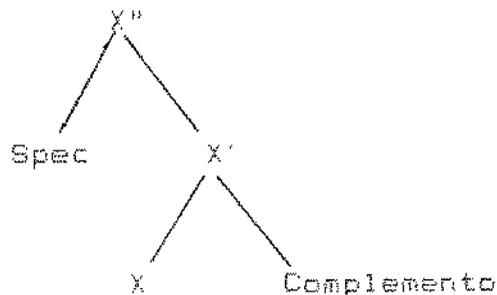
12. I believe the President incapable of deception.

13. * The President incapable of deception.

Na linguagem da criança é possível a "small clause" em orações independentes, pois a criança ainda não desenvolveu o filtro do caso: "Want hat on"; "Hat on". Sabemos que a teoria do caso estrutural é inerente à categoria D (Abney '87, Radford '90) e a partir da existência de categorias funcionais como INFL, por exemplo, que dá caso nominativo ao sujeito, portanto,

podemos concluir que a criança só desenvolverá o caso estrutural quando adquirir as categorias funcionais.(4)

Metaforicamente, gostaríamos de sugerir que a passagem do latim vulgar para o português é marcada pela "aquisição", desenvolvimento das categorias funcionais. A partir deste momento, tem-se a representação da oração das línguas romênicas conforme a configuração abaixo para o português e a perda das declinações de caso do latim:



onde X'' é projeção de uma categoria nuclear funcional (X).

Cumpra explicar como se dá o desenvolvimento das categorias funcionais. (5)

Retomemos o modelo de aprendizagem lexical de Bickerton, segundo o qual é a interação entre os princípios e o léxico que é responsável pela gramática. Podemos inferir que a criança/uma geração adquire as

categorias através do léxico. Radford salienta que as crianças não têm noção das pessoas gramaticais e que:

"they show no awareness of the fact that nouns are intrinsically third person forms in adult speech, and cannot be used in a first or second function" (1986:20).

Gostaríamos de sugerir que a criança desconhece a pessoa gramatical, porque ignora as pessoas do discurso, que por serem atualizáveis a cada ato comunicativo não constituem uma designação estável como uma entrada lexical.

Kato '91 sugere que, no início, as expressões referenciais da criança são restritas aos nomes o que parece indicar que a criança possui apenas uma pessoa gramatical. O fato de as pessoas gramaticais serem consideradas determinantes, ou seja, pertencentes às categorias funcionais, pode explicar, segundo Kato, a ausência das pessoas gramaticais na fase lexical da linguagem da criança.

E provável que a criança desconheça também a noção de proximidade/não-proximidade que define os pronomes demonstrativos. A nossa hipótese é que ao descobrir as pessoas do discurso, a criança re-interprete os nomes como um designativo e a terceira pessoa como um

elemento dêítico de valor negativo ou neutro (não se refere nem à primeira, nem à segunda pessoa do discurso). Só então poderá adquirir as diferenças entre "aquele", "ele", "o" e finalmente ativar a estrutura sintática mais complexa com a presença dos elementos funcionais.

Do ponto de vista da formação das categorias funcionais no português, gostaríamos de aventar a hipótese seguinte:

A recomposição do sistema demonstrativo do latim vulgar intensificou a noção de proximidade/não-proximidade, criando um sistema binário, ao intensificar o eixo falante-ouvinte (como ocorreu no francês) ou retomando o sistema ternário (como ocorreu no português).

O novo sistema intensifica a função estritamente dêítica dos pronomes demonstrativos que remetem à proximidade das pessoas do discurso e acentua o elemento dêítico com valor negativo (a terceira pessoa).

Esta intensificação é constatada pela prefixação da partícula de reforço eccu a todos os demonstrativos, inclusive aos de terceira pessoa, tornando-o inerentemente dêítico (embora com valor negativo). A lexicalização dêítica de "eccu+ille" vinha a se contrapor com o uso (-) lexical do demonstrativo ille

que passou a indicar um referente por via homofórica. Temos uma categoria semântica nova (+) homofórica, que passará à categoria funcional, no português.

No que se refere aos pronomes adjetivos possessivos, verificamos que, no latim vulgar, permanecem pospostos ao nome apenas os itens com caso genitivo e dativo. A nossa proposta é que estes pronomes passem a se antepor ao nome somente após a recomposição total dos demonstrativos: a interpretação de *ille* não mais como dêitico, mas com valor homofórico, ou seja, como artigo.

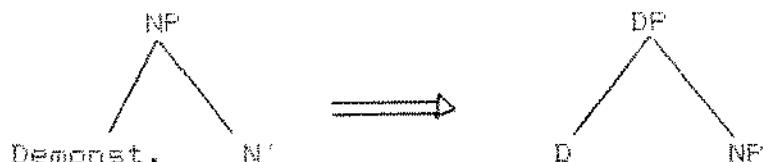
Uma vez assegurada a estrutura Art+N, dá-se a anteposição dos adjetivos possessivos aos nomes. Embora não tenhamos material suficiente que comprove esta passagem, aventamos a hipótese de que é o momento acima que marca o deslocamento do possessivo para a posição anterior ao nome.

Sugerimos que a passagem do latim vulgar para o português tenha sido feita em termos de SC (Small Clause). Em primeiro lugar, temos o demonstrativo que se antepõe ao N, ou seja, uma estrutura de sujeito e predicado ("small clause" na visão de Stowell '81 e Rothstein '83); em segundo, o possessivo, exceto aqueles marcados com o caso genitivo e dativo, antepõe-

se ao N, sem todavia ocupar a posição dos determinantes.

Em suma, ultimada a recomposição dos demonstrativos e reforçado o pronome *ille* com o elemento *eccu*, para uso rigidamente dêitico, fixa-se o uso do pronome simples (sem reforço) como homofônico. A homofonicidade não tem o caráter fortemente dêitico porque não tem a função de dar as coordenadas espaço-temporais da localização dos participantes do discurso: não pode constituir o sujeito da "Small Clause", daí ter de projetar a estrutura da categoria funcional.

Ao expandir a estrutura do sintagma nominal, estabelece-se o que Abney '86 e '87 chama de "seleção funcional", responsável pela perda da atribuição de caso morfológico, dando vazão ao sistema de caso estrutural, via regência, tal como se verifica nas línguas românicas. Enfim, pretendemos propor a seguinte mudança:



NOTAS:

(1) Ao analisar os elementos zero como parte do paradigma fórico, Kato '91 mostra que as posições sintáticas das primeiras produções da criança são saturadas por dêiticos nulos. O pronome dêitico nulo ou exofórico (= exopro), com uso restrito às orações principais e de largo uso nas imperativas, tem a característica, dentro da noção da teoria da ligação, de estar livre dentro do domínio de sua categoria de regência. Em outras palavras, o pronome dêitico nulo não tem antecedente e deve, por este motivo, ser inserido no princípio C da teoria da ligação. O fato de pertencer ao princípio C é a evidência de que o argumento nulo da criança deve ter interpretação definida e não arbitrária, como se esperaria de uma saturação lexical.

(2) Ver Raposo e Uriagereka (1991) para proposta semelhante.

(3) Kato '89 mostra que o português licencia mini-orações livres, porém com a ordem inversa (Inteligente este menino). "Mini-orações e a ordem dos constituintes no português", Comunicação apresentada no III Encontro da ANFOLL, São Paulo, 1989.

(4) A categoria funcional Det é relevante para o caso estrutural e não para o caso morfológico.

(5) Cumpre salientar primeiro que o desenvolvimento das categorias funcionais que assinala a passagem do latim para as línguas românicas e a aquisição pela criança da estrutura "amadurecida" (= constituída de categorias lexicais e funcionais), que caracteriza a linguagem do adulto, tem o seguinte ponto contrastante: Na linguagem da criança tem-se atribuição temática, mas não se tem marcação casual, portanto, a estrutura "amadurecida" só é possível através da aquisição de categorias funcionais e do caso estrutural;

No caso do latim clássico,

tem-se atribuição temática e marcação de caso morfológico. O latim vulgar se caracterizaria, portanto, pelo desenvolvimento (e não aquisição!) de categorias funcionais existentes no latim clássico (em sua morfologia) e pela mudança do caso morfológico para o caso estrutural. As línguas românicas seriam o resultado do desenvolvimento das categorias funcionais operado no latim vulgar.

C A P I T U L O I I I

3. RESENHA DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEITICO

LATIM CLASSIVO E LATIM VULGAR

3.1. DEMONSTRATIVOS

O sistema demonstrativo do latim clássico pode ser assim esquematizado:

Primeira pessoa do discurso: hic/haec/hoc

Segunda pessoa do discurso: iste/ista/istud

Terceira pessoa do discurso: ille/illa/illud

Além deste sistema correlato às pessoas do discurso, havia as séries:

ipse/ipsa/ipsum e idem/eadem/idem

correspondentes, respectivamente, às formas portuguesas "próprio" e "mesmo" nas frases:

1. Ele é o próprio cão.
2. Eles têm o mesmo cão.

Havia ainda a série dos determinativos: is/ea/id que se distingue das formas pronominais da terceira pessoa do

discurso ille/illa/illud por ser não marcada em relação à interpretação dêitica destas últimas. Ex.:

3. is hoc dicit ("ele diz isto")

4. ille hoc dicit ("é ele que diz isto").

Para Jordan 1972, os demonstrativos do latim clássico dividem-se em duas grandes categorias.

A primeira compreende a série que podia ser usada com função anafórica ou de referência: is, ea, id:

is qui (o que)

is homo qui (o homem que).

A segunda inclui as séries demonstrativas que expressam a distância espacial:

hic, haec, hoc

iste, ista, istud

ille, illa, illud

As esferas semânticas dos pronomes demonstrativos se entrecruzaram no latim vulgar: hic e iste, hic e is, ipse e ille eram todos intercambiáveis. (Jordan 1972:301).

Para Jordan, id, ea, id eram termos de conteúdo abstrato (faziam referência a um antecedente já expresso ou que estava para ser expresso em seguida) e tinham escassa consistência fonética, razão pela qual

eram pouco empregados no latim coloquial que os reforçou com a partícula *ecce*.

Lausberg '66 salienta que ao enfraquecer, *is* passou a ser substituído por *ille*, que, por sua vez, herdou a função determinativa de *is* em ambientes como *is qui = ille qui* (aquele que).

Os demonstrativos *hic*, *haec*, *hoc* também eram empregados no lugar de *is*, mas desapareceram por razões de natureza fonética. O desaparecimento de h na pronúncia levou à confusão nos paradigmas de *hic*, *haec* e *hoc* e *is*, *ea*, *id*.

Já os demonstrativos *iste*, *ista*, *istud* têm a sua esfera semântica modificada. Passam a ter a função de *hic*, explicitando o grau de proximidade ao falante.

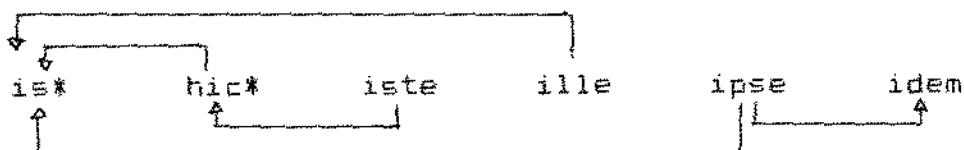
No que diz respeito, portanto, ao segundo e terceiro grau, há caminhos diferentes nas línguas românicas. Algumas línguas optaram por um sistema binário e outras pelo sistema ternário. A substituição de *iste*, que passou a identificar o primeiro grau de proximidade, por *ipse* constitui uma inovação radical nas línguas que mantiveram o sistema ternário como o português. (Lausberg 1966:205).

Mattoso Camara dá uma interpretação bastante interessante a respeito do uso de iste com valor de proximidade do falante:

"Talvez o deslocamento de iste tenha sido, a princípio, uma extensão de sua área, para se opor ao campo em conjunto do eixo falante-ouvinte a tudo que lhe era exterior (ille). Se foi isto que se deu, o antigo sistema tripartido logo retomou seu funcionamento, com a restrição de iste para o campo do falante e a adjucação de ipse para o campo do ouvinte, propiciada pela presença enfática de ipse junto às três pessoas pronominais, especialmente a segunda: *Medice, cura te ipsum* = (Médico, cura-te a ti mesmo)" (M. Camara 1976:101)

A série ille, illa, illud é antiga e popular como pronome e adjetivo anafórico e correlativo. Os dois usos se afirmam no latim imperial. (Väänänen 1975:195)

Väänänen apresenta-nos o seguinte esquema da redução dos demonstrativos (o * assinala as formas que não sobreviveram nas línguas românicas).



Como usamos flechas para representar deslocamentos, podemos acrescentar para o português uma flecha partindo de ipse para iste.

Para Väänänen, havia duas séries de pronomes de identidade: idem/ipse tinham em comum a capacidade de expressar unicamente a identidade entre os objetos que evocavam e o objeto denominado pela palavra a que faziam referência para descodificar a mensagem. O primeiro era o pronome de identidade por excelência "el mismo"; o segundo tinha o caráter adversativo, separativo "él mismo" (e não outro). No latim vulgar, ipse perde o seu valor especial e é utilizado como demonstrativo anafórico (ou determinativo) em concorrência com iste e ille.

Lausberg classifica is, ille e ipse como pronomes pessoais de terceira pessoa no latim clássico e os distingue semanticamente. Para ele, is era o pronome normalmente usado. A seu lado, vinha ille com valor ponderativo e ipse com valor ponderativo mais acentuado (exclusivo). Os três pronomes estavam em relação de positivo, comparativo e superlativo. No românico, mantiveram-se apenas os graus mais fortes de ille e ipse, com a perda do caráter ponderativo devido à mecanização.

Mais adiante, ao descrever os demonstrativos latinos *hic*, *iste ille*, Lausberg acrescenta:

"Junto a estos pronombres demostrativos están los pronombres personales y determinativos *is*, *idem*, *ipse*, que tienen una función delimitadora e identificadora pero que pueden ocasionalmente asumir también valor demostrativo" (Lausberg 1966:202).

Ou seja, agora considera *is*, *idem* e *ipse* pronomes pessoais que podem se comportar como demonstrativos e classifica *ille* como demonstrativo, quando antes havia considerado este pronome como pronome pessoal junto a *is* e *ipse*.

Na descrição do sistema demonstrativo latino, Mattoso Câmara inclui, ao lado de *ille*, com "valor indicativo preciso", os pronomes *is* de indicação vaga, e *ipse*, que reiterava uma indicação à maneira de "o mesmo". *Ipse* tinha um valor muito mais particular e específico.

No que diz respeito aos pronomes pessoais, Mattoso Câmara conclui que a língua latina não levava em conta a terceira pessoa:

"A flexão verbal indicava quando o sujeito não era nem o ouvinte nem o falante, e a especificação desse sujeito era feita pelo respectivo nome substantivo ou por um pronome demonstrativo em

função do campo mostrativo da comunicação: "Maurus currit" (Marco corre), "-Ille currit" (aquele indivíduo que estás vendo ali). (M.Camara 1976:91).

Dessa maneira, o sistema de pronomes pessoais foi enriquecido com o aparecimento da terceira pessoa:

"O processo geral foi reservar para essa função um dos pronomes demonstrativos, esvaziado em sua significação deítica: ille" (M.Camara 1976:93).

De fato, Grandgent faz notar que o latim recorria a ille, hic, ipse e is para suprir o pronome da terceira pessoa que não existia. E dá-nos o seguinte esquema dos pronomes pessoais no latim vulgar: (Grandgent 1952:93)

| | | | | | |
|----|---------|---------|---------|---------|---------|
| eo | nos | tu | vos | ---- | ----- |
| mi | nobi(s) | ti,tebe | vobe(s) | si,sebe | si,sebe |
| me | nos | te | vos | se | se |

em que não aparece nenhum pronome pessoal de terceira pessoa, mas apenas o reflexivo si.

3.1.1. SOBRE A PARTICULA DE REFORÇO;

São frequentes os reforçamentos que têm a finalidade de distanciar a função de *ille*, *ipse*, usados na forma simples como pessoais, isto é, correlativos de *ego*, daquela dos demonstrativos: *eccum iste* é já encontrado em Cicerone. (Battisti s/d:219).

A partícula (um velho advérbio ou partícula epidítica para Maurer '59) que serviu para reforçar o demonstrativo tem sido interpretada em três modos:

1. *eccum + ipse*, *eccum + ille*, na opinião de Ascoli (Archivio Glottologico Italiano, XV);
2. *atque + ipse*, *atque + ille*, proposta por Meyer Lubke '23;
3. **accu* (resultante do cruzamento de *eccu + atque*) proposto por Bourciez '67.

Os demonstrativos reforçados pela partícula *eccu* passaram a ser usados em variação livre com a forma não reforçada. A respeito do português, M. Camara afirma:

"aquele se impõe logo exclusivamente, fora da motivação enfática, para uma distinção formal

entre o demonstrativo e o pronome pessoal de terceira pessoa (ele), também saído de ille. As outras formas enfáticas (aqueste, aquesse) foram afinal abandonadas" (M.Camara 1976:102).

3.1.2. SOBRE O ESVAZIAMENTO SEMANTICO DE ILLE

Silvio Elia '74 chama de "esvaziamento" do conteúdo significativo do pronome a transferência do valor propriamente demonstrativo do pronome para um sentido alusivo. E acrescenta:

"Esse esvaziamento tem sido apontado como a causa da passagem do demonstrativo latino à função individualizante de artigo". (Elia 1974:218).

Foram dois os demonstrativos que sofreram o processo de "esvaziamento": ille (quase sempre) e ipse. Ille, que se traduz como "aquele" é um pronome demonstrativo da terceira pessoa, isto é, não se refere nem a quem se encontra perto da pessoa que fala nem da pessoa com quem se fala. Trata-se de um "diálogo ausente". Ipe é um demonstrativo de identidade: enfatiza o indivíduo a que faz referência: "Caesar ipse", "o próprio César, ele e não outro". (Elia 1974:218).

Ainda para Elia, no latim vulgar, *ille* ocorria no nominativo (*ille, illa*) ou no acusativo (*illum, illum*). Podia preceder ou seguir o substantivo. O esvaziamento semântico do demonstrativo conferiu-lhe o caráter de partícula e, como tal, foi perdendo a tonicidade.

A redução das formas *illu(m), illa(m), illos, illas* à primeira ou segunda sílaba pode ser explicada em termos de fonética sintática. Temos, pois, para o português, as formas *lo (illu), la (illa), los (illos), las (illas)*, que cedo se reduziram a *o, os, a, as* por motivos de fonética sintática (de *los livros de os livros dos livros*). (Elia 1974:218).

Para Meyer-Lubke, *ille* perdeu a sua força demonstrativa:

"C'est *ille* qui a perdu le plus de sa force démonstrative, et c'est seulement dans un nombre restreint de locution plus ou moins consacrées et dans le rôle de déterminatif qu'il présente encore un vestige de sa valeur intégrale de jadis".

(Meyer-Lubke 1923:98).

No entanto, acrescenta Meyer-Lubke, o vestígio da força demonstrativa no determinante é encontrado em três casos distintos:

1. para representar uma palavra já expressa:

"calul său, si al amicului său"

(o seu cavalo e o/aquele de seu amigo)

2. por razão de ordem estética, para evitar repetições:

"saudades da terra, da família e as da sua pequena guida" (Diniz, Pup.240)

3. para servir de apoio a um pronome relativo:

"o reitor doi um dos que mais se importou com a preocupação do nosso homem" (Diniz, pup.3).

Como podemos notar, o vestígio do demonstrativo se manteve na língua portuguesa.

3.1.3. SOBRE O ARTIGO DEFINIDO

Renzi assinala o século VI como o momento crucial para a formação do artigo, pois este é um período de profunda fragmentação do espaço geográfico da România. (Renzi 1982:244).

Väänänen afirma:

"Si es verdad que la creación de un artículo propriamente dicho, es decir, de un determinante que acompaña obligatoriamente al sustantivo, pertenece a la fase románica, no es menos verdad

que está ya pronunciada desde el latín por ciertos usos debilitados de los demostrativos'. (Väänänen 1975:196).

De fato, desde muito cedo, afirma Väänänen, *ille* e *ipse* eram usados para ressaltar uma palavra, para opô-la a outra ou para classificá-la. Ex: "mela bene matura in arbore, quae dulcia sunt; nam illa acida non sunt congrua", "porque las ácidas non son buenas" (Anth.64), onde "las" tem valor de "aquelas".

O artigo definido resulta do esvaziamento do sentido demonstrativo do pronome ille (às vezes, *ipse*), à semelhança de outras línguas européias. (Maurer 1959:112).

Para Maurer, o ponto de partida do emprego de *ille* como pronome pessoal e como artigo definido parece ter sido o uso que se fez do mesmo com a função de anafórico de *is*.

Para Mattoso Câmara '76, o demonstrativo *ille*, na sua forma acueativa, passou a ser usado diante de nome substantivo para opor o indivíduo definitivamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie, sem o intento de localizá-lo no espaço.

Em termos de categoria, o artigo continuou a ser uma partícula demonstrativa, pois assinalava o caráter

definido de uma posição num campo mostrativo ideal, de que participam o falante e o ouvinte. Há ainda o uso do artigo para identificar um indivíduo como "tipo de sua espécie", que é também expresso pelo substantivo singular com a marca de "tipificação" do artigo na frase: O leão é feroz".

O artigo também é usado diante de nomes próprios que se referem "particularmente a um indivíduo e assim o destacam de um conjunto em que participam com muitos outros de uma denominação comum, dentro de língua". (Mattoso Camara 1976:105).

Para Lausberg '66, houve uma ampliação das funções de ille, enquanto o artigo definido, além de seu valor efetivo de identificação individual, isto é, de confirmar o conhecido, pode ser utilizado pelo falante para insinuar um conhecimento ao ouvinte por via afetiva. Assim, o artigo definido contém uma função afetivo-evocadora que se pode encontrar nas denominações genéricas, como "o avaro" e em nomes próprios "A França".

3.1.4. O ARTIGO DEFINIDO; RENZI '82/85 E RAMAT '86

Renzi distingue dois usos do artigo definido:

1. o artigo pode indicar a classe ou a espécie em "O leão é o rei da floresta";
2. o artigo pode opor um membro de uma classe conhecida pelo locutor e interlocutor a um genérico ou conhecido somente pelo locutor: "Veio o senhor de ontem".

Afirma que não se tem vestígios do primeiro tipo no latim vulgar, mas que na "Peregrinatio Aetherae" (século V d.C.) ille é usado para indicar um elemento conhecido: "Sancti Monachi... sancti illi,...illi sancti".

Renzi não especifica qual das duas ocorrências do demonstrativo "illi", ou se ambas, corresponde ao artigo definido.

No período da "Peregrinatio" não havia outros usos do artigo. Não se podia dizer "de-me o manto" sem ter dito explicitamente no texto de que "manto" se tratava. (1)

Renzi conclui que a primeira aparição no latim do artigo definido é vinculada a uma retomada no texto: é um uso textual. No entanto, afirma Renzi que, em

Gregório de Tours 573-593, ille aparece com o significado de notoriedade não-textual (Hist.Franc., II, Frol):

"Nam sollicitus lector, si inquirant strenue, inveniet inter illas regum Israeliticorum historias"

(Com efeito, de fato, se o leitor diligente procurar bem achará as histórias - não citadas anteriormente - dos reis de Israel) trad. de Renzi.

Ramat acompanha o nascimento do artigo definido como categoria gramatical, nas línguas germânicas.

Para ele, o artigo indeterminado serve para ressaltar o nome ao qual se refere extraíndo-o da classe a qual pertence (um livro e não todos os livros, ou melhor, o conceito de livro em geral: "Um livro sempre é um bom presente").

O artigo definido serve para identificar o substantivo no concreto processo da comunicação, ou seja, para atualizá-lo com uma dêixis. Trata-se, portanto, de processos dêicticos de tematização e rematização no discurso que lidam com o traço semântico de +/- dado: + dado para o artigo definido: - dado para o artigo indefinido.

As formas dêiticas com valor pronominal e adjetival sa/so são usadas fazendo referência a um substantivo que já havia sido precedentemente introduzido no discurso:

"gengr par inn mapr...sa mapr maelte"

(entrou lá um homem...o/aquele homem disse)

Salienta que é difícil classificar sa como artigo ou demonstrativo quando se trata de função anafórica como o exemplo acima. Em uma nota, afirma que a oposição entre pronome anafórico e dêitico não é eficazmente definida. Mesmo em posição anafórica, o pronome é impregnado de uma forte "carga de deixis individualizadora".

Apresentamos alguns ambientes que podem ter contribuído para o nascimento do artigo, entre os quais:

1. "Karl der Große" (Carlo o grande), em que o sintagma "o grande" tem função anafórica;
2. "that sad, that ik iu sagda is selbes word" (Hel.2442), (esta semente que eu vos dizia, esta é próprio verbo", em que se tem o valor fortemente dêitico no sintagma Det+N.

Tem-se aqui a união direta do determinante ao nome que constitui a premissa para o desenvolvimento do artigo.

Esta união direta é ausente nas fases mais antigas do germânico. Quando se tem Det+N, o Det ainda tem valor demonstrativo.

É mais raro encontrar o artigo depois do genitivo: "floh her Dtachres nid" (Hild.,18), (fugia ele (a) ira de Odoacre" e depois de um possessivo: "mit dinem wortun (Hild., 40) "com tuas palavras".

Conclui que existe a tendência a não empregar o determinante quando o substantivo é individualizado de outra maneira, o que, para Ramat, confirma a função originária do determinante a partir de um adjetivo, de um possessivo.

Ramat salienta ainda que o nascimento do artigo definido não pode ser explicado como compensação pela perda das declinações, pois o artigo convive com as marcas de caso expressas pelas desinências.

Com o aparecimento do artigo definido, começa-se a assistir o progressivo constituir-se de um sintagma determinativo enquanto unidades sempre mais estruturadas e amplas. O artigo é o elemento que indica tal unidade.

3.1.5. CONCLUSÃO:

As análises dos pronomes demonstrativos, pessoais e artigos propostas pelas gramáticas históricas têm salientado apenas o aspecto semântico dessas categorias. Em nenhuma gramática, pudemos identificar o ambiente que propiciou o aparecimento do artigo e qual a função (se a dêixis ou a anáfora) que favoreceu o seu aparecimento.

Os autores restringiram suas análises às alterações ocorridas nos pronomes demonstrativos, o remanejamento do pronome de segunda pessoa para indicar o pronome de primeira pessoa e a "perda da carga semântica" do pronome de terceira pessoa ille.

Há um consenso geral entre os gramáticos históricos a respeito da origem do artigo em termos etimológicos e semânticos: o artigo surgiu a partir do demonstrativo de terceira pessoa (para as línguas românicas e germânicas), devido ao esvaziamento semântico deste. Ellis '74 define o esvaziamento através da "transferência do valor propriamente demonstrativo para um sentido alusivo".

Lausberg '66 é o único a contrapor essa interpretação com a sua idéia de "ampliação das funções do pronome

ille", o qual, além de identificar um indivíduo (valor demonstrativo), pode "insinuar um conhecimento ao ouvinte por via afetiva". O artigo tinha a função afetivo-evocadora ausente no demonstrativo.

Somos do parecer que o nascimento do artigo não se deu através de um esvaziamento semântico do pronome demonstrativo ille, por dois motivos:

1. ille é um termo que deve ser caracterizado por não pertencer à primeira ou à segunda pessoa do discurso. É definido negativamente em relação à dêixis, logo não tinha uma carga semântica específica como os demonstrativos hic / iste. Justamente por não possuir uma carga semântica dêitica positiva, mas sim de valor negativo, é que ille pôde dar origem ao artigo. Poder-se-ia dizer o mesmo para ipse, que por significar simplesmente "o próprio", sem dar as coordenadas para a identificação de pessoa, pôde dar origem aos artigos do sardo e do catalão.

2. o chamado reforço através da partícula prefixada ao nome eccu ou atque ou accu deve estar relacionado às mudanças ocorridas com

- a. a perda de hic;
- b. a interpretação de iste como primeira pessoa;
- c. a interpretação de ipse como segunda pessoa.

A nossa hipótese é que a partícula de reforço não tenha

se originado para distinguir o demonstrativo ille do artigo ille, pois a partícula também era prefixada aos termos iste e ipse (aqueste e aquesse no português).

Chegamos a esta hipótese pelo fato de que nos textos latinos que analisamos não aparece a partícula reforçativa; no entanto, é já presente o artigo em sua forma átona o/a: "subtus mons o Castro" (documento do latim-português de 1161).

Renzi '82 afirma que o artigo como indicador de classe ou espécie era ausente no latim vulgar, mas que era já usado para indicar um elemento conhecido. Conclui que o artigo originou-se a partir do uso anafórico (na edição de '85 fala em dêixis textual) do demonstrativo:

"Sancti Monachi ... sancti illi, ... illi sancti".

Ramat '86 propõe que o surgimento do artigo definido está relacionado a uma estrutura anafórica adjetiva ou relativa como N+Det(Rel)+Adj de "Carlo, o grande", recobrando a estrutura "Carlo, Carlo grande".

Apresenta outros três ambientes de natureza dêitica que contribuíram para o surgimento do artigo. Deixa claro que é difícil distinguir o valor dêitico do anafórico do determinante e que, mesmo em função anafórica, o artigo tem uma forte carga "deiticizadora".

3.2. POSSESSIVOS:

Os pronomes possessivos eram:

MEUS, mea, meum

TUUS, tua, tuum

SUUS, sua, suum

noſter, noſtra, noſtrum

veſter, veſtra, veſtrum

As línguas românicas não conhecem a forma *veſter* (da língua latina clássica) para o possessivo de segunda pessoa do plural. A língua vulgar, provavelmente, conservou os arcaicos *voſter/voſtra*, (Maurer 1951:269).

As formas *ſuus/ſua/ſuam* eram usadas apenas com valor reflexivo:

"Agricola amat ſuum agellum"

(O camponês ama o ſeu campinho),

"ſuum" refere-se a "agricola".

Se o possessivo se referia a um outro termo da proposição, usava-se o genitivo *eius/eorum* dos determinativos *is/ei*:

"Admiramur Caesarem propter eius clementiam"

(Admiramos Cesar pela ſua clemência)

"eius" refere-se a "Caesarem", que não é o sujeito da proposição.

Para Jordan '72, o conteúdo semântico dos pronomes possessivos e dos pronomes pessoais do caso genitivo era parecido, com a única diferença de que os possessivos equivaliam ao genitivo "subjetivo" e os pessoais ao "objetivo". (2)

Para Jordan, a oposição pessoal/possessivo não corresponde à antiga diferença objetivo/subjetivo porque o possessivo se converteu em uma variante sintática de tipo atributivo do pronome pessoal.

Lausberg '66 faz notar que o latim vulgar distinguia entre formas tônicas ("el mio") e formas átonas ("mi caballo") e que a anteposição do pronome tônico é uma inovação.

NOTAS:

(1) Kato '74 mostra que o uso do artigo genérico não é obrigatório "gato come carne".

(2) A diferença de conteúdo semântico entre pronome pessoal do caso genitivo e pronome possessivo pode estar correlacionada à noção de inerência/não-
inerência. No francês, o uso do pronome pessoal como "inerente" não é possível: * Le nez e moi.

C A P I T U L O I V

DESCRIÇÃO DO SISTEMA DEITICO NO LATIM VULGAR

Entre os textos considerados mais populares, escolhemos como material de análise fragmentos da Ceia de Trimalção, em Satiricon, de autoria de Petrônio e de documentos menores da idade cristã: Itinerarium Egeriae ou Peregrinatio Aetheriae e da História Francorum de Gregório de Tours. (1)

Começaremos a descrição a partir da ordem cronológica de cada um dos textos.

4.1. O SISTEMA DEITICO NA "CEIA DE TRIMALCIO (CT)

Diaz y Diaz '62 insere a obra de Satiricon no período posterior a 50 DC. Afirma que o texto foi submetido a mutilações no século IV.

Afirma que a importância dos textos vulgares da Ceia é grande, porque, conforme diz Devoto '83, estes são "uma fonte de primeira ordem para o conhecimento das 'novidades linguísticas' em sentido qualitativo" e porque reúne, pela primeira vez, uma quantidade enorme de novidades linguísticas atestadas isoladamente em tempos precedentes.

Devoto '83 afirma que Petrónio marcou a sequência da CT com a manifestação das novidades linguísticas do latim da idade da prata. Para Devoto, a linguagem da CT é caracterizada não já pelas singularidades formais ou expressividade violenta, mas pelas estruturas do período que tem a simplicidade da língua falada.

Apointa em Petrónio, "a vontade de representar uma língua falada com a leveza de sua estrutura" (1983:255). Por 'leveza de estrutura' não entende a parataxe rígida, ressuscitada ou imitada, pois na

linguagem de Petrônio as proposições relativas são uma constante, mas pela sucessão de períodos breves e pela construção regular e vital dos participios presentes. A linguagem de Petrônio é caracterizada pela ausência, a um só tempo, de pretensões de literariedade e de vulgarismos acentuados (Devoto 1983:255).

Deixando de lado as influências gregas na linguagem de Petrônio (não nos dedicaremos à querela a respeito da origem do artigo ou das construções perifrásticas do latim por influência do grego), interessamo-nos salientar duas das novidades linguísticas apontadas por Devoto: o uso do pronome pessoal e o uso de perífrases do perfeito.

Sobre o uso do pronome pessoal, Devoto diz:

"De um lado a novidade verdadeira (o grifo é nosso), o pronome pessoal empregado sem a necessidade efetiva de relevo anunciando o uso mais amplo que se terá no futuro; mas novidades visíveis somente por olho esperto." (1983:256.

A respeito das perífrases do perfeito, Devoto salienta que é comum a perífrase com o verbo auxiliar coepi ('começar') com valor incoativo e portanto momentâneo do perfeito, ausente no perfeito normal: (2)

1. "nos interim vestiti errare coepimus"

(nós, nesse meio, começamos a vagar vestidos)

2."et ecce canes Laconiei etiam circa mensam
discurrere coeperunt"

(e eis (que) os cães de Lacônia também, ao redor
da mesa, começam a expor)

3."nos libertatem sine tyrano nacti coepimus
invitare convivarum sermones".

(nós, tendo conseguido a liberdade sem tirano,
começamos a estimular os discursos dos convivas)

Segundo Devoto, estas construções perifrásticas tiveram
uma influência marcante na elaboração do sistema verbal
do românico:

"Importante para a mudança que determinou no
sistema do verbo é o emprego do verbo auxiliar
para determinar uma dada nuance do tempo ou do
aspecto de um verbo; menos acentuadas são as
formas latinas com coepi, abundantes pôr exemplo
em Petrónio, correspondentes às formas gregas,
porque não tiveram um desenvolvimento ulterior no
campo da morfologia; mais acentuadas são as
construções perifrásticas do verbo latino habeo, e
do grego com o infinito, das quais nascerá
mais tarde a forma de maior sucesso do futuro

românico (exceto no ladino e no romeno)".
(1983:251).

Devoto conclui que as construções perifrásticas não podem ser consideradas como vestígios da penetração exagerada ou abundante de um uso popular na língua literária, pois Petronio coloca as construções perifrásticas na fala tanto de livres quanto de libertos.

Para ele, a novidade presente na língua de Petronio deve ser entendida em termos relativos, e não absolutos, pois impõe uma massa de novidades atestadas isoladamente em momentos precedentes em um ambiente linguístico que ainda não pode ser considerado excessivamente modificado.

4.1.1. ADJETIVOS DEMONSTRATIVOS E PRONOMES DEMONSTRATIVOS NA "CEIA DE TRINALCIAO"

Na CT, notamos a regularidade da estrutura Dem + Nome, não importando se se trata de demonstrativo correspondente à série hic, à série iste ou à série ille ou do caso em que se encontra flexionado:

Da série hic:

4. "Quod ad me attinet, iam pannos meos comedi, et si perseuerat haec annona, casulas meas uendam" (XLIV)

(Naquilo que a mim concerne, já comi meus panos, e se continua esta colheita, venderei minhas casinhas)

5. "Sed laborat hoc tempore, nec haec sola" (XLV)

(mas (ela) sofre neste momento, e não é a única)

6. "Tam magnus ex Asia ueni, quam hic candelabrus est (XLVII)

(Vim da Asia tão grande como este castiçal)

7. "Interim dum Mercurius uigilat, aedificaui hanc domum" (LXXVII)

(Enquanto, todavia, Mercúrio vigia, construí esta casa)

Da série iste:

8. "Itaque populus minutus laborat, nam isti maiores maxillae semper Saturnales agunt" (XLIV)

(Assim o povo humilde sofre, pois para essas grandes mandíbulas é sempre (dia de) Saturnais)

9. "Quid iste argutat molestus?" (XLVI)

(O que matraqueia esse importuno?)

em que entre o adjetivo demonstrativo e o substantivo por ele modificado aparece um verbo. É a única ocorrência de um demonstrativo separado (embora anteposto) do substantivo. Note-se, porém, que se trata de uma interrogativa e não de uma declarativa.

Da série ille:

10. "Itaque illo tempore annonae pro luto erat"

(XLIV)

(Com efeito, naquele tempo, a colheita não valia nada)

11. "O si haberemus illos leones, quos ego hic inueni, cum primum ex Asia ueni" (XLIV)

(Se tivéssemos aqueles leões, que eu aqui encontrei, logo que vim da Ásia)

Quanto à interpretação de ille como adjetivo demonstrativo e não como artigo, afirma Devoto em relação às devieções da língua literária de Apuleio pertencente à idade da prata:

"...o uso frequente do pronome ille como adjetivo não se identifica inteiramente com o uso vulgar de ille como artigo. Mas admite ainda a possibilidade"

de um gosto pessoal pela introdução de substantivos por meio de um forte elemento de indicação..." (1983:269).

Se considerarmos que o texto de Petronio é anterior ao período da prata, podemos induzir com Devoto que ille é usado como demonstrativo e não como artigo.

Os pronomes demonstrativos também são da série ille:

12. "Illud erat uiuere" (XLIV)

(Aquilo era viver)

13. "Aut hoc aut illud erit, quid utique" (XLV)

(Ou isto ou aquilo será, qualquer coisa em todo caso).

4.1.2. ADJETIVOS POSSESSIVOS NA "CI"

A posição dos adjetivos possessivos em relação ao substantivo é bastante regular: o adjetivo possessivo pospõe ao substantivo em 16 das 17 ocorrências encontradas:

14. "Aliqua die te persuadeam, ut ad uillas uenias et uideas casulas nostras" (XLVI)

(Algum dia te persuadirei, para que à vila venhas e vejas as nossas casinhas)

15. "Hoc loco Fortunata rem piam fecit: omne enim aurum suum, omnia uestimenta uendit et mi centum aureos in manu posuit" (LXXVI)

(Neste lugar, Fortunata fez uma coisa caridosa: com efeito, vendeu todo seu ouro, toda a roupa e colocou-me nas mãos cem moedas de ouro)

16. "Hoc fuit peculii mei fermentum" (LXXVI)

(Este foi o fermento de meu património)

A única ocorrência de Poss + N é:

17. "Itaque si quis uestrum uoluerit sua re causa
facere, non est quod illum pudeatur" (XLVII)

(Assim se algum de vós quiser fazer suas
necessidades, não há do que (ele) se envergonhar)

O uso dos pronomes das séries is e ille em sua forma
genitiva sem que o substantivo esteja no caso genitivo
permite a interpretação "dele", "dela", no lugar do
adjetivo possessivo suus.

Há duas ocorrências do pronome eius (genitivo de is) em
posição posposta ao substantivo:

18. "Frater eius fortis fuit, amicus amico, manu
plena, uncta mensa" (XLIII)

(O irmão dele foi um bom homem, amigo do amigo, de
mão cheia, de mesa guarnecida)

19. "Ceterum iam Graeculis calcem impingit et
Latinas coepit non male appetere etiam si magister
eius sibi placens sit".

(Por outro lado, já passa a perna no grego e
começou a morder bem o latim de modo que seu
mestre está contente consigo)

Não há nenhuma ocorrência de eius + substantivo.

O pronome illius pode pospor ao Nome:

20. "In manu illius plumbum aurum fiebat" (XLIII)

(Nas mãos dele o chumbo se fazia ouro)

21. "Et inter initia malam parram pilauit, sed
recorrexit costas illius prima uendemia" (XLIII)

(No início, dependeu um pássaro de mau agouro (= comeu o pão que o diabo amassou), mas a primeira vindima endireitou a espinha dele)

mas pode aparecer anteposto ao Nome:

22. "Et quod illius mentum sustulit, hereditatem
accepit..." (XLIII)

(E aquilo que levantou o queixo dele, (foi) a
herança (que) recebeu)

23. "Cum ageret porro in foro, sic illius uox
crescebat tanquam tuba" (XLIV)

(E quando discorreu no foro, a voz dele inflou-se
como uma tromba)

A interpretação de posse a partir das formas genitivas eius/illius é bastante frequente, ao passo que o uso do adjetivo possessivo de terceira pessoa é pouco frequente: apenas duas ocorrências.

O adjetivo possessivo e a série is no caso genitivo parecem ser usados em relação às propriedades não-inerentes, ao contrário, a série ille com função possessiva parece aplicar-se às propriedades inerentes. Veja-se o uso de ille com nomes como "mãos", "costas", "queixo", "voz".

4.1.3. PRONOMES PESSOAIS EM "CT"

Os pronomes pessoais tanto com a função de sujeito quanto com a função de complemento pertencem todos à série pronominal ille.

Com função de sujeito:

24. "Ille habet, quod sibi debebatur: honeste uixit, honeste obiit" (XLIII)

(Ele tem aquilo que lhe era devido: honestamente viveu, honestamente morreu)

25. "Et reuera, quid ille nobis boni fecit?" (XLV)

(E na realidade, o que ele nos fez de bom?)

26. "Ille miluo uolanti poberat unguis resecare: colubra restem non parit" (XLV)

(Ele era capaz de cortar as unhas de um falcão em pleno vôo. Cobra não gera cordas. (ele era muito hábil, filho de peixe, peixinho é)

Com função de complemento direto:

27. "Et quot putas illum annos secum tulisse?"

(XLIII)

(E quantos anos achas (que) ele levou consigo?)

28. "Habuit autem oracularios seruos, qui illum pessum dederunt" (XLIII)

(Teve (ouviu), pois, como oráculos certos escravos, que o levaram à falência)

29. "Quod si resilierit, destinavi illum artificii docere,..." (XLVI)

(Que se renunciasse, destinei-o a aprender profissões)

Com função de complemento indireto:

30. "Ideo illi cotidie clamo" (XLVI)

(Por isso me dirijo a ele diariamente aos brados)

31. "Nam quicquid illi uacat, caput de tabula non tollit" (XLVI)

(Com efeito, quando ele tem um momento para ele, não tira o cabo da mesa)

Note-se que o verbo principal (um caso de ECM - Exceptional Case Marking) determina o caso do pronome, sujeito do verbo da oração encaixada:

32. "quia uolo illum ad domusionem aliquid de iure gustare" (XLVI)

(porque quero que ele aprender (aprenda) um pouco de direito para uso doméstico)

em conformidade com a estrutura latina clássica que requer, neste caso, que o verbo da encaixada esteja na forma - finita para que não haja dupla marcação de caso estrutural.

No entanto, em

33. "Futo mehercules illum reliquisse solida centum, et omnia in numnis habuit" (XLIII)

(Creio, por Hércules, (que) ele deixou boa centena de dinheiro e tinha tudo em moeda)

temos illum (forma acusativa) como complemento do verbo principal e como sujeito do verbo + finito da encaixada, com, pelo menos aparentemente, dupla marcação de caso.

4.2. O SISTEMA DEITICO NA "PEREGRINATIO AETHERIAE" (PA)

Peregrinatio Aetheriae (415/418 para Diaz e Diaz '62) é a narração de uma viagem à Terra Santa, realizada por uma mulher de nome Etéria, de origem, provavelmente, gálica.

Embora o documento não manifeste pretensões literárias, mas, pelo contrário, seja um texto repleto de vulgarismos linguísticos, a autora, segundo Devoto '63, esforçou-se por tornar literária a língua.

Há, segundo Devoto, exemplos de zelo exagerado, os quais atestam a consciência das fronteiras estilísticas

tradicionais. A autora generaliza, por exemplo, a tendência a substituir as construções sintáticas sem preposições com preposições especiais e emite formas como "ingressus discipulis" quando "ingressus ad discipulos", com o uso da preposição, seria de uso correto do ponto de vista clássico. Portanto, a autora incorre em hipercorreções.

As hipercorreções impedem que se caracterize acentuadamente como "vulgar" as manifestações linguísticas não clássicas do texto de Eteria. No entanto, afirma Devoto, o uso de algumas novidades pode servir, até um certo ponto, como testemunho das vitalidades que já tinham atingido.

Devoto aponta como exemplo das novidades que já haviam sido introduzidas a ordem de ipse em relação ao nome. Veremos a seguir que a colocação do demonstrativo antes ou depois de um nome parece estar relacionada à interpretação referencial do próprio demonstrativo.

Se retomarmos os valores exofórico e endofórico que o demonstrativo pode assumir em um dado enunciado (Halliday), podemos sugerir, que ipse tem interpretação exofórica no caso em que sucede-se ao nome (N + Dem) e interpretação endofórica quando precede o nome (Dem + N), respectivamente de (1) e (2) a seguir:

34. "per mediam vallem ipsam qua iacet in longo"

(por meio desse mesmo vale que se estende)

35. "Ipsam ergo vallem nos traversare habebamus ut
possimus montem ingredi"

(Nós tínhamos, então, (que) atravessar o vale para
atingir a montanha)

Outra novidade apontada por Devoto é o uso perifrástico do verbo habere, como na frase 37.

Devoto salienta que, de um lado, "o progresso das formas perifrásticas prepara o terreno para a formação de novos "tempos" do verbo" e, de outro, "assiste-se à atenuação das diferenças entre os "tempos" antigos que não são mais severamente organizados no sistema da 'consecutio temporum'".(1983:338). É o caso do mais-que-perfeito que passa a ser equivalente ao pretérito perfeito como em: "eamus nunc ad portam, per quam ingressus est Ananias cursus cum illa epistola, quam dixeram".

4.2.1. ADJETIVOS DEMONSTRATIVOS NA "PA"

Na Peregrinatio Aetheriae, os demonstrativos empregados hic, ipse e ille aparecem seja em posição anteposta seja em posição posposta ao nome:

Da série hic:

36. "Certe locum cum videremus, columna nullam vidimus, et ideo fallere vos super hanc rem non possum" (paragr.12)

(Embora, incontestavelmente, tenhamos visto o lugar, não vimos nenhuma coluna, e, portanto, não posso enganar-vos a este respeito)

37. "...et dicimus vobis singula, quae sunt loca haec, quae parent" (paragr.12)

(...e dizemos a vós -um a um - que lugares são todos esses que aparecem)

Da série ipse:

38. "...ut per medium transvesaremus caput ipsius vallis et sic plecaremus nos ad montem Dei." (paragr.2)

(...atravessamos pelo meio a entrada do vale e assim nos aproximamos da montanha de Deus.)

39. "veniremus, et inde totum per mediam valem ipsam, qua iacet in longo rediremus ad iter cum hominibus Dei" (paragr.2)

(...percorreríamos por meio de todo esse vale, que se estende, e voltariamos ao nosso caminho com os homens de Deus)

Da série ille:

40. "Tunc ergo interrogavi illos sanctos quidnam esset hoc..." (paragr.12)

(Perguntei, então, aos santos o que fosse isto)

41. "...vigilatur in Anastase, ut legat episcopus locum illum evangelii..." (paragr.43)

(...vela-se em Anástasis para que o bispo leia aquele texto do evangelho...).

A distribuição dos adjetivos demonstrativos em relação ao nome é, a primeira vista, aleatória. No entanto, podemos traçar algumas condições para a posposição do demonstrativo:

1. A posposição do demonstrativo ocorre quando o referente é mencionado pela primeira vez em um parágrafo (entendido aqui como capítulo e não como subseção do período). É o caso dos parágrafos 2, 12 e 43 que começam da seguinte maneira:

42. "Vallis autem issa ingens est valde, iacens subter latus montis Dei..." (paragr.2)

(E, sem dúvida, enorme esse vale, estendendo-se pelo lado do outeiro santo.)

43. Pervenimus ergo ad summitatem montis illius, ubi est nunc ecclesia non grandis in ipsa summitate montis Nabau" (paragr.12)

(Chegamos, então, ao ápice daquele monte, onde agora há uma igreja pequena no mesmo ápice do monte Nabau)

44. "Quinquagesimarum autem die, id est dominica, qua die maximus labor est populo, arguntur omnia sic de pullo quidem primo iuxta consuetudinem: vigilatur in Anastase, ut legat episcopus locum illum evangelii, qui..." (paragr.43)

(No quinquagésimo dia (após a Páscoa), isto é um domingo, dia em que maior é a fadiga para o povo, iniciam-se as comemorações, como sempre, a partir do primeiro (canto do) galo: vela-se em Anástasis para que o bispo leia aquele texto do evangelho que...)

Depois que o referente foi mencionado pela primeira vez com a posposição do adjetivo demonstrativo, o adjetivo passa a antepor ao nome na segunda ou mais menções. É o caso de:

45. "Ipsam ergo vallem nos traversare habebamus ut possimus montem ingredi..." (paragr.2)

(Nós tínhamos então que atravessar esse mesmo vale para atingir a montanha)

que segue a primeira menção Vallis autem ipsa do parágrafo 2; de

46. "...ubi est nunc ecclesia non grandis in ipsa summitate montis Nabau" (paragr.12)

(...onde agora há uma igreja pequena no próprio ápice do monte Nabau)

que segue a primeira menção ad summitatem montis illius do parágrafo 12; de

47. "Ubi cum ventum fuerit, legitur ille locus de actus Apostolorum..." (paragr.43)

(Tendo-se chegado ali, lêem aquela passagem dos Atos dos Apóstolos...)

que segue a primeira menção locum illum evangelii" do parágrafo 43.

Note-se ainda, no parágrafo 25, a retomada do referente pelo adjetivo demonstrativo anteposto ao nome:

48. "...et fiunt omnia secundum consuetudinem, qua et ubique fit die dominica. Sane quia hic consuetudo sic est..."(paragr.25)

(...e procede-se segundo a tradição: tal como em toda parte, comemora-se o domingo. Certamente porque a tradição é assim...)

II. O demonstrativo pospõe ao nome na segunda menção do referente se este se torna o foco da oração, através da relativização ou da predicação:

49. "...et illinc denuo ad illud caput vallis descenderemus...et inde totum per median vallem ipsa, qua iacet in longo, rediremus ad iter cum hominibus Dei..." (paragr.2)

(e de lá, novamente, (decidimos) descer até aquela entrada do vale...e dali, todos, por meio desse mesmo vale, que fica ao longo, retornamos ao caminho com os homens de Deus...)

50. "Haec et autem vallis...Haec ergo vallis ipsa est, in cuius capite ille locus est..." (paragr.2).
(Este é, pois, o vale...Este é, também, o mesmo vale, em cuja extremidade está aquele lugar)

51. et sic placaremus nos ad montem Dei. Mons autem ipse per giro quidem unus esse videtur..." (paragr.2)

(...e assim nós aproximamos da montanha de Deus. Esse mesmo monte, porém, parece ser o único em toda a região)

III. O adjetivo demonstrativo aparece posposto ao nome na primeira menção do referente com interpretação dêitica:

52. "...et ibi sedet episcopus et presbyteri, sedet omnis populus, leguntur ibi lectiones, dicuntur interposite ymni, dicuntur et antiphonae aptae diei ipsi et loco..." (paragr.43)

(...e onde sentam-se o bispo e os sacerdotes, senta-se todo o povo, fazem as leituras, cantam-se, em intervalos, hinos, e recitam antifonas apropriadas para esse dia e lugar...)

53. "Et iam inde descenditur cum ymnis, omnis populus usque ad unum toti cum episcopo ymnos dicentes vel antiphonas aptas diei ipsi..."(paragr.43)

(E logo descem dali com hinos, todas as pessoas, sem exceção, em companhia do bispo, recitando hinos ou antifonas apropriadas para esse dia)

IV. A abstração do referente impõe a posposição do adjetivo demonstrativo ao nome (o tipo 3 pode fazer tanto desta restrição).

Há uma passagem no texto de EA, em que é mencionada uma "coluna", que os peregrinos não conseguem ver por ter sido coberta de água. Todas as menções à "coluna" (menções através da identidade lexical) são acompanhadas pela posposição do adjetivo demonstrativo:

54. "Sed mihi credite, domine venerabiles, quia columna ipsa iam non paret, locus autem ipse tantum ostenditur: columna autem ipsa dicitur mari mortuo fuisse cooperta. Certe locum cum videremus, columna nullam vidimus, et ideo fallere vos super hanc rem non possum. Nam episcopus loci ipsius, id est de Segor, dixit nobis quoniam iam aliquot anni essent, a quo non pareret columna illa. Nam de Segor forsitan sexto miliario ipse locus est, ubi stetit columna illa, quod nunc totum cooperit aqua." (paragr.12)

(Mas crede-me, veneráveis senhoras, não se vê mais a coluna e só se mostra o lugar: porém essa mesma coluna, diz-se que foi inteiramente coberta pelo Mar Morto. Embora, incontestavelmente, tenhamos visto o lugar, não vimos nenhuma coluna, e, portanto, não posso enganar-vos a este respeito. Com efeito, o bispo desse mesmo lugar, isto é de Segor, disse-nos que já havia alguns anos, que aquela coluna não (mais) aparecia. Com efeito, o

lugar onde se ergueu aquela coluna, que agora está coberta de água fica, talvez, a seis milhas de Segor).

A constante presença e a alternância dos demonstrativos ille/ipse levam-nos a aventar a hipótese de que este é o momento da formação do artigo definido. De fato, algumas línguas escolheram a forma ipse para a categoria do artigo definido (sardo, catalão), outras escolheram a forma ille (italiano, romeno, francês, espanhol e português).

Ambas as formas tinham igual peso e medida no latim vulgar; ou seja, tanto ipse quanto ille desenvolveram a capacidade de referência homofórica. As referências exofóricas (incluindo as dêixis e homoforicidade) e endofórica se diferenciavam pela posição que ocupavam em relação ao substantivo: posposição e anteposição respectivamente. A interpretação referencial é marcada sintaticamente. (3)

Que a posposição tivesse uma interpretação diferente da anteposição é salientado por Marouzeau '22, segundo o qual a posposição "enfraquecia" a função "mostrativa" do demonstrativo em função de um valor determinativo.

4.2.2. OS ADJETIVOS POSSESSIVOS NA "PA"

Na Peregrinatio, os adjetivos possessivos ocupam sempre a posição posposta ao nome:

55. "Postmodum fit ordine suo missa, offertur et ibi, et iam ut dimittatur populus, mittet vocem archidiaconus et dicet:..." (paragr. 43)

(Depois, faz-se a missa por sua ordem (de acordo com o rito), faz-se a Oblação e, no instante em que se dispensa o povo, o arquidiácono toma a palavra e diz...)

56. "Missa autem facta accedunt omnes ad manum episcopi et sic revertuntur unusquisque ad domum suam hora forsitan media." (paragr. 43)

(Terminada, pois, a missa, aproximam-se todos à mão do bispo (para beijá-la) e assim cada um retorna a sua casa à meia-noite, talvez.)

57. "...ut nocte media post missa, quae facta fuerit in Sion, omnes ad domos suas revertantur." (paragr.43)

(...somente à meia-noite, após a missa feita em Sion, todos voltam para suas casas)

Os exemplos acima parecem mostrar o uso do possessivo com a interpretação de posse não-inerente.

5.2.3. PRONOMES PESSOAIS NA "PA"

Ha alternância entre as séries is/ea/id e ille/illa/illud.

No caso nominativo:

58. "...specialis autem ille, in cuius summitate est hic locus ubi descendit maiestas Dei..." (paragr.2)

(...especial (distingue-se) entre todos, em cujo ápice está este lugar onde desceu a glória de Deus)

59. "Quemadmodum ergo subitum fuerit in monte Oliveti, id in Eleona..." (paragr.43)

(E chegando eles ao monte das Oliveiras, isto é ao Eleona)

E provável que exista uma distinção entre as séries ille e is em termos de "objeto" e "evento", respectivamente, mas os dados são insuficientes para que possamos afirmar tal contraste.

A série ipse/ipsa/ipsum também aparece como pronome pessoal:

60. "...et cum ymnis itur ad illam ecclesiam, quae et ipsa in Eleona est..." (paragr.43)

(...e com (cantando) hinos, vão àquela igreja, que fica (ela) mesma em Eleona)

No caso acusativo:

61. "...et sic benedicet egs episcopus stans intra cancellos interiores..." (paragr.25)

(...e assim abençoa-os o bispo de pé, atrás da balaustrada)

62. "...et de contra illum vides quod, antequam subeas, facere non potest." (paragr.2)

(...ele se vê então de frente, o que antes da suvida era impossível)

Note-se que o verbo da oração encaixada aparece na forma - finita se o seu sujeito tem o caso acusativo, como no latim clássico:

63. "Illud sane satis admirabile est et sine Dei gratia puto illud non esse..." (paragr.2)

((Aquila) é certamente assaz admirável e sem a graça de Deus acho que não seria (possível))

4.3. O SISTEMA DEITICO NO TEXTO DE GREGÓRIO DE TOURS

(GT).

As novidades linguísticas aproximam-se ao que, na língua clássica, seriam consideradas erros, razão por que Devoto '83 alerta que ao individuar uma "inovação" é necessário certificar-se que não se trate de um erro isolado e fortuito de um copista. E com este cuidado que insere Gregório de Tours (538-593) dentre os últimos autores latinos.

Diaz y Diaz '62 afirma que a importância desse autor é devida ao fato de que é nele que se centralizam todas as discussões sobre o começo do românico: "Gregório assegura que escreve como fala um homem do povo..." (1962:164).

Dentre as "novidades linguísticas" apontadas por Devoto em GT, salientamos as formações perifrásticas que 'antecipam' o 'tempo' do românico. São numerosos os exemplos do tipo "disponsatam habeo" (1983:340).

4.3.1. ADJETIVOS DEMONSTRATIVOS EM GT

Em GT, os adjetivos demonstrativos das séries hic/ipse aparecem com maior frequência antepostos ao substantivo ao qual se referem:

64. "Sic, inquit, prophetis ac patriarchis apparuit, sic eum ipsa lex nuntiavit."

(paragr.5,44)

(Assim, disse, apareceu a profetas e a patriarcas, assim essa mesma lei anunciou-o)

65. "Desistite, quaero, desistite ab hac intentione" (paragr.4,14)

(Desistam, imploro, desistam deste propósito)

66. "Sed rex ingemiscens ac metuens virtutem sancti Martini, ipsum incendium tradedit..."

(paragr.9,30)

(Mas o rei gemendo e temendo a virtude de S. Martin, relatou esse incêndio)

67. "Post cuius obitum Sigybertus rex hanc urbem tenuit nec ullius tributis pondus invexit..."

(paragr.9,30)

(Depois da morte dele, o rei Sigiberto apoderou-se (teve) esta cidade e não aplicou o peso de tributo algum...)

Há apenas um caso em que o adjetivo demonstrativo hic postpõe ao nome:

68. "Post mortem verso Chlottari regis Chariberto regi populus hic sacramentum dedit..." (paragr.9,30)

(Depois da morte do verdadeiro rei Clotário, este povo deu o sacramento ao rei Clariberto...)

Os adjetivos da série ille aparecem pospostos ao substantivo ao qual se referem:

69. "Qua de causa multi relinquentes civitates illas vel possessiones proprias, alia regna petierunt, satius ducentes alibi peregrinare quam tali periculo subiacere." (paragr. 5,28)

(Por esta (cuja) causa, abandonando aquelas cidades ou as próprias possessões, muitos dirigiram-se a outros reinos, julgando melhor migrar para outro lugar do que estarem sujeitos a tais perigos).

70. "Scripsit alios libros idem rex versibus, quasi Sedolium secutus; sed versiculi illi nulla

paenitus metricae conveniunt ratione..." (paragr. 5,44)

(O mesmo rei escreveu alguns livros em versos, como se imitasse Sedólio; mas aquelas versalhadas não unem, de maneira nenhuma, a razão à métrica...)

71. "Discriptam urbem Thoronicam Chlotari regis tempore manifestum est, librique illi ad regis praesentiam abierunt..." (paragr. 9,30)

(Ficou claro que a cidade de Torônica foi descrita no tempo do rei Clotário e aqueles livros foram parar na presença (nas mãos) do rei)

A posposição ao Nome das três ocorrências da série ille leva-nos a supor que esta posição torna-se marcada especificamente no que concerne o tipo de referência homofórica. A nosso ver, não se trata mais da distinção entre endófora e exófora, mas de endófora/exófora de um lado e homófora de outro. Temos, então, a posição Demonstrativo + Nome para as duas primeiras e a posição N + Dem para a referência homofórica.

Em outras palavras, assistimos à distinção entre demonstrativos e artigo definido estabelecida pela estrutura sintática e motivada pela diferença de significado referencial.

4.3.2. ADJETIVOS POSSESSIVOS EM GT

Os adjetivos possessivos aparecem normalmente pospostos ao substantivo:

72. "Rursum Saxones obtulerunt vestimenta, paecora vel omni corpus facultatis suae, dicentes: "Haec omnia tollite cum medietatem terrae nostrae, tantum uxoris et parvulus nostros relinquire liberos, et bellum inter nos non conmitatur." (paragr. 4,14)

(De novo, os Saxões ofereceram roupas, animais ou todo o conjunto de suas posses, dizendo: "Pegai tudo isto com a metade de nossa terra, deixai livres apenas as nossas mulheres e os nossos pequenos, e não se faça guerra entre nós.)

A forma eius também é usada com valor possessivo e aparece posposta ao nome:

73. "Tunc illi ira commuti contra Chlotharium regem, super eum inruunt, et scidentes tentorium eius..." (paragr. 4,14)

(Então, movidos pela ira contra o rei Clotário, aqueles se precipitam sobre ele, e arrancam a tenda dele)

Há, porém, três casos de anteposição do possessivo ao Nome:

74. "Unum tantum exposcimus, ut sit pax, ne tuus exercitus et noster populus collidatur" (paragr. 4,14)

(Só procuramos uma coisa, que seja paz, para que teu exército e nosso povo não se choquem)

75. "Tunc Chlotharius valde confusus pacem petiit, dicens, se non sua voluntate super eos venisse" (paragr.4,14)

(Então Clotário, fortemente confuso, pediu a paz, dizendo que (ele) não tinha vindo contra eles de sua própria vontade)

Os dois primeiros exemplos de Poss + N ("tuus exercitus", "noster populus") em uma oração que expõe uma súplica, levam-nos a concluir que a estrutura acima é sintaticamente relevante. Tem a função de acentuar, enfatizar o valor do possessivo enquanto elemento referencial. Estes dados são importantes na medida em que pré-anunciam a anteposição do possessivo na maior parte das línguas românicas (o romeno tem possessivo e artigo definido pospostos). (4)

4.3.3. PRONOMES PESSOAIS EM GT

Os pronomes pessoais são das séries is/ea/id e ille/illa/illud. A primeira parece ser usada para "cobrir" o caso acusativo. Há dez exemplos de eos/eum, entre os quais:

76. "...sic eum ipsa lex nuntiavit..." (paragr. 5,44)

(...assim essa mesma lei anunciou-o...)

77. "Non incedamus super eos, ne forte peccemus in Deum..." (paragr. 4,14)

(Não caiamos sobre eles, para que, por acaso, não venhamos a pecar contra Deus)

A série ille é usada para "cobrir" o caso nominativo:

78. "...similiter etiam et ille cum iuramento promisit..." (paragr. 9,30)

(...similarmente ele também prometeu com juramento)

79. "...at ille dixerunt..." (paragr.4,14)

(...mas eles disseram...)

embora a forma ille pertença ao caso nominativo singular, este parece ser um caso em que a *i* breve, marca do nominativo plural, passa a ser suplantada pela forma ille.

80. "...at ille commotus ait..." (paragr. 5,44)

(...mas ele conturbado disse..)

Estes dados levam-nos a supor que as séries is/ille parecem estar em distribuição complementar. O caso nominativo "requer" o uso de ille; o caso acusativo, o uso da série is.

Os clíticos pronominais das línguas românicas desenvolvidos a partir da série ille não são atestados nos textos analisados, pois o pronome pessoal da série is é ainda bastante produtivo na função de complemento direto.

4.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DEITICO

NO LATIM VULGAR

Dos três textos analisados, o da Ceia de Trimalcião, de Petronio, é aparentemente o mais próximo das línguas românicas devido a:

1. o adjetivo demonstrativo antecede o substantivo;
2. os pronomes pessoais são da série ille independentemente da função sintática que exercem na oração;
3. o genitivo illius antepõe ao substantivo, deixando entrever a tendência a antepor o possessivo ao substantivo;
4. o pronome acusativo illum é usado como complemento do verbo principal e como sujeito de um verbo +/- finito.

Ou seja, a linguagem é caracterizada pela regularidade e simetria do uso do adjetivo demonstrativo e do pronome pessoal da série ille.

A forma genitiva eius da série is/ea/id é a única a se manter na linguagem de Trimalcião, embora a sua frequência seja rara. Ao contrário da forma corrente illius, não antecede o substantivo.

No entanto, há de se salientar, conforme afirma Maurer '51, que "a língua que (Trimalcião) fala e que pretende falar é uma língua culta, aquela que ele sabe ser a da boa sociedade de Roma" e que o latim vulgar não é senão o latim falado pela plebe romana "constituindo uma espécie de koiné da grande massa popular, mescla de elementos romanos antigos da cidade, de populações rurais para ali imigradas e de enorme número de estrangeiros assimilados" (Maurer 1951:9).

Os textos da Feregrinatio e de Gregorio de Tours testemunham a persistência, embora cada vez mais enfraquecida, do emprego das séries hic para o demonstrativo e is para o pronome pessoal.

Pode-se dizer que Petronio "filtrou" a miscelânea de adjetivos e pronomes demonstrativos e pessoais, regularizando o sistema através da escolha da série ille, que, mais tarde, se solidificou nas línguas românicas.

No entanto, ao efetuar esta escolha e ao estabelecer a ordem Dem+N, o autor colocou-nos um obstáculo para a interpretação dos matizes do significado referencial dos adjetivos demonstrativos e dos pronomes pessoais. Em outras palavras, é praticamente impossível descobrir

ai o significado homofônico das expressões referenciais. É bastante provável que este não tenha sido ainda desenvolvido no período em que o texto fora escrito.

Conclui-se daí que se não é possível apontar a existência do artigo definido na CI, o texto deixa entrever a tendência da re-estruturação do SN em termos de fixação da ordem: Demonstrativo + Nome.

O texto EA não apresenta a regularidade da ordem Dem+N encontrada no texto de Petronio. A posposição do demonstrativo ao nome é comum em três ambientes:

- como primeira menção;
- como segunda menção, através da relativização e predicação;
- com interpretação dêitica.

Se considerarmos que a segunda menção, em geral, é indicativo da referência endofônica, pois retoma o referente expresso em um contexto linguístico, e que apareça, em EA, na ordem Dem+N, podemos hipotetizar que a diferença entre referência exofônica e endofônica era estabelecida pela posição em que o adjetivo demonstrativo ocupava em relação ao seu referente.

O elemento referencial posposto ao N pode assumir o significado homofórico, na medida em que este é uma sub-espécie da referência exofórica. A passagem a respeito da "coluna" elucida a presença da referência homofórica no sintagma "columna illa". O relato da inexistência ou ausência da "coluna" implica que o elemento referencial não pode ser interpretado como deítico ou ostensivo, mas através da "memória comum" ou do conceito de pressuposição que se instaura entre falante e interlocutor. Em outras palavras, tem-se o artigo definido como categoria semântica, responsável pela referência homofórica de um núcleo nominal.

O fato de que a posição sintática do demonstrativo em relação ao seu referente pôde permitir a interpretação referencial endofórica versus exofórica (Dem+N e N+Dem, respectivamente) é sintomático para entender a posição dos possessivos ao substantivo. Sendo os adjetivos possessivos de primeira e segunda pessoas elementos de natureza referencial exofórica e não endofórica, é natural que posponham-se ao substantivo.

Em relação à alternância das séries pronominais is/ipse/ille com função de sujeito e complemento, gostaríamos de sugerir que o enriquecimento da expressão ille, com o ganho da carga semântica

valor +/- definido do nome era um indicativo de que o nome era (+) definido.

$$\text{FASE II} = \left\{ \begin{array}{l} \text{Endo.} \\ \quad \quad \quad + \text{ Nome} \\ \text{Exof.} \end{array} \right.$$

Nome + Homof.

Esta segunda fase faz-nos optar pelo item dois acima: o valor homofórico era insito ao nome.

A relevância da ordem dos adjetivos demonstrativos em relação ao nome para distinguir o uso endofórico do exofórico teria permitido o desenvolvimento do valor homofórico pelos adjetivos demonstrativos. A este processo daremos o nome de perífrase nominal.

Os adjetivos demonstrativos antecedem o nome; somente os referenciais homofóricos continuam pospostos. Ter-se-ia aí a origem dos artigos como categoria semântica, pois, embora Art + N possa ter também a função endofórica, a função homofórica é exclusiva dos artigos.

E sintomático que no texto de GT, os adjetivos possessivos comecem (temos exemplos de N+Poss e Poss+N)

a antepor ao substantivo ao qual se referem. A posição posterior ao núcleo nominal é de referência homofórica, os possessivos são ostensivos e/ou dêiticos, portanto exofóricos (primeira e segunda pessoas) e endofóricos (terceira pessoa), devendo anteceder o substantivo.

FASE III= { Endo.
 Poss. + Nome + Poss(Gen.)
 Exof.

Nome + Homof.

Devemos salientar que embora o adjetivo possessivo possa aparecer anteposto ou posposto ao nome, a sua posposição parece estar correlacionada com a marca de caso morfológico. Embora tenhamos ocorrências de N+Poss no caso acusativo ("parvulus nostros relinquite liberos", "pequenos nossos deixai livres"), parece-nos que é o caso genitivo que retém a posposição do pronome com função de "posse" ao nome ("facultatis suae", "de poder seu"; "terrae nostrae", "de nossa terra"; "tentorium eius", "tenda dele").

A este propósito é interessante notar que no romeno artigo definido e possessivo são pospostos ao nome; no

entanto, esta língua manteve o sistema casual para o genitivo, o qual vem acompanhado de um "artigo" que se antepõe ao substantivo:

81. "El e fratere meu " (Ele é irmão-o meu)

mas

82. "A vecinului fata" (A de vizinho filha).

No que diz respeito aos pronomes pessoais/demonstrativos, a distribuição complementar verificada para as séries is / ille, com função, respectivamente, de complemento direto e sujeito ou complemento indireto do verbo, gostaríamos de sugerir que a série is (com função acusativa) só será substituída pela série ille, na mesma função, quando o artigo definido, como categoria semântica, finalmente ganhar o estatuto de categoria funcional.

Os sintagmas sublinhados nas frases seguintes (extraídos do texto de GT):

83. "Ad haec ille iradens, siluit." (paragr. 5,44)

(A isto ele irado (participio presente), silenciou)

84. "Quod ille audiens, ita respuit" (paragr. 5,44)

(Ao (aquilo) que ele ouvia, assim pôs para fora)

parecem ser ambíguos no que diz respeito à categoria verbal ou nominal. A vírgula entre os sintagmas sublinhados e os verbos siluit/respuit sugerem a interpretação verbal, mas na língua falada, a pausa pode ser índice de focalização, o que levaria à interpretação do sintagma sublinhado como sendo do tipo nominal.

Uma vez que nos textos analisados não aparecem as construções enfáticas do demonstrativo através do advérbio epidítico ("ecce"), é provável que tenham sido estruturas como "ille + participio presente" que tenham provocado o emprego do advérbio epidítico nas línguas românicas, e não uma possível "confusão" entre o demonstrativo *ille* e o artigo definido, visto que o uso de ambos seria marcado pela posição em que se encontra em relação ao nome.

Em outras palavras, as funções de adjetivo demonstrativo e de artigo eram claramente distintas, de modo que não havia a necessidade de recorrer a elementos enfatizadores. Além disso, construções latinas como "secum" (pronome "se" + preposição "com") e a formação do futuro do presente ("cantare + habeo")

da língua portuguesa indicam que havia a possibilidade de sufixar elementos funcionais às palavras latinas.

O artigo definido poderia seguir esta tendência, como realmente aconteceu no romeno.

No entanto, a ambiguidade que se estabelecia na estrutura "ille + participio presente", por exemplo, provocou a adunção de um elemento epidítico à forma ille com valor demonstrativo, distinguindo-o do pronome pessoal. Uma vez diferenciado o pronome demonstrativo, o artigo definido pôde mover-se para antes do nome, sem todavia criar ambiguidade, porque a sua interpretação era homofórica e não ostensiva/deitica como no caso do pronome pessoal.

Se considerarmos que os possessivos (com exceção daqueles com caso genitivo) encontravam-se pospostos aos demonstrativos e antepostos ao nome (Dem+Poss+N), podemos supor que o artigo definido não podia aparecer na posição pós-nominal pois não poderia ser licenciado. Isto porque o possessivo, que é um NP genitivo na estrutura profunda (Giorgi & Longobardi 91), ao movimentar-se para Spec N' para receber caso via concordância com o núcleo nominal impedia que o artigo pós-nominal fosse marcado (+) caso pelo Det que se encontrava imediatamente acima do nóculo Spec N'. Logo, o artigo passou a compartilhar com os Demonstrativos a

mesma posição (Art + NP) e, passando a instanciar a categoria funcional Det, f-seleciona (seleciona funcionalmente, Abney '87) o NP.

Além disso, é provável que quando o artigo tenha alcançado a posição anterior ao nome "tenha carregado" todos os elementos funcionais para a posição anterior ao núcleo (é o caso de "consigo" do português, com a anteposição de uma preposição "com" a um conjunto formado sobre "secum" (se + preposição com e dos tempos compostos) e passa a "substantivar" adjetivos e participios presentes. Tem o estatuto de categoria funcional.

O romeno, que já havia sufixado o artigo definido ao nome, criou uma segunda forma para o artigo. Este "novo" artigo definido antecede o nome quando este está no caso genitivo: " a vecinului fată " (a do vizinho filha), conforme Dobrovie-Sorin 1987:144.

A sufixação do artigo definido ao nome no romeno e a criação de um "novo" artigo definido (quando o nome está no caso genitivo) é similar à construção portuguesa "consigo". De fato, o artigo sufixado pode coocorrer com o adjetivo demonstrativo em "fată cea mare" (filha-a aquela grande), embora não é possível

ter dois artigos como em *fata frumoasă (filha-a bela-a).

É provável que, no romeno, a sufixação do artigo definido se deva à preservação do caso genitivo.

NOTAS:

(1) Agradeço ao Prof. Antonio Mendonça pela indicação dos textos em latim vulgar.

(2) Mencionamos o desenvolvimento do VP (Verb Phrase), apontado por Devoto, pois parece-nos que o aparecimento do artigo segue uma tendência geral à perífrase

(3) Cf. a posição pré ou pós-verbal para o objeto definido e indefinido, ver Li e Thompson 1975.

(4) Cf. próclise e ênclise nas línguas românicas.

CAPITULO V

5. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DEITICO DO LATIM-PORTUGUES

Considerando que o primeiro documento escrito na língua portuguesa Testamento de D. Afonso II, data de 1214 e que o mais antigo documento latino-português autógrafo conhecido é a Escritura da fundação e da doação da igreja de Lordosa, de 882 (cfr. Correa de Oliveira e Saavedra Machado '69), achamos por bem fazer uma análise descritiva dos documentos notariais que cobrem o arco de tempo que vai do século IX ao século XII.

Há de se salientar que as poesias líricas portuguesas são atestadas bem antes do aparecimento do primeiro documento em língua portuguesa que mencionamos, mas que, por motivos de homogeneização de material, preferimos fazer um estudo dos documentos em prosa.

Uma ressalva deve ser feita. Devemos observar que o latim não era mais falado e, portanto, devemos estar atentos a não considerar a linguagem dos textos como uma língua viva em uma certa época. Por outro lado, o

vulgar, no caso, o português, não é atestado do ponto de vista de documentos escritos. Acreditamos que embora estes textos não possam "espelhar" uma língua falada, por não ser este latim uma língua viva, eles podem nos auxiliar a explorar formas e funções de uma língua viva, mas não escrita, através do que podemos chamar de "infiltração".

Isto, porque, não tendo o domínio do latim clássico, reservado aos mosteiros, mas seguindo um modelo de escritura, não é de estranhar que os tabeliões encaixassem nos textos "latinos" vocábulos, formas e suas funções provenientes da língua viva.

E, portanto, através da reiteração destas formas que poderemos traçar o perfil da língua falada: o português.

5.1. DESCRIÇÃO DOS ADJETIVOS DEMONSTRATIVOS:

LATIM-PORTUGUES

Já vimos que os adjetivos demonstrativos latinos podem ser usados com função exofórica ou endofórica.

Os adjetivos que se referem à primeira pessoa do discurso (hic, haec, hoc) e à segunda pessoa do discurso, que passará a indicar a proximidade à primeira pessoa, (iste, ista, istud) são empregados para indicar a referência de tipo exofórico. Fecha este quadro a série de pronomes da terceira pessoa (ille, illa, illud). A referência de tipo endofórico é feita por todos os pronomes e, principalmente pela série ipse, ipsa, ipsum.

As formas demonstrativas hic, haec, hoc e iste, ista, istud têm comportamento idêntico no que concerne a exoforicidade. Ambos são usados com valor intrinsecamente dêitico.

Embora as formas da série hic sejam muito mais frequentes do que as formas da série iste, as primeiras manifestam-se em expressões claramente estereotipadas. Referem-se ao próprio documento ou contrato. Devem ter sido assimiladas como uma fórmula contratual que se repete em quase todos os documentos:

1. "et si aliquis homo uenerit contra hunc factum nostrum ad interrumpendum" (1047)

(e se algum homem viesse este nosso pacto interromper)

2. "Et hunc meum factum firmum abeat roborem"
(939).

(E este meu pacto firme tenha validade).

As formas da série iste manifestam-se em ambientes mais frouxos, menos estereotipados. Existe um caso em que iste cobre o contexto da série hic:

3. "si aliquis homo uenerit et istum nostrum factum irrumpere uoluerit pariat ad Monasterium ipsa hereditate duplata et ista moura" (1078);

(e se algum homem viesse e este nosso pacto interromper quisesse ofereça a Monestério mesma herança em dobro e esta moura).

onde istum refere-se ao contrato ("factum"), o documento de onde extraímos o texto, estabelecendo uma alternância com a série hic; ista refere-se a uma "moura" que já havia sido mencionada no parágrafo precedente.

A suplantação de hic por iste no latim português pode ser explicada se levarmos em conta que as duas séries hic - iste são caracterizadas pela deiticidade e que o uso da série hic é reduzido a algumas fórmulas contratuais.

A série ipse, ipsa, ipsum, que no latim clássico tinha o valor de demonstrativo "próprio", passou a ser largamente usado, no latim português, para designar a referência endofórica:

4. "...atque concedimus ad Deum et ad ipsa basilica que nos fundamus in nomine Sacti Petri et Pauli et Sancti Migaeli Arcangeli, damus ipsa uilla ubi ipsa ecclesia fundamus..." (882).

(...e concedemos a Deus e a própria basilica que nós fundamos em nome de Santo Pedro e Paulo e S. Miguel Arcanjo, damos essa mesma vila onde fundamos essa igreja...).

O emprego deste adjetivo com valor exofórico é feito através de um modificador que identifica o referente:

5. "Era MLXXX que habitem in ipsas ecclesias quos mihi dates"..(1042)

(Era MLXXX que vivem em próprias igrejas que a mim destes).

6. "...et dono uobis ipso porto de illo ribulo cum ambas sias rippas." (938).

(...e dão a vós o próprio porto daquele rio com ambas as suas margens).

Não se verificou nenhuma ocorrência do índice dêitico deste adjetivo. Há duas hipóteses para este comportamento:

a. o adjetivo iste mantinha a interpretação da colocação espaço-temporal das primeira/segunda pessoas do discurso;

b. a manifestação do adjetivo ipse como índice de deiticidade (como segunda pessoa do discurso) só se tornou possível após a aquisição e efetivação da referência identificável através do modificador:

7. "ipsum meum casalem de Rial" (1177).

(a minha própria casa de Rial).

A série ille, illa, illud, que no latim clássico caracterizava-se por indicar negativamente a localização espaço-temporal de um referente como sendo aquele que não era a primeira pessoa do discurso e nem a segunda pessoa do discurso, confunde-se com o artigo definido:

8. "Et illo comite e illa infans pro remedio animarum suarum et parentum eorum uolunt facere kartam ad illos homines..." (1114).

(E aquele conde e aquele infante como remédio de suas almas e de seus pais querem fazer um contrato aqueles homens...).

A interpretação dêitica-homofórica destes itens advém do fato de que o texto analisado começa em primeira pessoa ("Ego comite", "Eu conde..") e passa para a terceira pessoa como na frase 8. O exemplo acima constitui a única presença do valor dêitico de ille, pois os textos são geralmente escritos levando em consideração os dois participantes do ato comunicativo ("Eu...dou a vós..."). Este parece ser o motivo pelo qual não encontramos outras ocorrências de ille com valor dêitico.

A ausência do advérbio epidítico ecce diante do pronome/adjetivo ille pode ser explicada pelo fato de o advérbio ser considerado de uso vulgar, pertencente à língua falada, e, portanto, evitado nos textos escritos em latim. Se no latim vulgar, PA e GT, demonstrativos e artigo definido eram distinguidos pela posição que ocupavam em relação ao núcleo nominal, no latim português, é impossível distingui-los, pois ocupam a mesma posição: Dem+N e Art+N.

Neste sentido, o latim português aproxima-se ao texto de CT. Em CT, Petrónio, ao regularizar o uso da série ille em detrimento da série is, obliterou as nuances que havia entre as duas séries, assim como a regularização da anteposição de ille ao nome, levou à perda das diferenças referenciais entre demonstrativos e artigo definido.

6.2. ANÁLISE DIACRÔNICA DO ARTIGO DEFINIDO

Ramat '86 propõe que o surgimento do artigo definido está relacionado a uma estrutura adjetiva ou relativa como N+Det(Rel)+Adj, do tipo "Lourenço o grande". É possível ver aqui um elo com o latim clássico, onde ille significava "o famoso", "o famigerado".

Sua tese parece confirmar-se se levarmos em conta que a interpretação de ille se deve, muitas vezes, ao recurso do contexto situacional através de um modificador (adjetivo ou oração adjetiva ou ainda SP).

No entanto, a referencialidade do artigo definido "tout court" é de caráter homofórico, razão pela qual sugerimos que a sua origem não está relacionada a uma estrutura adjetival, mas nominal, cujo núcleo é constituído de um substantivo próprio ou de um substantivo que indica a existência de um membro de uma classe. Acreditamos serem estes os substantivos que designam um ser em particular que pode estar na "memória comum" do falante e interlocutor.

A origem do artigo definido está relacionada à referência virtual do nome, enquanto "segmento de realidade" (Milner '82), de onde extrai "conteúdo descritivo" (Abney '86).

O adjetivo é um elemento "não-autônomo", no sentido de que não tem referência virtual. Logo, o artigo não pode extrair do adjetivo nenhum "conteúdo descritivo".

Mais uma vez, o surgimento do artigo se justifica enquanto estabelece a referência com este "ser particular ou totalizante" típico dos substantivos que designam um membro de uma classe ou topónimos. É o caso de "O castro" ou de "illo ulmar" em:

9. "...ut facio a uobis Petro Suaris et uxor uestre Guluira Nunis karta uendicionis et firmitatis de hereditate mea propria que abeo de parentorum meorum in uilla quos uocitant Culameia, subtus mons O Castro..." (1161)

(...fazer a vós Pedro Soares e mulher vossa Guluira Nunes contrato de venda e firmação de herança minha própria que tenho de meus pais em vila que chamam Culameia, sob monte O Castro...).

10. "...et descendit per illa ualle de pito et uadit a figeroa et intrat in illa aqua de ladeia usque in illo ulmar et fert in cabeza de mata furada." (1139).

(...desce por aquele vale de pito e vai a figueira e entra em aquela água de declive até em aquele olmo e leva em começo de mata furada).

A perda da tonicidade do artigo original "illo" em

11. "...in uilla quos uocitant Culameia, subtus
mons O Castro..." (1161)

(...em vila que chamam Culameia, sob monte O
Castro...)

não pode estar associada à sua anteposição ao nome, mas
ao seu caráter homofônico.

A nossa hipótese é que a homofonicidade é uma categoria
gramatical que exprime a representação que o falante
faz do processo de descrição de um objeto, exatamente
como o aspecto que é uma categoria gramatical
representativa do processo expresso pelo verbo. (ver
Abney) É esta função que nos leva a sugerir que o
artigo origina-se em uma estrutura nominal e não
adjetival como propõe Ramat.

5.3. ANÁLISE DIACRÔNICA DOS ADJETIVOS POSSESSIVOS

Nos textos que analisamos, a escolha do possessivo é
condicionada à posição de sujeito como evidenciam
períodos estereotipados como:

12. "Ego Balteiro et uxor sua nomine ogenia uobis kartemiro et uxor sua astrilli, viliado et uxor sua nomine teodoriga...." (883),

(Eu Balteiro e mulher sua Ogenia a vós Kartemiro e mulher sua Astrilli, Viliado e mulher sua de nome Teodoriga...)

em que "uxor sua" é correlacionado a "Ego", primeira pessoa do singular do caso nominativo, a "uobis", segunda pessoa do plural e a "viliado" que, sendo um substantivo próprio designa a terceira pessoa do singular.

O condicionamento do possessivo à posição do sujeito não é mais presente nos textos a partir do século IX:

13. "Ego odario dauis ideo placuit michi, asto animo et bone pacis uoluntas, ut facere tui iermana mea trudilli...scriptura donationis et firmitatis de uilla nostra propria nominata Freiseno..." (907).

(Eu Odoario Dauis por isso apraz-me, de presente ânimo e de boa vontade de paz fazer a ti irmã minha Trudilli...escritura de doação e firmação de vila nossa própria chamada Freiseno...)

em que se tem a correlação da primeira pessoa do singular do caso nominativo "ego" e da primeira pessoa do possessivo "mea".

Em outras palavras, o possessivo suus não era mais condicionado à posição de sujeito:

14. "...uilla prenominata uilla coua ad portu de latrones. quod obtinuit Ydriz cum suis parietes et suis uiciis et terminis antiquis." (850/866),
 (...vila antes mencionada Vila Coua em Porto de Ladrões, que obteve Ydriz com suas paredes e seus burgos e confins antigos)

onde "suis parietes et suis uiciis" referem-se à "uilla" e não a "Ydriz", sujeito do verbo "obtinuit".

15. "Ego argemondo sindiniz placuit mihi pro bone pacis uoluntate ut facerem uobis domno ihoani una cum fratribus uestris textum scripture firmitatis di una uarzea cum suo pomar et cum sua uinea..." (1047),

(Eu Argemundo Sindiniz apraz-me por vontade de boa paz fazer a vós Dom João junto com vossos irmãos texto de firmação de escritura da única várzea com seu pomar e com sua vinha...)

em que "cum suo pomar et cum sua uinea" referem-se a "uarzena" e não a "Ego argemondo sindiniz", sujeito do verbo "facerem".

A ordem Poss+Nome ainda não é fixa nos textos analisados. O possessivo continua posposto nos seguintes contextos:

1. quando ao nome comum segue um nome próprio (complemento de especificação):

16. "...et conzedo tiui mancipias meas nominibus mariamen...(907);

(...e concedo a ti minhas escravas de nome Maria...)

17. "...uilla...que dedit mici pater meus David..."(907);

(...vila...que me deu meu pai David...)

2. quando o substantivo que acompanha o possessivo:

2.a. tem a função de complemento nominal;

2.b. é marcado com o caso dativo,

2.c. é marcado com o caso genitivo.

18. "...faceremus ad uobis domna unisco prolix osoreiz kartula firmitatis de ereditate mea que abeo de auium et parentum meorum..." (1078); (2a e 2c, respectivamente).

(...faremos a vós Dona Unisco Prolix Osoreiz contrato de firmação de minha herança que tenho de meus avô e pai...)

19."...facерemus uobis domno primus abba et congregatio uestra cartula testamenti di hereditate nostra propria que abemus...(939); (2b e 2a, respectivamente).

(...faremos a vós Dom abade primeiro e à vossa congregação contrato de testamento de nossa própria herdade que possuimos...)

20."...facio a uobis petro suaris et uxor uestra guluiria nunis karta uendicionis et firmitatis de hereditate mea propria que abeo de parentorum meorum in uilla.."(1161); (2b, 2a e 2c, respectivamente).

(...faço a vós Pedro Soares e a vossa mulher Guluiria Nunes contrato de venda e firmação de minha própria herdade que possuo de meus pais na vila...)

21. "...atque concedo uobis domno mestulius abba uel fratribus tuis mea uarzena que est super ribulo mondeco." (938) (2b).

(...e concedo a vós Abade Dom Mestúlio ou a teus irmãos minha várzea que está acima do rio Mondego)

Se a estrutura nominal contém um pronome demonstrativo, pode-se ter a anteposição ou posposição do possessivo ao nome, desde que o demonstrativo seja da série hic:

22. "...qui hunc testamentum meum frangere uoluerit..." (1193);

(...quem este testamento meu romper quisesse...)

23. "Et hunc meum factum firmum abeat roborem."

(939)

(E este meu pacto firme tenha validade)

Se os demonstrativos forem da série iste ou ipse, tem-se apenas a anteposição dos possessivos aos seus núcleos nominais:

24. "Mando ego horraca petri meum corpus ad monasterium sancti salvatoris de santo et ipsum meum casalem de rial..." (1177);

(Mando eu Horraca Petri meu corpo ao Monastério Santos salvadores de Santo e própria minha casa de Rial...)

25. "Si aliquis homo uenerit et istum nostrum factum irrumpere uoluerit..." (1078).

(Se algum homem viesse e este nosso pacto romper quisesse...)

Os dados acima sugerem que o possessivo se mantém posposto ao nome quando este estiver no caso genitivo, no caso dativo, em caso de complemento nominal e de complemento de especificação. Acrescente-se aí o demonstrativo da série hic que não afeta na anteposição ou posposição do possessivo ao nome. Por outro lado, o uso das séries iste e ipse favorecem a anteposição do possessivo ao nome a que se referem.

Cumprе salientar que o adjetivo possessivo aparece ou posposto ao nome ou posposto ao adjetivo:

Dem + N + Poss

Dem + Poss + N

mas nunca antecede o adjetivo demonstrativo:

*Poss + Dem + N.

A partir da distribuição complementar dos possessivos e adjetivos no italiano e dos possessivos com os determinantes no inglês e francês, Giorgi e Longobardi 1991 sugerem que o possessivo no italiano deva ser tratado como Adjetivo e o possessivo no inglês e francês como Determinante.

Os possessivos do inglês e francês podem determinar (saturar um NP) exatamente como fazem os membros da classe Determinante. Os possessivos do italiano não podem saturar um NP porque são considerados Adjetivos.

A posição temática dos possessivos no italiano é sempre pós-nominal. Supõe-se que o possessivo tenha origem na posição pós-nominal na estrutura profunda e pode mover-se para antes do nome ou continuar na posição em que foi gerado. A possibilidade de antepor-se ou pospor-se ao nome advém do fato de que o possessivo italiano é um Adjetivo.

No francês, o possessivo também origina-se à direita de N, mas deve mover-se para a posição pré-nominal, pois o seu traço possessivo só pode ser realizado como Determinante.

Para os autores, os sintagmas di+NP podem realizar o caso genitivo em N', pois este é o domínio dos argumentos internos de um núcleo, portanto, não devem deixar a posição N'. No entanto, os possessivos devem mover-se para que possam receber caso. O caso via concordância com o núcleo só é possível se o possessivo encontrar-se sob projeções mais altas que N: Spec N', se for movido à esquerda do nome; AdjP, se ocupar a posição à direita do nome.

Uma questão a ser lançada é: Como explicar a possibilidade de o possessivo do romeno encontrar-se na posição pós-nominal

26. caietul meu (caderno-o meu)

27. al meu băiat (o meu menino)?

Se considerarmos os sintagmas:

28. a vecinului fată (a de vizinho filha)

(I' (I a (NP (Spec vecinului (N' (N fată) Adj))))))

29. fată vecinului (filha-a de vizinho)

(I' (I fată (NP (Spec vecinului (N' (N t_i) Adj))))))

com o movimento do nome para INFL (Dobrovie '87).

Verificamos a presença de um nome marcado (+) genitivo (vecinului) em ambos os sintagmas.

No caso de 28, temos um artigo tônico na posição de INFL. Podemos supor que este artigo seja um elemento forte, no sentido de que não acompanha um nome (Giorgi & Longobardi '91). O traço (+) forte do determinante a é evidência de caso (Abney '87, o caso é uma propriedade intrínseca dos DPs), e f-seleciona (seleciona funcionalmente) o NP.

Em 29, o nome movimentou-se para INFL, recebendo caso nominativo nesta posição.

O sintagma

30. * fată vecinului blondă

(menina-a de vizinho loira)

é agramatical, pois a presença do adjetivo "blondà" impede o movimento do nome para INFL (Dobrovie '87). A presença do genitivo entre o INFL (mais especificamente DP) e o adjetivo impediria a atribuição ao adjetivo do caso nominativo atribuído ao nome.

Vejamos os possessivos:

26. caietul meu (caderno-o meu)

(I' (I caietul (NP (Spec meu (N' (N t) Adj t))))))

Se meu é um adjetivo (G. & L. '91) pode movimentar-se para a posição de Spec N' e ser marcado (+) nominativo através da concordância entre o especificador de N' e o núcleo (vestígio de N).

27. al meu băiat (o meu menino)

(I' (I al (NP (Spec meu (N' (N băiat) Adj t))))))

O artigo tônico al é forte, portanto, tem a propriedade intrínseca do caso. Pode t-selecionar um NP e atribuir-lhe caso nominativo. O possessivo realiza o seu caso genitivo inerente através da concordância entre especificador de N' e o núcleo nominal.

Voltemos à questão: Por que os possessivos com caso genitivo do latim-português foram os últimos a ocuparem a posição pré-nominal?

A luz do que acabamos de expor, podemos inferir que o possessivo do latim-português era um adjetivo e que podia ocupar a posição de especificador de N'. Sendo a posição de especificador de N' marcada (+) genitivo, conforme nos mostra o romeno, os possessivos marcados (+) genitivo foram os últimos a ocuparem esta posição devido à dupla atribuição de caso genitivo: uma morfológica e outra estrutural.

5.4. ANALISE DIACRONICA DOS PRONOMES PESSOAIS

Atestamos apenas uma ocorrência do pronome pessoal de terceira pessoa com função de sujeito:

3). "I sunt illas varzeas integras de ambas partes in ripa de pauia quomodo illas obtinuit pater noster" (939)

(Elas são aquelas várzeas integras de ambos lados em margem de pauia conforme elas obteve pai nosso).

No que diz respeito aos pronomes pessoais com função de complemento, assistimos ao avanço da série ille sobre a série is. Ambos os pronomes são usados com função endofórica.

O emprego de ille não parece distinguir-se do emprego de is no que diz respeito à proximidade do seu antecedente, mas sim em termos de pressuposição e foco:

32. "...qui uoluerint populare in uillam quam dicunt Caldas, et habeant illam cum suis terminis nouis" (1183).

(...quem quisesse povoar em vila que chamam Caldas, e tenham ela com seus confins novos)

33. "Et modo pobulant in extremo illo castro nomine thalauares et inquirent bonos foros per ubi pobulent illum." (1114).

(...E somente povoam distante de aquele campo de nome Thalauares e procuram bons foros por onde povoar ele)

34. "In primis de unum kasalem in Regalados, in loco ubi uocitant Quartas, et habui eum de monasterio de Bravaes..." (1193).

(Em primeiro lugar dou única casa em Regalados, em lugar onde chamam Quartas, e obtive ela de monastério de Bravaes...)

35. "et est ipsa uilla suburbio conimbrie et diuident cum alia uilla coua... damus eam ab integrum..." (926).

(e é própria vila subúrbio de Conimbric e limitam
com outra vila Coua... damos ela integralmente...)

Os pronomes da série ille, em contraposição aos da
série is, apresentam, por vezes, perda da marca de
acusativo, se o pronome for de género feminino:

36. "...pro ubi ille obtinuimus de presuria..."
(862)

(...por onde ela obtivemos de doação...)

37. "...abestis illa uos firmiter..." (1076)

(...tenhais ela vós com firmeza...)

O pronome masculino mantém a morfologia de caso:

38. "...per ubi pobulent illum." (1114)

(...para onde povoam ele.)

39. (ut facerem illis firmitatis scripturam..."

(1123)

(para fazer a eles de firmação escritura).

No que tange ao significado referencial dos pronomes
pessoais, é praticamente impossível depreender dos
textos o momento em que houve a cliticização da série
ille em função de complemento. Apesar disso,
acreditamos que a promoção do demonstrativo ille à
categoria de pronome pessoal do caso oblíquo clítico

esteja correlacionada com uma estrutura adjetival (de tipo "small clause"), como se verifica em:

40. "pro parte de omnia nostras ereditates que auemus in uilla que uocidan cercedo...ut teneamus illas sanas et intemeradas in uida nostra..."(999)
(como parte de todas nossas heranças que possuímos em vila que chamam cercedo...para ter elas ilesas e íntegras em vida nossa...)

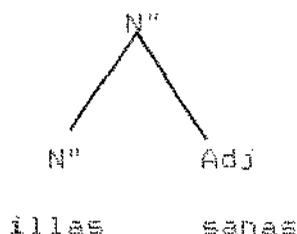
onde illas não apresenta uma interpretação exofórica, mas endofórica. Illas refere-se a "nostras ereditates".

Se considerarmos que o adjetivo é uma unidade não-autónoma, pois não designa um "segmento de realidade", obtemos que o adjetivo não tem referência virtual própria. (cfr. Milner '82)

O pronome pessoal, segundo Milner '82, tem referência virtual, mas esta não pode ser definida por si só. Um segmento de realidade pode ser designado pelo pronome pessoal de terceira pessoa, mas, no momento em que o pronome é empregado, uma outra designação, referencialmente autónoma, é empregada. O adjetivo não tem referência autónoma, logo o pronome pessoal não pode nem substituí-lo, nem adjungir a ele, portanto, em "illas sanas" da frase 35 não podemos ter um pronome pessoal.

Somente um adjetivo demonstrativo de referência virtual pode se associar a um adjetivo (de fato, em italiano tem-se "quella nera" (aquela preta). Mas o adjetivo demonstrativo é exofórico e a frase acima mostramos um caso de endófora.

A nosso ver, ille, como argumento do verbo, passou a pronome oblíquo a partir de estruturas de small clause:



Ocupando a posição de sujeito de uma small-clause, o pronome oblíquo é a contrapartida pronominal do artigo definido.

Se considerarmos que o uso do artigo definido requer que o falante pressuponha que o interlocutor possa interpretar o referente (Kato '74) e que um clítico nulo só pode estar associado a uma posição de não-c-comando (Kato '91), podemos aventar a hipótese de que ille como pronome oblíquo tenha se originado de uma estrutura cujo antecedente ocupasse uma posição de não-c-comando.

Kato '91 menciona três posições de não-c-comando:

1. o antecedente é regido por um núcleo externo:

- a. Falando de bolo_i, o Pedro ~~Ø~~_i-comeu pro_i.
- b. João disse sobre a pasta_i, que Pedro ~~Ø~~_i-perdeu pro_i.
- c. Eu comprei o casaco_i sem ~~Ø~~_i-experimentar pro_i.
- d. João descascou a banana_i e Pedro ~~Ø~~_i-comeu pro_i.

2. o antecedente é regido por um núcleo nulo:

- a. (~~Ø~~_i (o bolo _i)), o Pedro ~~Ø~~_i-comeu pro_i.

3. o antecedente é um tópico do discurso nulo, recuperável de um constituinte nulo deslocado à esquerda, coindexado com um termo no enunciado anterior:

- a. - E quanto ao bolo?
- (Ø (Ø_i)) o Pedro ~~Ø~~_i-comeu pro_i ontem.

Se analisarmos o trecho:

41. "Id sunt illas (i) varzeas íntegras de ambas partes in rípa de pavía quomodo illas (ii) obtinuit pater noster". (939)

(São as varzeas íntegras de ambas partes em margem de Pavia conforme elas obteve pai noseno)

veremos que illas (ii) é regido por um núcleo externo "illas uarzenas".

Considerando que a anáfora se refere não a um item anterior no discurso, mas ao referente de seu antecedente (ao que é pressuposto pelo interlocutor; que tenha a interpretação semântica de tema) e que a variável refere-se a uma informação nova introduzida no discurso (ao que se pode denominar rema), podemos estabelecer a seguinte relação (Cf. Li & Thompson '75):

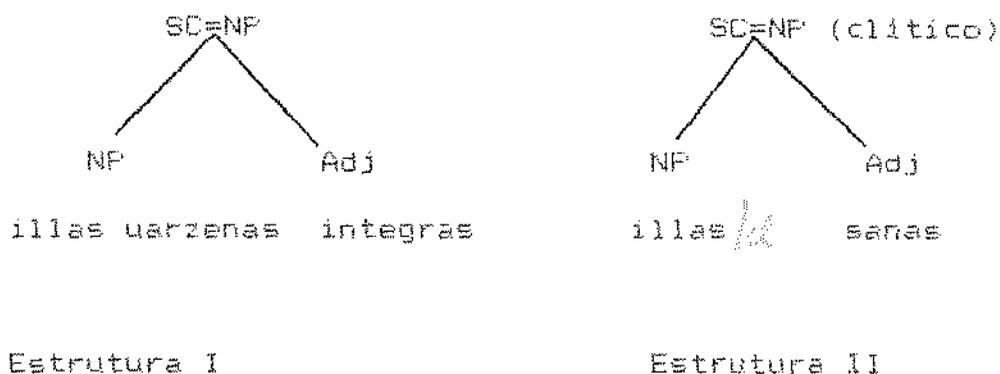
(1)

| | |
|---------------------|------------|
| Antecedente | referente |
| + homofórico (tema) | +anafórico |
| - homofórico (rema) | +variável |

Uma vez que illas (ii) refere-se a illas uarzenas, um tema, sugerimos que illas (ii) tem o valor de um anafórico. (2)

Se, considerarmos a natureza de Small Clause de "illas uarzenas integras" (Ille N Adj), em que illas uarzenas tem valor homofórico, ou seja, illas compõe um pressuposto com uarzenas, podemos dar conta do fato de

que a estrutura do NP é isomorfa à estrutura que teria permitido o desenvolvimento dos clíticos:



O valor homofórico do artigo decorre da presença de um elemento referencial autónomo (Milner '82) e tem a função de atualizar o nome (seleção funcional para Abney '86/'87), permitindo a projeção da categoria funcional Determinante.

"Illas" na estrutura II precede um elemento não-autónomo, logo não pode atualizá-lo. Não podemos ter nem o caráter homofórico dos artigos definidos nem a referência atual/virtual dos pronomes pessoais, mas apenas uma leitura exofórica ("illas" seria um adjetivo demonstrativo), de referência virtual e atual ou uma leitura anafórica através da retomada do referente de seu antecedente, o que lhe permitiria adquirir a natureza de referência atual. Este processo só é possível se o pronome for regido por um núcleo externo,

como acontece com o clítico nulo cujo antecedente é regido por um núcleo externo.

Poderíamos traçar o seguinte paralelo:

A interpretação homofórica (a referência atual) de ille permite a expansão do DP, cujo núcleo é um elemento flexional nominal; a interpretação anafórica (a referência atual por meio do referente de seu antecedente) de ille permite a desvinculação da estrutura de small clause e a sua agregação ao INFL do verbo.

Desta feita, tanto o artigo definido quanto o pronome oblíquo podem ser caracterizados como elementos de referência não-virtual. A sua função é de atualizar um referente virtual. O artigo definido atualiza um referente virtual nuclear; o pronome oblíquo atualiza um referente virtual de uma mini-oração (SC).

Assim, tanto o artigo definido quanto o pronome oblíquo, com referência atual, têm propriedades clíticas. O artigo terá a possibilidade de se cliticizar ao núcleo nominal e o pronome oblíquo ao núcleo funcional do verbo (quando de sua erosão fonológica), cujo "segmento de realidade" (Milner '82) ou "conteúdo descritivo" (Abney '86 e '87) equivale ao

aspecto do verbo, que no latim vulgar passou a ser "renovado" graças às estruturas perifrásticas.

É interessante notar que no que diz respeito à ordem dos pronomes-complemento em relação ao verbo, temos construções mais ou menos fixas. A posposição do pronome ao verbo parece ser mais generalizada no latim-português:

42. " usque in obito nostro in ipsa uilla ut teneamus (illas sanas et intemeradas)" (999)

(até a nossa morte nessa vila para que tenhamos elas ilesas e integras)

43. "Abeatis illa uos firmiter et omnis posteritas uestra usque in temporibus seculorum" (1078)

(Tenhai-na vós com firmeza e todos os vossos pósteros até o fim dos séculos)

44. "habeant (illos liberos)" (1111)

(tenham eles livres)

A anteposição do pronome ao verbo parece restrita às orações adjetivas e adverbiais (com exceção da adverbial final):

45. "Id sunt illas uarzenas integras de ambas partes in ripa de pauia quomodo illas obtinuit pater noster" (939)

(São as várzeas em sua totalidade, de ambos os lados na margem de Pavia como as obteve nosso pai)

46. "Mando ego Horraca Petri meum corpus ad monasterium S. et ipsum meum casalem de Rial integrum cum omnibus que ad illum pertinent..."

(1177)

(Eu, Horraca Petri, mando meu corpo ao monastério S. e essa minha casa de Rial em sua totalidade com todas as coisas que a ela pertencem)

NOTAS:

(1) Calabrese analisa o uso dos pronomes nulos no italiano a partir da noção de tema e rema. Afirma que um pronome nulo em posição de tema na encaixada só pode ter como antecedente um outro tema (da oração principal) e não uma expressão referencial que não tem esta propriedade, como o objeto direto. Não é possível estabelecer a coindexação de um NP topicalizado ou deslocado à esquerda com um pronome nulo em posição de tema na encaixada.

(2) Ilari 1986 trata da articulação da frase portuguesa em termos de tema e rema. A análise se desenvolve a partir das configurações entoacionais e das orações cindidas.

(3) Kayne '90 já havia notado o arcaísmo destas colocações, comparando-as com a contemporaneidade da ordem do italiano e francês que privilegiam a próclise. Podemos traçar um paralelo entre a ênclise na língua portuguesa e a sufixação do artigo definido do romeno: ambas as formas teriam se fixado nesta posição devido à movimentação do nome, no romeno, e do verbo para INFL, para onde tinham se movimentado os artigos e pronomes clíticos.

A erosão do pronome e o movimento do Verbo para INFL teriam acarretado a estrutura (INFL V+cl), que, por sua vez, teria se movimentado para Comp. Isto explica a ênclise na sentença matriz do português.

O fato de que a ordem Pron+N seja restrita às orações adjetivas e adverbiais parece explicar a existência da próclise nas orações subordinadas do português. Se foi realmente este o processo, então, é provável que as mudanças linguísticas manifestem-se primeiramente nas orações encaixadas e não na matriz como propõe Lightfoot '89.

As outras línguas romênicas teriam irradiado a próclise a partir das subordinadas. No italiano antigo, era de norma a ênclise nas orações principais e coordenadas.

CONCLUSÕES:

Tarallo distingue dois tipos de perdas e/ou ganhos morfológicos: os encaixados, resultado de transformação do sistema gramatical e os não-encaixados como "reflexo das diferenças entre modalidades de uso linguístico escrito versus falado" (1990:132).

Para ele, a forma perifrástica do verbo "amare habeo" deve ser considerada como o resultado da perda não-encaixada do futuro imperfeito do indicativo sintético "amabo", pois há preservação da função, mas não de forma: "a forma aparece, entretanto, diferentemente vestida, constituindo, assim, uma perda morfológica não-encaixada, não de função, mas de forma" (1990:132).

Isto quer dizer, segundo o próprio Tarallo, que há duas possibilidades para a perda não-encaixada:

1. "uma função não-marcada formalmente passa a receber marca formal, sem que a gramática tenha "forçado" a marcação". É o caso acima, que mantém a função do futuro em veste nova;
2. o sistema "cria uma nova forma, não para retomar uma antiga função, mas, sim, para estabelecer uma

inteiramente nova". E o caso do condicional, que surge, por analogia, à formação perifrástica do futuro: "amare habebam".

A perda ou o ganho morfológico encaixado ocorre dentro do sistema gramatical em transformação. Tarallo lança mão do alto número de preposições existentes em português para afirmar que as mesmas passaram a "desempenhar uma função na organização gramatical portuguesa que existia somente como um esboço no sistema do latim clássico" (1990:134), pois nesta língua, o uso das preposições era restrito aos casos acusativo e ablativo.

Sugere que a preposição deva ser vista como um ganho encaixado:

"Na passagem do latim para o português, então, nosso sistema deve ter experimentado momentos em que uma mesma preposição latina cumpria, além de sua função relacional, outras funções semânticas que, no latim clássico, eram mapeadas a outras formas. E essa tendência, uma mesma forma com várias funções ou uma mesma função com várias formas, na realidade, subjaz à organização gramatical das línguas naturais..." (1990:135).

Tarallo inclui o artigo definido dentre os ganhos morfológicos não-encaixados, pois a sua função existia no latim, embora não fosse marcada em termos de forma. Neste caso, as línguas românicas passaram a marcar, com o artigo definido, uma função existente:

"O latim clássico possuía um sistema para a indeterminação e a indefinidade dos substantivos que apareciam, então, formalmente marcados. Por exclusão, os substantivos sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos. No português moderno, entretanto, a falta da marca formal também garante uma leitura, mas a de indefinidade. Nesse sentido, dissemos que a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos não-encaixados, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retomar uma antiga função" (1990:138).

Gostariamos de propor que as línguas românicas não implementaram, no caso do artigo, uma nova função, e nem tampouco uma forma nova. Simplesmente retomaram uma forma existente no latim clássico com valor dêitico, cuja função se intensifica com a evolução dos demonstrativos.

Poderíamos nos perguntar se a série do latim vulgar ille não possa ser incluída no caso dos ganhos encaixados.

Se olharmos para a série ille do latim vulgar (façamos abstração dos conceitos de pronomes pessoais, demonstrativos e artigos) como uma categoria que tem um emprego amplo, pois cobre funções de sujeito, complemento direto, complemento indireto e de determinantes (função que no latim clássico era atribuída ao nome), poderemos traçar um paralelo entre o uso indiscriminado das preposições (cobrindo os casos dativo e genitivo, além do acusativo e ablativo do latim clássico) e o uso indiscriminado de ille (cobrindo todos os casos e "desafixando" do nome o valor semântico de definitude).

Em ambos os casos, trata-se de uma forma existente (preposição/ille) que retira de outras formas (os casos) uma função já existente.

Note-se bem que se trata de uma forma existente que passa a assumir várias funções. Neste sentido, tanto ille quanto a preposição desempenham uma função na organização gramatical, que existia "como um esboço no latim clássico".

É notório que o latim vulgar manifestava a tendência à perífrase verbal, como já fizemos menção diversas vezes. Tarallo elenca alguns casos de perífrase:

1. as formas sintéticas do comparativo (*certior*) e do superlativo (*justissimos*) apareciam na língua falada como "plus/magis certus" e "multum justus";
2. o futuro imperfeito do indicativo (*amabo, debebo, audiam*) era substituído por "amare habeo", "debere habeo" e "audire habeo";
3. a forma passiva clássica (*amor, audior*) era reanalisada em "amatus sum", "auditus sum";
4. o uso do infinitivo e o imperfeito do indicativo de habere deu origem ao condicional do português "amare habebam", "audire habebam".

Vincent '82 analisa a formação das novas formas verbais através das perífrases, na evolução do latim para as línguas românicas:

- o desenvolvimento de habere + participio passado compõem o perfeito no italiano e francês, por exemplo;
- a expansão de esse + participio passado compõem a forma passiva;
- o uso de esse + participio passado marcam o perfeito de verbos intransitivos (no italiano, "è uscita", "saiu").

A partir da classificação de argumentos em agente, paciente, meta, tema e locativo abstrato, Vincent sugere que, no latim clássico, havia as seguintes distribuições:

habere possuía dois argumentos: Neutro, na função de complemento e Locativo Abstrato, na função de sujeito; esse possuía um argumento: Neutro, na função de sujeito.

O participio passado é um adjetivo que ocorre com o argumento Neutro, daí a formação da passiva com o auxiliar esse.

Aponta a construção a seguir como o ambiente que deu origem ao perfeito perifrástico do romaneço:

"in ea provincia pecunias magnas collocatas habent"
(Cicero)

(em aquela província capital grande investido têm)
com o significado de "eles têm grande capital investido naquela província" e não de "eles investiram..."

A omissão do sujeito-agente é uma consequência do uso do Neutro como sujeito da forma participial, permitindo a ambiguidade acima.

Para Vincent, o mecanismo que provocou a gramaticalização de habere + participio passado foi a identificação do argumento Locativo de habere com o Agente do verbo no participio.

Os verbos, cujos papéis temáticos são idênticos sofrem mudanças facilmente, como é o caso dos verbos com sujeito experienciador: *cognosco*, *comperio*, *persuadeo*, etc.

Conclui que a gramaticalização de *habere* envolve a retenção de suas funções gramaticais - sujeito e objeto - mas a perda de seu papel independente (Locativo).

Se levarmos em conta que a aquisição das categorias funcionais pela criança faz-se em "um bloco", no sentido de que aparecem simultaneamente as flexões verbais, os pronomes e as suas relações gramaticais, podemos supor, também, que a evolução do latim para as línguas românicas ocorreu em todos os níveis das categorias funcionais e de modo semelhante, no caso do latim, através das perífrases.

Podemos supor que se a construção perifrástica dos verbos tenha tido a função sintática de "prover o núcleo funcional de uma projeção IP", cfr. Radford 1990:269, a construção perifrástica dos nomes também teve a função sintática de "prover o núcleo" de uma projeção máxima, a expansão do Spec X', que passaria a estabelecer uma relação de concordância com o núcleo X.

É bastante provável, então, que o aparecimento do artigo tenha sido um recurso capaz de "reter" as funções gramaticais. De fato, Abney '87 propõe que o caso é uma propriedade intrínseca do Det.

Podemos aventar a hipótese de que o seu aparecimento não só permite a queda do caso morfológico, mas acelera este processo.

Se considerarmos o princípio da uniformidade da mudança linguística e que ille faz parte da perífrase nominal, então não podemos considerar os artigos e os pronomes como uma compensação, cfr. Tarallo '90, mas como um processo que visa "desafixar" o nóculo INFL morfológizado no latim clássico. (1)

Não se trata de reorganizar o sistema morfológico, mas o sistema sintático, de permitir que o caso antes codificado morfológicamente venha à tona em termos estruturais.

É sintomático que algumas línguas (italiano, romeno, francês) tenham feito "sobreviver" o nominativo e o português e o espanhol tenham optado pelo acusativo, ou seja, não tenham dado saliência aos casos genitivo, dativo e ablativo.

As línguas acima se organizaram em torno dos dois argumentos do verbo (externo e interno), o que vem de certa maneira comprovar que é o sistema sintático que está se organizando, sob a máscara de perdas e ganhos morfológicos, através do desenvolvimento da função de regência entre constituintes.

Menuzzi sugere que "a ausência de artigos em latim é um sintoma de que possivelmente essa língua não possuía a categoria dos determinantes" (s/d:22). Deduz-se daí que o sintagma nominal latino, como o do japonês, seja a projeção de N, portanto seja um N', cfr. Fukui & Speas 1986.

Uma vez que N' não é uma categoria máxima "fechada" (X"), é de se esperar que o sintagma latino não possua uma posição de "especificador".

Menuzzi lança mão de algumas "evidências" que possuem comprovar a inexistência de projeção do nóculo especificador no SN latino:

1. o latim permite a adjunção reiterada de elementos modificadores. Ex. "Hic est filius meus carissimus";
2. os elementos modificadores são relativamente livres no SN latino, isto é, podem se posicionar antes ou depois do núcleo nominal;

3. a colocação de um "possível determinante" junto ao núcleo nominal aparentemente não impede a colocação posterior de um elemento modificador:

((filius meus)N' carissimus N')

O intuito de manter a assimetria entre categorias funcionais e categorias lexicais leva Menuzzi a concluir que o latim não possuía determinantes.

A liberdade dos elementos modificadores em relação aos "possíveis determinantes" é derivada do fato de que não havendo determinantes, não há especificadores, daí a possibilidade de se reiterar adjunções no SN latino. Para Menuzzi, portanto, o SN latino é N'.

Estende a análise para os pronomes pessoais, caracterizando-os como de categoria N', o que lhes permitiria admitir sintagmas modificadores adjuntos como a combinação da partícula ecce e os demonstrativos: ecce iste (este), accum ille (aquele) e a combinação entre si como ille ipse e id ipsum, por exemplo.

Gostariamos de fazer uma objeção à proposta de Menuzzi, retomando as combinações acima, que ele considera como formas de reiteração de modificadores permitida em línguas que não possuem Det, como o japonês.

Apesar da existência de formas como ipse ille N e como eccu ille N, é-nos difícil afirmar que havia reiteração de modificadores no latim, pois não encontramos nos textos estruturas do tipo *ipse N ille, *ille N ipse, *ille N ille ou a repetição do mesmo demonstrativo *ille N ille.

Acreditamos que a estrutura ipse ille N seja uma falsa reiteração. É provável que ipse e ille ocupem uma mesma posição, como as aglutinações de preposições como desde (de + ex + de), para (per + ad) ou que sejam similares a "o próprio rapaz", "ele mesmo" e não do tipo apontado por Fukui & Speas:

*the the old man

*yesterday's Chomsky's book.

A não existência das estruturas *ipse N ille ou *ille N ipse levam-nos a crer que o latim vulgar estava já reorganizando o sistema gramatical em termos de tornar visível a marcação de caso estrutural.

Se considerarmos, dentro da teoria da mudança linguística proposta por Lightfoot 1989, que o "acúmulo" e a expansão das "mudanças intermediárias" ocorrem na periferia do conhecimento linguístico de uma geração fornecendo à geração seguinte uma experiênci-

provocadora, que será adquirida não mais através do módulo periférico, mas através da reanálise da gramática inicial, podemos propor que as construções perifrásticas do latim vulgar permitiram a reanálise das relações estruturais, responsável pelo surgimento das línguas românicas.

De fato, os textos do latim-português permitem-nos entrever, além das construções perifrásticas anotadas pelas gramáticas históricas, a alternância entre as estruturas uolunt facere (querem fazer) e facere uolueritis (fazer quereis), com um ligeiro avanço do primeiro tipo no decorrer dos séculos, principalmente no que diz respeito ao verbo "poder": "poduerit deuendere" (podes vender), "potueritis inuenire" (podeis encontrar), "potuerimus ganare" (podemos ganhar), "potuero augmentare" (posso aumentar), "potuerint habere" (podem ter).

Torna-se cada vez mais rara a ruptura do sintagma verbal do tipo "uenerit (contra factum nostrum) ad interrumpendum" (vir contra pacto nosso interromper), ao passo que, conforme já vimos, torna-se cada vez mais produtiva a estrutura verbal em que o verbo flexionado passa a anteceder o verbo no infinitivo, seja com as perífrases com o verbo haver, seja com os verbos "servile" como "poder" e "querer".

A nosso ver, portanto, as perífrases nominais, verbais, preposicionais constituem o "acúmulo" de mudanças visíveis às gerações seguintes.

A implementação das perífrases, como resultado do comprometimento das formas verbais e nominais, tornou o processo de recuperação das relações temáticas e de regência locais extremamente mais limitado e a distribuição dos constituintes da língua latina teve de ser reordenada na estrutura-S, em função do recurso da marcação estrutural de caso.

Os constituintes passam a ser organizados em termos de Small Clauses, onde a estrutura é constituída de um sujeito e predicado (SC na visão de Rothstein '83).

Para Ambrosini '86, o artigo definido desenvolve a regência entre constituintes. Esta pode privilegiar o princípio da ligação expresso via referência textual, através das organizações quantificadoras de elementos do discurso de natureza sincategoremática ou o princípio da "c-regência" em que o artigo na estrutura "art + adj + N" especifica o valor atributivo e não predicativo do adjetivo, fazendo do adjetivo uma categoria não verbal em contraposição ao seu uso verbal, no caso da função predicativa.

Salienta que a função do artigo em frases nominais, no sintagma "art + N", é de sujeito, enquanto que o sintagma "art + adj" corresponde, em certos casos, a uma proposição relativa sem o verbo "ser" expresso.

E neste sentido que sugerimos uma estrutura de "small clause" para as perífrases nominais latinas. O artigo, provavelmente, tinha a função de sujeito e o nome a função de predicado.

Se considerarmos que as categorias funcionais são elementos que se caracterizam pela "ausência" de carga semântica (seria melhor dizer pela ausência de referência virtual) e pela falta de consistência fonética como é o caso de INFL, podemos avançar a hipótese de que a erosão fonológica provocou a reanálise do artigo definido como categoria funcional.

Em outras palavras, ao perderem a consistência fonética e a carga semântica que lhes era peculiar, as expressões perifrásticas passam a ser reanalisadas como categorias funcionais.

Se voltarmos ao avesso a passagem acima, podemos arriscar a hipótese de que as "posições" das categorias funcionais já existiam. As expressões perifrásticas

foram apenas o "trigger" (o "gatilho") para que as posições fossem preenchidas.

A idéia de que o preenchimento das posições foi realizado via Small Clause subsiste enquanto as expressões perifrásticas tinham grande consistência fonética e uma carga semântica significativa, o que aliás justifica a movimentação destas para a posição anterior aos núcleos, se levarmos em conta que expressões com forte carga semântica podem ser movidas, como nos mostra Roberts '90, com a movimentação do Verbo.

De acordo com a ordem de idéias que acabamos de expor, podemos supor que o latim clássico possuía a categoria Determinante, como afirma Tarallo: "a função (do artigo definido) existia no latim clássico sem ser formalmente marcada" (1990:138).

A diferença entre o latim clássico e as línguas românicas não deve ser encarada do ponto de vista da existência ou não da categoria Determinante, mas do ponto de vista da realização fônica da mesma. Em outras palavras, o artigo é pleno nas línguas românicas e nulo no latim clássico. Temos aí o parâmetro do ART-DROP.(2)

O parâmetro do art-drop é constituído das seguintes propriedades:

- morfologização das categorias funcionais através do sistema casual;
- ordenação livre dos constituintes;
- ordenação livre dos modificadores;
- ausência da noção de domínio, que implica na inexistência de elementos anafóricos (no sentido chomskyano, ou seja, de vestígios);
- ausência de um sistema pronominal cliticizável.

As línguas de artigo pleno, como é o caso das línguas românicas, se distanciam do latim, língua art-drop, por terem as seguintes propriedades:

- predileção do caso estrutural;
 - adjacência de caso;
 - atribuição de caso não só ao sintagma, mas à cláusula mínima (SC);
 - presença da noção de domínio;
- e provavelmente outras mais.

As línguas românicas, provavelmente, se diferenciam entre si graças a outras propriedades correlacionadas à presença do artigo pleno com traços de concordância.

Assim, é possível que uma língua com traços de concordância possua as seguintes propriedades:

- presença de um sistema de clíticos, que são a contraparte pronominal dos artigos; caso contrário, terá um sistema de pronomes não cliticizáveis (seria, talvez, o caso do português do Brasil que está perdendo a marcação de número e substituindo os clíticos pelos pronomes pessoais de caso reto, ou vice-versa);
 - realização do sujeito nulo (por ex. o italiano);
 - presença de anáforas (reflexivos e vestígios), cujo domínio é a oração;
 - uso do artigo junto ao pronome possessivo;
- e talvez mais outras propriedades.

No caso do japonês, é notório que esta língua não possua categorias funcionais (Fukui & Speas '86), diferenciando-se, portanto, do latim clássico, que "morfologicizou" as categorias funcionais.

Que o latim clássico possuía as categorias funcionais é comprovado pela rigidez da construção:

V(flexionado) + illum + V(-flexionado)

o segundo verbo não pode ser flexionado, sob risco de dupla marcação de caso: caso acusativo atribuído pelo verbo da principal e caso nominativo atribuído pelo INFL do verbo da encaixada.

Apesar de se distanciar do latim clássico, o japonês apresenta algumas propriedades semelhantes às

propriedades do latim como a ordenação livre dos constituintes e ausência da noção de domínio. A ausência de artigos e anáforas na língua japonesa (Mary Kato em comunicação pessoal) constitui evidência para as propriedades que acabamos de mencionar (ordenação livre e ausência de domínio), da mesma forma que o objeto nulo e sujeito nulo nas línguas românicas e orientais têm diferentes condições de licenciamento. A reiteração de modificadores poderia constituir, provavelmente, evidência da ausência de categorias funcionais.

Scherre '81, ao analisar o comportamento da marca do plural /s/ na fala carioca, constatou que, dado o processo em curso da erosão das consoantes finais na fala, a primeira posição dentro do NP começa a ser eleita como a posição marcadora do plural. Como, no português, a primeira posição coincide com a posição do determinante, pode-se concluir que o determinante é o elemento que retém ou preserva a noção de plural através da marca /s/.

Se considerarmos com Postal '69 que os pronomes são verdadeiros artigos, mais especificamente "artigos definidos" (p.203), podemos inferir que a perda dos clíticos (que havíamos denominado de "contraparte pronominal" dos artigos definidos) no Português do

Brasil, atestada pelo trabalho de Duarte '86, por exemplo, está diretamente relacionada com o processo de retenção da marca do plural /s/ pelo determinante.

A perda dos clíticos, se por um lado leva à expansão (produção) da categoria vazia (4), por outro "recupera" o pronome lexical ele (de caso nominativo) para cobrir a função de complemento.

A nossa sugestão é que a retenção da marca /s/ do plural pelo determinante, no sentido de que é o artigo que tem os traços de concordância (As menina linda) é favorecida ou propulsada pela perda dos clíticos e a recuperação do pronome lexical nominativo (além do uso da categoria vazia) para cobrir a função dos clíticos.

Kato e Tarallo '88 analisam a ordem VS no português do Brasil, relacionando o seu emprego pouco produtivo com dois processos de mudança em curso: o desaparecimento gradual dos pronomes clíticos em função de complemento e a gradual mudança de uma língua pro-drop para uma língua de sujeito obrigatório.

Este processo parece estar de acordo com o princípio da Uniformidade da Mudança, se retomarmos a idéia de que a erosão fonológica do pronome ille do latim vulgar, permitindo a formação dos clíticos nas línguas românicas, ocorreu simultaneamente com a formação dos artigos definidos, cuja redução fonológica parece ter sido um corolário da evolução dos pronomes clíticos tônicos: "o desenvolvimento e irradicação do pronome (o, a, os, as) sem dúvida contribui para a irradicação dessas formas do artigo". (Williams 1975:145)

Não querendo avançar demais para fora do campo de análise que nos propusemos realizar (Latim Vulgar/Latim-Português), deixaremos apenas registradas estas idéias como sugestões para um trabalho futuro.

NOTAS:

(1) É bastante provável que o COMP tenha se desenvolvido concomitantemente às categorias INFL e DET. Os pronomes relativos da língua portuguesa "o qual", "os quais"... bem como da língua italiana "il quale", "i quali", e as formas relativas do italiano "il cui", "i cui" (cujo, cujos), além do pronome interrogativo português "o que" sejam formas perifrásticas do complementizador originadas no processo geral de expansão de projeções máximas ocorrido no latim vulgar.

(2) Ambrosini '86 questiona se as línguas que não possuem artigo definido devam ser consideradas "art-drop" ou se, ao contrário, as línguas que manifestam a função do artigo o fazem através de uma regra de "inserção contextual".

(3) A reiteração de modificadores é possível nas línguas que dispõem de Det. É o caso de este aqui que combina dois dêiticos, um pronominal e um adverbial, de ele mesmo e de este meu filho (apontado por Tarallo em uma nota de Menuzzi como uma possível reiteração em níveis diferentes).

(4) Kato '91 analisa a categoria vazia do objeto no português do Brasil como dêitico nulo (exopro), pro, variável e apagamento de VF.

RESUMO:

A reorganização dos índices referenciais, a ampliação referencial da terceira pessoa do discurso de dêitico (com valor negativo ou como referência virtual) para abranger o aspecto homofórico (formalizado pelo artigo definido) leva-nos a hipotetizar que a expansão do SN no latim vulgar faz-se, não apenas em termos de atualização, mas principalmente em termos de pressuposição do referente.

A este processo daremos o nome de homoforicidade e a sua função será aquela de especificar a referência de um SN.

A homoforicidade é o aspecto da categoria funcional que lhe permite seleccionar um complemento X de onde extrair o seu conteúdo descritivo, como propõe Abney.

Em termos do modelo de aprendizagem lexical, gostaríamos de sugerir que a homoforicidade é a propriedade do item lexical referencial que se pode adquirir e que, por isso mesmo, ao interagir com os princípios universais, possibilita a criação de gramáticas diferentes.

No que tange a de princípios e parâmetros, a homoforicidade é a propriedade de que a criança deve se servir para estabelecer se a língua é marcada em termos de categorias funcionais ou não.

Se a homoforicidade aparecer formalmente marcada como no latim clássico ("Por exclusão, os substantivos sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos." Tarallo 1990:138), tem-se o parâmetro art-drop; se aparece formalizada em um elemento referencial, tem-se o aparecimento do artigo definido, como nas línguas românicas e germânicas.

O aparecimento de formas perifrásticas em construções adverbiais e verbais, levam-nos a induzir que a movimentação dos demonstrativos, e depois dos artigos definidos seja um exemplo de perífrase nominal. As perífrases são estruturadas em Small Clauses.

O fato de que no latim vulgar, os possessivos permaneciam pospostos quando seus núcleos nominais se encontravam declinados de caso genitivo e dativo, e de que, no romeno há marcação de caso genitivo e identidade de clíticos para o caso dativo e genitivo, (dependendo se se trata de adjunção ao verbo ou ao nome) como se fossem um adjetivo possessivo, leva-nos a hipotetizar que é o caso genitivo que dificulta o

movimento do possessivo e, especificamente no romeno, acarreta a posposição do artigo definido.

A erosão fonológica do artigo definido deve ter ocorrido somente após a sua movimentação para a posição anterior ao nome, se considerarmos que o adjetivo demonstrativo e o possessivo passaram a anteceder o nome quando ainda manifestavam morfologicamente a marca de caso.

Sintagmas do tipo meum corpus, alium casal sugerem que a marcação casual era retida pelos modificadores, e, pelos adjetivos demonstrativos, que com a marca de caso, antecediavam possessivo e nome: ipsum meum casalem.

A erosão fonológica do artigo definido provocou a reanálise do mesmo em categoria funcional. Tem-se a projeção da categoria Determinante e da posição de especificadores.

Em uma palavra, a passagem do latim clássico para as línguas românicas foi, a nosso ver, mediada pelas construções perifrásticas, ocorridas em todos os níveis morfológicos do latim vulgar.

BIBLIOGRAFIA

ABNEY, Steven - "Functional Elements and Licensing" , in Conferência apresentada em GLOW, Gerona, Espanha, 1986.

AMBROSINI, Riccardo - "L'uso dell'articolo nell'Omero minore", in "Studi e Saggi Linguistici", vol. XLIX, 1986.

AMBROSINI, Riccardo - "L'uso dell'articolo nei tragici greci, e soprattutto in Eschilo", in "Studi e Saggi Linguistici", vol. LI, 1988.

BATTISTI, Carlo - Avviamento allo Studio del Latino Volgare, Leonardo da Vinci Ed., Bari s/d.

BENINCA, Paola - "L' ordine delle parole nelle lingue romanze medievali", in XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Románicas, Santiago de Compostela, Set.1989.

BENVENISTE, Emile - "A Natureza dos Pronomes", in Problemas de Linguística Geral, Pontes, Campinas 1971.

BICKERTON, Derek - "Recent Developments in formal linguistics and their relevance to acquisition studies", D.E.L.T.A., vol 5, n.1, 1989.

BOURCIEZ, Edouard - Elements de Linguistique Romane, Ed. Klincksieck, Paris 1967.

BUHLER, K. - Teoria del lenguaje, Ed. Castilla Occidente, Madrid 1961.

CALABRESE, Andrea - "Pronomina", ms.

CASTILHO, Ataliba - "O Artigo no Português Culto Falado em São Paulo", texto apresentado a XIII Reunião Nacional do Projeto NURC/Brasil, Campinas, dezembro 1985.

CERVONI, Jean - "A Déixis", in A Enunciação, Déixis, Modalidade, Atos de Linguagem, Editora Atica, São Paulo 1989.

CHOMSKY, Noam - "Remarks on nominalizations", in R.Jacobs e P. Rosenbaum (orgs.) Readings in English Transformational Grammar, Waltham, Mass., Ginn, 1970, p.184-221.

CHOMSKY, Noam - Knowledge of language: its nature, origin and use, Praeger Publishers, New York 1986.

CHOMSKY, Noam - Barriers, Linguistic inquiry monography, n.13 MIT Press, 1986.

CINQUE, Guglielmo - "Sulla deissi linguistica", in "Lingua e Stile", XI, n.1, pp 101-126, 1976.

CINQUE, Guglielmo - "Sulla nozione di 'soggetto di sintagma nominale in italiano", mimeo, s/d.

CINQUE, Guglielmo - "On extraction from NP italian", in Journal of Italian Linguistics, vol 1/2, 1980.

CORREA DE OLIVEIRA & SAAVEDRA MACHADO - Textos Portugueses Medievais, Coimbra ed., Coimbra 1969.

COUTINHO, Ismael de Lima - Pontos de Gramática Histórica, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro 1974.

DEVOTO, Giacomo - Storia della Lingua di Roma, vol. II, Cappelli editore, Bologna 1983.

DIAZ & DIAZ, Manuel C. - Introducción al Latin Vulgar, Editorial Gredos, Madrid 1962.

DOBRIŃESCU Grigore - Gramática da Língua Romena, Coleção Linguagem 4, Presença. Editora da USP, São Paulo 1978.

DOBROVIE-SORIN, Carmen - "A propos de la structure du Groupe Nominal en Roumain", in "Revista di Grammatica Generativa", vol.12, 1987.

DUARTE, M.Eugenia - Variacão de Sintaxe: Clítico Acusativo. Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. Tese, FUCSP 1986.

ELIA, Silvio - Preparao a Linguistica Romnica, Livraria Acadmica, Rio de Janeiro 1974.

FUKUI, N. e SPEAS, M. - "Specifiers and Projection", in Papers in Theoretical Linguistics, vol.8, pp128-172, 1986.

GIUSTINIANI, Vito - "Le clitiche e le strutture sintattiche latine e romanze", in Tra Linguistica Storica e Linguistica Generale, Scritti in Onore di Tristano Bolelli, org. per Riccardo Ambrosini, Pacini Ed., Pisa 1985.

GIORGI A. & LONGOBARDI G. - The Syntax of Noun Phrases, Cambridge University Press, Cambridge 1991.

GRANDGENT, C.H. - Introducción al latin Vulgar, Revista de Filologia Espanola, Madrid 1952.

GUERON, J. - "L'emploi "possessif" de l'article dfini en français", in Langue française 58, pp. 23-36.

HALLIDAY, Michael e HASAN, Rukaiya - Cohesion in spoken and written English, Longmans, London 1973.

HERCULANO, Alexandre - Portugaliae Monumenta Historica, org. por Alexandre Herculano, Academia real das Sciencias de Lisboa, Lisboa 1856.

ILARI, R. & GERALDI, J.W. - Semântica, Ed. Atica, São Paulo 1985.

ILARI, Rodolfo - Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa, Ed. da UNICAMP, Campinas 1986.

ILIESCU, Maria - "Considérations sur le système des démonstratifs déictiques dans les langues romanes", in "Etudes Romanes", Société Roumaine de Linguistique Romane XI, Bucarest 1976.

IORDAN, Iordun e MANOLIU, Maria - Manual de Linguistica Românica, Editorial Gredos, Madrid 1972.

KATO, Mary - A Semântica Gerativa e o Artigo Definido, Ed. Atica, SP 1974.

KATO, M. & TARALLO, F. - "Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese: its Correlation with Invisible Clitics and Visible Subjects", ms. 1988.

KATO, Mary - "Mini-Orações e a Ordem dos Constituintes no Português". Comunicação apresentada no III Encontro da ANPOLL, São Paulo 1989.

KATO, Mary - "Tópico como Introdutor de Terceira Pessoa do Discurso", D.E.L.T.A., vol 6, n.1, pp.99-110, 1990.

KATO, Mary - "A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar", Paper presented at the International Conference: "Crossing Boundaries: Formal and Functional Determinants of Language Acquisition", Tübingen, October 1991.

KAYNE, Richard - "Romance Clitic an Pro", Graduate Center, CUNY, Jan 1990, to appear in Proceedings of NELS 20.

KLAJN, Ivan - "Dimostrativi, Deissi e Sostituzione", in "Lingua Nostra", vol XLVII, Fasc.4, Sansoni, Firenze 1986.

LASNIK, H. & URIAGEREKA, J. - A Course in GB Syntax, MIT Press, Massachusetts 1988.

LAUSBERG, Heinrich - Linguistica Romanica, Morfologia II, Biblioteca Romanica Hispanica, Editorial Gredos, Madrid 1966.

LEKO, N. - "X-bar theory and internal structure of NPs", in "Lingua", vol 75, n.2/3, 1988.

LEMOS, Claudia Guimarães de - The Use of Ser and Estar with Particular Reference to Child Language Acquisition, Doctor University of Edinburgh 1975.

LEMOS, Claudia Guimarães de - "Dêixis e Existência" in "Almanaque" Cadernos de Literatura e Ensaio, n.5, Ed. Brasiliense 1977, pp. 96-105.

LI, C.N. e S. THOMPSON - "The Semantic functions of Word Order", in C.N.Li (ed.) Word Order and Word Order Change, University of Texas Press, Texas 1975.

LIGHTFOOT, David - "Modeling Language Change: Ontogenetic and Phylogenetic", 1989.

LYONS, John - Semantics, Volume II, Cambridge University Press, Cambridge 1979.

LUCAS, Rosana - Perspectivas para uma Nova Abordagem de Estrutura Interna do SN em Português, Tese de Mestrado, Belo Horizonte 1988.

MANCARELLA, P.G.B. - Linguistica Romanza, Zanichelli, Bologna 1978.

MANZELLI, Gianguido - "Possessive Adnominal Modifiers", in Toward a Typology of European Languages, Empirical Approaches to Language Typology, Walter de Gruyter, Berlin 1990.

MATTOSO CAMARA JR., J. - História e Estrutura da Língua portuguesa, Padrão, RJ 1976.

MAROUZEAU, Jean - L'ordre des mots dans le phrase latine: les groups nominaux, vol. 1. Librairie Ancienne Honoré Champion, Paris 1922.

MAURER, Theodoro Henrique - Gramática do Latim Vulgar, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro 1959.

MAURER, Theodoro Henrique - O Latim Vulgar, tese para a Cadeira de Filologia Românica da Usp, São Paulo 1951.

MENUZZI, Sergio de Moura - "O artigo definido: especulações sobre a aquisição da categoria funcional do determinante em português", trabalho para a disciplina Aspectos Estruturais da Mudança Linguística, Unicamp, s/d.

MEYER-LUBKE, W. - Grammaire des Langues Romanes, G.E. Stechert e Co, Austria 1923.

MIGLIORINI, B. & BALDELLI, I. - Breve Storia della Lingua Italiana, Sansoni ed., Firenze 1985.

MILNER, J.C. - De la syntaxe à l'interprétation, Le Seuil, Paris 1978.

MILNER, J. Claude - Ordres et raisons de langue, Le Seuil, Paris 1982.

MOIGNET, G. - Systematique de la Langue française, Klincksieck 1981.

NUNES, J.J. - Crestomacia Arcaica, Livraria Clássica Ed., Lisboa, 3.ed, s/d.

POLLOCK, Jean-Yves - "Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP", in Linguistic Inquiry, vol.20, n.3, 1989.

POSTAL, Paul M. - "On so-called "pronouns" in English", in F. Dinneen (ed.), Report of the 17th Annual Round Table Meeting on Linguistics and language Studies, Georgetown University Press, Washington 1966.

RADFORD, Andrew - "Small Children's Small Clauses", in "Research Papers in Linguistics", Department of Linguistics, University College of Wales, n.1, 1986.

RADFORD, Andrew - Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax, Basil Blackwell, Cambridge 1990.

RAMAT, Paolo - Introduzione alla Linguistica Germanica, Il Mulino, Bologna 1986.

RAPOSO, Eduardo - "Teoria do Caso e Teoria O", mimeo.

RAPOSO, E. e URIAGEREKA - "Long Distance Case Assignment", in "Linguistic Inquiry", 21,4, pp. 505-537.

RENZI, Lorenzo & VANELLI, Laura - "I pronomi soggetto in alcune varietà romanze", in "Studi Pellegrini", s/d.

RENZI, Lorenzo - Introducción a la Filología Románica, Editorial Gredos, Madrid 1982.

RENZI, Lorenzo - Nuova Introduzione alla Filologia Romanza, Il Mulino, Bologna 1985.

RENZI, Lorenzo - Grande Grammatica Italiana di Consultazione, vol. I, org. Renzi, il Mulino, Bologna 1988.

RIZZI, Luigi - Issues in Italian Syntax, Foris Publications, Dordrecht 1982.

RIZZI, Luigi - "Null Objects in Italian and the Theory of Pro", in "Linguistic Inquiry", 17,3, pp. 501-557.

RIZZI, Luigi - "On the Structural uniformity of Syntactic Categories", Université de Geneve, II World Basque Conference, agosto-setembro 1987.

RIZZI, Luigi - "The New Comparative Syntax: Principles and Parameters of Universal Grammar", Paper presented at the 10th Advanced Course "Language and Cognition", Fondation Archives Jean Piaget, Geneve, Outubro 1988.

ROBERTS, Ian - Verbs and Diachronic Syntax, Université de Geneve, 1990.

RONAT, M. - "Une contrainte sur l'effacement du nom", in M. Ronat éd. Langue, Théorie générative étendue, Hermann, 153-171., 1977.

ROTHSTEIN, S. - The Syntactic Form of Predication. Doctoral Dissertation, MIT Press, 1983.

SAID ALI, Manuel - Gramática Secundária da Língua Portuguesa, Ed. Universidade de Brasília, e.3d, Brasília 1964.

SANDO, Antonio - Sapientia Maiorum, Edizioni Cremonese, Roma 1966.

SCHERRE, M.M.P. - "La Variation de la règle d'accord du nombres dans le syntagme nominal en portuguais", in Sankoff, D. & Cedergren, H., eds., Variation omnibus. Edmonton, Linguistics Research p.125-33, 1981.

SIVA NETO, Serafim - Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa, Grifo, Rio de Janeiro 1976.

STOWELL, Timothy - Origins of Phrase Structure, Tese de Doutorado, MIT 1981.

TAGLIAVINI, C.- Le Origini delle Lingue Neolatine, Patron, Bologna 1982.

TARALLO, Fernando - Tempos Linguísticos, Básica Universitária, São Paulo 1990.

TEYSSIER, Paul- História da Língua Portuguesa, Livraria Sá da Costa, Lisboa 1984.

VAANANEN, Veiko - Introducción al Latin Vulgar, Editorial Gredos, Madrid 1975.

VANELLI, Laura - "Una forma suppletiva dell'articolo e la sua fonosintassi", in "Rivista di Grammatica Generativa", vol.4, n.1-2, 1979.

VANELLI, Laura - "Il Meccanismo Deittico e la Deissi del Discorso", in "Studi di Grammatica Italiana", vol X, 1981.

VASCONCELOS, Jose Leite - Licções de Filologia Portuguesa, Livros de Portugal, Rio de Janeiro 1959.

VINCENT, Nigel - "The Development of the Auxiliaries HABERE and ESSE in Romance", in M.Vincent & M. Harris (eds) Studies in the Roman \bar{e} Verb, Croom Helm, London, 1982, pp.71-96.

WILLIAMS, Edwin E. - Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa, Tempo Brasileiro, 2.ed, Rio de Janeiro 1973.